

MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI

**DO HOMICÍDIO:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DA
MORTE NO TATUQUARA**

CURITIBA

2003

MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI

**DO HOMICÍDIO:
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DA
MORTE NO TATUQUARA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Área de Concentração: Sociologia das Organizações, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Rasia.

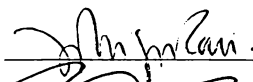
CURITIBA

2003

Ata referente à sessão pública de defesa de dissertação para obtenção de título de Mestre, a que se submeteu a aluna MARISETE TERESINHA HOFFMANN HOROCHOVSKI.

Aos vinte e oito de março de dois mil e três, às 14:00 horas, na sala de reuniões do mestrado - 9º andar do Ed. D. Pedro I, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores Doutores: José Miguel Rasia-Orientador (UFPR), Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR) e Leila Sollberger Jeolás (UEL); designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada “DO HOMICÍDIO: um estudo das representações sociais da morte no Tatuquara”, apresentada por Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski. A sessão teve início com a apresentação oral da aluna sobre o assunto desenvolvido, tendo o Professor Doutor José Miguel Rasia, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra a cada um dos examinadores, para sua arguição. Em seguida, a aluna apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor José Miguel Rasia, retomou a palavra para fazer suas considerações. Na continuação, a Banca Examinadora reunida, decidiu pela A. M. R. A...... da candidata, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: o Professor Doutor José Miguel Rasia (orientador), conceito ...A.....; Profª Drª Ana Luisa Fayet Sallas, conceito ...A..... e a Profª Drª Leila Sollberger Jeolás, conceito ...A..... . Em seguida o Senhor Presidente declarou A. M. R. A......, conceito final A....., a aluna Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski, que recebeu o **Título de Mestre em Sociologia**, área de concentração **Sociologia das Organizações**. Encerrada a sessão, eu, Sueli Helena Andolfato de Sales, secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Candidata.

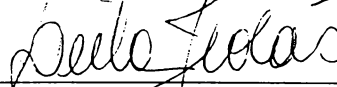
Prof. Dr. José Miguel Rasia-Orientador (UFPR)



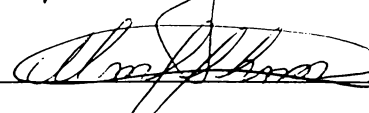
Profª Drª Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR)



Profª Drª Leila Sollberger Jeolás (UEL)



Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski



À Rodrigo Rossi Horochovski

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas contribuíram de forma valiosa, por não dizer imprescindível, no desenvolvimento deste trabalho. À elas agradeço e deixo registrado meu respeito e admiração.

Ao Prof. Dr. José Miguel Rasia que com precisão e apreço orientou meus passos nos caminhos da investigação sociológica e me inspirou como professora e pesquisadora. Ao orientador e professor deixo novamente grifado minha estima.

Aos professores Ana Luísa Fayet Sallas e Márcio de Oliveira pelas contribuições inestimáveis na Banca de Qualificação e pela generosidade acadêmica. Aos demais professores do mestrado, especialmente às professoras Sílvia de Araújo e Maria do Carmo Rolim, verdadeiras mestras e responsáveis por aulas estimulantes, dinâmicas, profícuas.

Aos colegas do mestrado, alguns dos quais verdadeiros amigos. À Marisa Sugamoto pelo carinho e apoio incondicional em momentos de crises teóricas e pessoais e pelas dicas preciosas na análise de material. À Celená Amaral pela força e afeto.

Ao pessoal das Vilas Jardim da Ordem e Santa Rita que me abriram as portas para desvendar uma outra realidade social. Agradeço de coração a todos! Aos amigos da Escola, que me incentivaram e propiciaram condições para o desenvolvimento da pesquisa, minha gratidão e consideração.

Agradeço à minha grande família, principalmente aos meus pais e irmãos, que foram solidários e carinhosos em todos os momentos e souberam conviver com as passagens rápidas, quando não com a ausência, nos eventos familiares.

Ao meu marido e aos meus amigos queridos, responsáveis por momentos divertidos e descontraídos nesta longa jornada. Agradeço pela força, estímulo, carinho. Enfim, agradeço pela camaradagem de sempre.

A morte não tem segredos. Não abre portas. É o fim de uma pessoa. O que sobrevive é o que ela ou ele deram às outras pessoas, o que permanece nas memórias alheias. Se a humanidade desaparecer, tudo o que qualquer ser humano tenha feito, tudo aquilo pelo qual as pessoas viveram e lutaram, incluídos todos os sistemas de crenças seculares e sobrenaturais, torna-se sem sentido.

Norbert ELIAS

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRATCT.....	x
1 INTRODUÇÃO	01
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DELINEAMENTOS DE UMA CATEGORIA ANALÍTICA.....	07
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO COLETIVA EM ÉMILE DURKHEIM	07
2.2 REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA ATUALIDADE.....	11
2.3 UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	17
2.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	20
2.5 SOBRE OS ENTREVISTADOS.....	24
2.6 O BAIRRO	27
3 VIOLÊNCIA: RETRATOS DA REALIDADE.....	35
3.1 SOBRE VIOLÊNCIA	35
3.2 A CIDADE E A VIOLÊNCIA.....	39
3.3 OS JOVENS E A VIOLÊNCIA: AUTORES E VÍTIMAS.....	44
3.4 A VIOLÊNCIA NO TATUQUARA.....	55
4 MORTE: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	64
4.1 EM TEMPO DE BOA MORTE.....	64
4.2 A MORTE ATUAL	69
4.3 OS RITOS FÚNEBRES E O LUTO	74

4.4 MORTE E RELIGIOSIDADE NO TATUQUARA	82
4.5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO HOMICÍDIO.....	92
5 CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
BIBLIOGRAFIA	120
APÊNDICE	122
ANEXOS	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS	25
TABELA 2.2 – RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS	25
TABELA 2.3 – REGIÃO DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS	26
TABELA 2.4 – RELIGIÃO DOS ENTREVISTADOS.....	26
TABELA 2.5 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES, SEGUNDO O SEXO	27
TABELA 4.1 – FAIXA ETÁRIA MAIS ATINGIDA PELA MORTE VIOLENTA POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	93
TABELA 4.2 – FREQUÊNCIA DA MORTE VIOLENTA POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	94
TABELA 4.3 – MOTIVOS QUE OCASIONAM A MORTE VIOLENTA POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	95
TABELA 4.4 – ATUAÇÃO DA POLÍCIA NA RESOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	95

RESUMO

Este trabalho objetivou compreender qual o impacto da violência urbana na elaboração das representações sociais da morte violenta, em especial do homicídio, pelos moradores do bairro Tatuquara, na periferia de Curitiba. A pesquisa combinou o estudo de caso e instrumentos metodológicos de coletas de dados, como a observação participante, entrevistas não-diretivas com agentes selecionados e redações de estudantes do ensino médio. A análise verificou que a violência está incorporada no discurso da população que nomeia os jovens como os protagonistas, visto serem as vítimas preferenciais e os autores principais, inclusive quando a violência é fatal. Há uma normalização da violência, reflexo da frequência e da forma com que ocorre, que interfere diretamente nas representações sociais do assassinato. Estas são construídas a partir do status do morto. Consideram justa e natural a morte por homicídio para os que a “procuram” (por exemplo, envolvidos com drogas) e classificam como injusta e revoltante essa forma de morrer na medida em que tolhe a vida de cidadãos “honestos”, vítimas da irresponsabilidade ou violência alheia. As representações sociais do homicídio influenciam e são influenciadas pelas crenças religiosas e as concepções formuladas a respeito da justiça e da injustiça, do crime e da punição, do profano e do sagrado e, obviamente, da vida e da morte.

Palavras-chave: Representações Sociais, Violência, Morte, Homicídio, Jovens.

ABSTRACT

This work aimed to understand the impact of urban violence in elaboration of social representations of death, particularly murder, by Tatuquara inhabitants, on the outskirts of Curitiba. The research matched the case study and methodological tools of data gathering like participant observation, non-directive interviews with selected agents, and high school students' compositions. The analysis verified that the violence is incorporated on the population speech, which names young people as the protagonists of this process, since they are the favorite victims and main actors, even when violence is fatal. There is a violence normalization that is a reflex of the frequency and the way that violence occurs, which directly interferes in the social representation of murder. These are built by dead status. They consider the death by murder fair and natural for those who "seek" (for instance, involved with drugs), and they classify as unfair and revolting this way of dying when it stops the life of "honest" citizens, victims of the irresponsible behaviour or violence of someone else. The social representations of murder influence and are influenced by religious beliefs and conceptions about fairness and unfairness, crime and punishment, profane and sacred, and, obviously, life and death.

Key Words: Social Representations, Violence, Death, Murder, Young People.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado no Tatuquara, bairro periférico de Curitiba, Paraná. Como outros tantos situado longe do centro – precisamente a dezenove quilômetros – é habitado predominantemente por famílias carentes que presenciam cotidianamente a violência e que, por isso mesmo, definem seu discurso a partir dela.

A violência assume contornos assustadores no limiar do século XXI, promovendo ira e pavor. A cada dia, as pessoas se deparam com verdadeiro bombardeio de acontecimentos noticiados pelos meios de comunicação e, além de suas preocupações corriqueiras, são levadas a pensar num cenário marcado por seqüestros, roubos, assassinatos, rebeliões, desvio do dinheiro público, entre outros. A violência é o centro das atenções. Todos a debatem e todos dão palpites, arriscam prováveis soluções.

Nesse contexto, há uma intensificação da produção acadêmica e da formação de grupos de estudo em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, focos principais de violência. O crescimento das atividades de pesquisa possui correlação com o aumento generalizado da violência, em especial da violência urbana, nas últimas duas décadas. Aumento “explosivo”, segundo Sérgio ADORNO (2000), que coincide com o processo de abertura política, de democratização que ocorreu no país, e que gera um crescente sentimento de medo e insegurança. Sentimento que afeta todos – não necessariamente da mesma maneira –, independentemente de classe social, gênero ou grupo e que se torna visível em hábitos e movimentos: olhares desconfiados, passos apressados, lugares não freqüentados. A violência se torna corriqueira, banal. Não se sabe mais a quem temer, ou melhor, de quem é necessário proteger-se.

Na polêmica que se instaura em torno do tema, cientistas, jornalistas e cidadãos comuns constróem as mais diversas representações, sendo unânimes em um aspecto: a violência que assola o país envolve toda a população, mas atinge

principalmente os jovens do sexo masculino. Os números da violência fatal juvenil colocam o Brasil em terceiro lugar no ranking da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), conforme noticiado na imprensa local e nacional em 2002, num universo de sessenta países. Vítimas preferencias e atores potenciais, os jovens protagonizam ações violentas num filme que retrata a realidade brasileira.

No Tatuquara não é diferente. A violência está presente em todas as partes, em palavras ou ações, sendo os jovens, supostamente, as vítimas e os autores principais.

O bairro, que teve seu primeiro loteamento em novembro de 1965, está longe de apresentar homogeneidade. É dividido em várias vilas – Pompéia, Santo Antônio, Moradias Palmeiras, Moradias Paraná, Santa Rita e Jardim da Ordem, entre outras – que são como que bairros distintos dentro de um mesmo bairro, histórias que constroem uma outra história, a de exclusão social. Primeiro, porque está a margem do centro urbano, em distância e em qualidade de vida. Segundo, porque a exclusão faz parte dele, de sua concepção. As vilas e as pessoas são diferentes e mostram essa diferença. É no Jardim da Ordem e no Santa Rita, povoados na década de 1990, mediante loteamentos da Cohab (Companhia de Habitação Popular de Curitiba) e de invasões, que procuraremos mostrar essas diferenças e entender como a violência, tão interiorizada em suas histórias, é percebida.

Norbert ELIAS (2000) num estudo etnográfico de uma cidade do interior da Inglaterra mostra essa questão da exclusão através da relação entre os estabelecidos e os *outsiders*. De um lado, os habitantes estabelecidos no mesmo lugar há gerações, e, de outro, os outros, os estrangeiros, considerados incompatíveis com o modo de vida, com os valores locais. Essa dicotomia não é tão evidente no nosso campo de estudo, até porque, nessas vilas, ninguém está estabelecido há mais de 12, 13 anos. Mas existem diferenças no povoamento: a do que comprou sua casa financiada pela Cohab e a do que invadiu o terreno e que, na impossibilidade de o legalizar, convive com o

fantasma da expulsão.

Há, porém, outros *outsiders*: os que convivem com as drogas ilícitas e com o álcool; que não têm uma estrutura familiar; que protagonizam situações de violência. À margem da comunidade, vivenciam fatos que se tornam notícias transmitidas entre os estabelecidos, os dominantes, em redes de fofocas eficazes, como disse ELIAS, de forma que todos sempre sabem de tudo, ou quase tudo e, que muitas vezes, se esquecem que também são *outsiders*, que estão fora do centro das decisões políticas, econômicas, culturais; que estão fora das prioridades do governo e da sociedade.

É neste cenário que procuraremos identificar a violência, principalmente quando resulta em morte. O faremos com base no discurso dos moradores estabelecidos, nas representações que elaboram sobre a violência em geral e sobre a morte violenta em particular. Destaque-se que a morte violenta – suicídio, acidente de trânsito, homicídio – será observada em apenas uma de suas modalidades, qual seja, da “morte matada”, por assassinato. Isso porque, num espaço de criminalidade urbana, a frequência e a forma com que ocorre parece atuar sobre os moradores, que a incorporam em seu discurso e em sua visão de mundo. A pesquisa procura, então, enquanto estudo de caso, analisar e descrever como moradores da periferia representam a morte violenta, precisamente o homicídio.

O interesse pela morte enquanto objeto sociológico¹, que possibilita analisar as concepções que os indivíduos constroem a respeito de si mesmos e do mundo, condiz com o fato de ela ser fundamentalmente, conforme ELIAS (2001), um problema dos vivos. As atitudes dos vivos perante a morte são “aprendidas”, adquiridas pelo grupo, e influenciadas por sua cultura, história, economia, sociedade e religiosidade. “Na verdade não é a morte, mas o conhecimento da morte que cria

¹ Já presente na elaboração de trabalho monográfico intitulado “Algumas reflexões sobre a morte e morrer em Rio dos Patos” e defendido, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais, no início de 1995, nesta Universidade, sob orientação do Prof. Dr. José Miguel Rasia.

problemas para os seres humanos”. (ELIAS, 2001, p.11) Problemas que, na sociedade ocidental, promovem constrangimento e negação da morte e do morrer.

A sociedade ocidental presenciou no último século uma reelaboração no universo simbólico da morte, que se torna um tema proibido, interdito. Excluído cada vez mais do universo dos vivos, o rosto da morte assume um aspecto sombrio, assustador, que a impele ao isolamento, jamais ao esquecimento. Na tentativa de domá-la, a ciência propôs “leis eternas”, “verdades imutáveis”, assentadas em bases frágeis e passíveis de questionamento. O homem procura negá-la, escondê-la com medo do fim. A religião procura ludibriá-la, pregando a eternidade do espírito, mas o tempo é implacável e traz consigo a certeza da finitude da vida. Se impõe soberano, mostrando a precária e frágil figura humana.

Dentro deste quadro geral, de negação e interdição da morte, parece haver, não obstante, um movimento contrário que torna a morte, especialmente a violenta, presente, próxima. O aumento exacerbado da violência urbana, da criminalidade, e o número de mortes que ela provoca, principalmente em alguns lugares, contribui para que a morte deixe de ser um tema proibido e passe a figurar no discurso da rua, do trabalho, da casa. Perceber esse movimento e as representações sociais do homicídio, a partir do discurso dos moradores do bairro, é a questão central desta investigação. Questão que parte das seguintes hipóteses: há uma associação entre o crescimento da violência e as representações sociais da morte; os jovens são os protagonistas da violência fatal; o status da vítima, “bandido” ou “inocente”, interfere na elaboração das representações sociais do homicídio.

Considerando o que nos propomos, a dissertação está organizada em capítulos que procuram fornecer elementos para a análise das representações sociais da morte violenta, particularmente da morte por homicídio.

O capítulo intitulado *Representações sociais: delineamentos de uma categoria analítica*, está estruturado em três pontos centrais. O primeiro discute as representações sociais tanto como um fenômeno que interpreta, comunica e produz

conhecimentos, quanto como um instrumento que possibilita a compreensão da realidade social. (DURKHEIM, 1983, 1987; MOSCOVICI, 1978) O segundo ponto busca traçar o perfil metodológico da pesquisa, indicando os procedimentos operacionais – observação participante, entrevista não diretiva com moradores do bairro, redações de estudantes do ensino médio – e delimitando o universo de estudo; o terceiro e último, resulta dos anteriores e fornece elementos para identificar o campo da pesquisa, a localização e a compreensão dos moradores sobre a região.

No capítulo *Violência: retratos da realidade* procura-se, primeiramente, expor as características genéricas de um tema que integra o cotidiano da população, seja como notícia, seja como fato. Posteriormente, tentativas são realizadas no sentido de entender a peculiaridade da relação cidade e violência e a banalidade presente na violência urbana. (ZALUAR, 1994; CARDIA, 2000) Violência que mostra o lado sombrio do protagonismo juvenil, visto serem os jovens suas vítimas preferenciais e seus autores principais, inclusive quando a violência é fatal. (ADORNO, 2000; SALLAS, 1999) Por fim, a análise recai sobre o bairro Tatuquara, principalmente sobre as vilas Jardim da Ordem e Santa Rita, com o objetivo de observar as representações sociais da violência, as concepções elaboradas pelos moradores a respeito dos bandidos, dos policiais, da violência em geral e da morte provocada por homicídio em especial.

O quarto capítulo, *Morte: uma abordagem sociológica*, visa resgatar historicamente o tempo da boa morte, da morte anunciada, preparada e comentada da Idade Média. Morte antiga que contrasta com a atual, negada, interditada e solitária, fruto de mudanças que reelaboraram seu universo simbólico e que atuaram sobre os rituais fúnebres e sobre o processo de luto. (ARIÈS, 1981, 1982, 1989; ELIAS, 2001; ELIADE, sd., GENNEP, 1978) Após o intróito teórico, procura-se identificar as representações sociais da morte no Tatuquara – principalmente da morte violenta por assassinato – analisando as semelhanças e diferenças que se constroem em torno das formas de morrer. Busca-se igualmente entender a importância da religiosidade na

construção dessas representações e nas concepções que os moradores formulam a respeito da justiça e da injustiça, do crime e da punição, do divino e do humano, da vida e da morte.

Na conclusão procura-se sublinhar as relações que se constróem entre a violência, juventude e morte numa região periférica e que geram as representações sociais do homicídio. Representações que permitem refletir sobre o grupo, suas ações e suas percepções da realidade social.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DELINEAMENTOS DE UMA CATEGORIA ANALÍTICA

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO COLETIVA EM ÉMILE DURKHEIM

O termo representação surge, na sociologia, com Émile DURKHEIM. Sua produção teórica objetivava consolidar a sociologia enquanto ciência, conferir-lhe estatuto científico. Com tal intuito, DURKHEIM (1987) delineou, com maestria, o objeto e o método desta disciplina, num momento em que predominava o método das ciências da natureza, transportando para a sociologia a necessidade de objetividade, verificação e experimentação. Sua inegável contribuição possibilitou o desenvolvimento de conceitos caros às ciências sociais que, juntamente com a análise precisa, orientou e continua orientando a prática sociológica.

Em *As regras do método sociológico*, DURKHEIM define os fatos sociais como objeto da sociologia, argumentando se tratarem de “coisas”. No intuito de elucidar tais fatos e com o objetivo de diferenciá-los do objeto da psicologia, o autor enuncia suas principais características: anterior e exterior ao indivíduo – precede ao indivíduo, existindo fora de suas consciências individuais; coercivo – se impõe independente da vontade individual; gerais e coletivos – comum a todos os membros do grupo. Após a caracterização, o autor afirma que “é fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é gerada na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. (DURKHEIM, 1987, p.11)

O enunciado, transcrito no parágrafo anterior, fundamental em sua produção teórica, não foi bem recebido e/ou compreendido na época da publicação do livro. Por

isso, no prefácio à segunda edição, retoma-se a questão e, para clarificá-la, distingue-se, ou melhor, opõe coisa e idéia. É coisa tudo o que não pode ser compreendido por uma simples análise mental e sim “por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos”. (DURKHEIM, 1987, p.XXI)

Para DURKHEIM, todos os objetos científicos são coisa e como tal devem ser tratados. São desconhecidos, ignorados, e exigem, para se fazerem conhecidos, uma análise objetiva que parta do exterior. Os objetos, tratados como coisas, pressupõem uma construção, que vai do simples ao complexo.

Com o intuito de afirmar a sociologia enquanto ciência, o autor questiona se os fatos sociais podem ser conhecidos através de uma interrogação da consciência. Afirma que não. As instituições sociais, em sua grande maioria, são herdadas de gerações anteriores e não é por meio de uma simples interrogação que se descobre suas causas e razões. Além disso, “o que importa saber não é a maneira pela qual tal pensador concebe individualmente determinada instituição, mas sim a concepção que dela formula o grupo; somente esta concepção é socialmente eficaz”. (DURKHEIM, 1987, p.XXIV)

Os fatos sociais têm uma existência independente dos fatos individuais. São exteriores às consciências individuais, existem nas partes porque antes existem no todo. E é isso que os diferencia do objeto da psicologia. Cabe à sociologia analisar os estados da consciência coletiva, suas leis e representações, que são extremamente diferentes dos de natureza individual, com os quais deve preocupar-se a psicologia.

É na diferenciação entre as duas ciências e, consequentemente, na idéia de que a sociedade não pode ser explicada através das consciências individuais que o autor introduz o conceito que agora nos interessa, representações coletivas. É interessante que no período que antecede à publicação de *As regras do método sociológico*, o autor utilizava o conceito de consciência coletiva, o que nos faz supor que tal termo sofreu uma re-elaboração.

DURKHEIM (1987, p. XXVI) afirma que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas”. É preciso, então, considerar a natureza social e não a individual e atentar para o fato de que o mundo todo é feito de representações.

Estabelecida a diferença entre os objetos, resta saber se há semelhanças entre representações coletivas e individuais, uma vez que ambas são representações. O autor enfatiza que a religião, os mitos e as crenças exprimem uma realidade diversa da realidade do indivíduo e, portanto, devem ser estudados de forma diferente. A sociologia deve reconhecer essa diferença, afinal é a ciência das instituições, e engloba as crenças e comportamentos da coletividade.

Em outra obra, *As formas elementares da vida religiosa*, DURKHEIM (1983) novamente utiliza o termo representações coletivas. Nela, o autor analisa o sistema religioso primitivo – cultos australianos – para compreender as suas formas elementares, como o próprio título indica, e a natureza religiosa do homem. Todavia, ressalta que a escolha das religiões primitivas é por uma questão de método (histórico), pois todas as religiões possuem as mesmas causas e respondem às mesmas necessidades.

As religiões se apoiam no real e o exprimem. DURKHEIM destaca que “na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções”. (DURKHEIM, 1983, p.208) Contudo, as formas elementares da vida religiosa são mais perceptíveis nas sociedades chamadas primitivas, pois não há “roupagens”, “ornamentos” na religião.

Nestas sociedades há uma forte presença da consciência coletiva, definindo as formas de agir e de pensar do grupo uma vez que, segundo DURKHEIM, “tudo é comum a todos”. Existe uma representação coletiva, estruturada na religião, que possibilita aos indivíduos conceberem o mundo de forma homogênea.

Nesse sentido, a religião é um sistema de representações do mundo, de onde deriva inclusive a cosmologia da sociedade. Noções como tempo e espaço, compreendidas enquanto categorias de entendimento, nascem do pensamento religioso. São representações coletivas, fundadas na prática religiosa. DURKHEIM completa afirmando que

a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo. (DURKHEIM, 1983, p.212)

As representações compreendem, nesse caso, um sistema de idéias que, juntamente com os ritos e o culto, compõe um sistema de práticas que procura exprimir o mundo. Essa noção ocupa destaque em outro pensador fundamental para as ciências sociais, Marcel MAUSS (1979), que trabalha o rito como uma idéia, uma representação.

Em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, MAUSS analisa o ritual oral dos cultos funerários australianos. Recupera DURKHEIM e discute os ritos e o luto, como expressão de emoções coletivas. Para ele “não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação”. (MAUSS, 1979, p.147)

Novamente se institui a diferenciação entre representação individual e coletiva, enfatizando-se a importância do social. MAUSS não nega o sentimento

individual, mas destaca que é social e simbólico, traduzindo representações coletivas.

Para DURKHEIM, essas práticas compõem, juntamente com o sistema de idéias, a própria religião. É o que faz os homens agirem. E, nesse movimento de fazê-los agir, ela cria e recria a fé, tornando-se o elemento eterno da religião. DURKHEIM afirma que “os mais bárbaros ritos ou os mais bizarros, os mais estranhos mitos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto, seja individual, seja social da vida. As razões que o fiel se dá a si mesmo para justificá-los podem ser, o são mesmo freqüentemente, errôneas; mas as razões verdadeiras não deixam de existir e é tarefa da ciência descobri-las”. (DURKHEIM, 1983, p.206)

A religião é um conjunto de representações, uma instituição e, como tal, é objeto científico. A própria ciência consiste num sistema de representações de mundo. Contudo, a ciência analisa seus objetos objetivamente, classifica-os, hierarquiza-os, de acordo com critérios aceitos pela comunidade científica. Possui um rigor próprio, evidenciado no método e na construção do objeto. E é desta forma que a prática científica deve atuar na explicação dos fenômenos religiosos. Assim, evidencia-se a noção presente na obra de DURKHEIM de que o mundo é feito de representações.

2.2 REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA ATUALIDADE

A indubitável importância da obra de DURKHEIM é reconhecida nos circuitos sociológicos e nos estudos sobre representação. Márcio de OLIVEIRA (1999) afirma que a noção trabalhada por DURKHEIM possibilitou a percepção de ações coletivas, independentemente do caráter econômico, político, social ou cultural. Em sua ótica, o autor do referido termo objetivou através das representações, compreender o grupo “em suas relações com os objetos que o cercam”. Outra possibilidade propiciada pelas representações é entender os comportamentos coletivos no espaço e no tempo em que são produzidos. É a famosa contextualização histórica,

sempre preciosa à análise sociológica.

Esta forma de perceber a representação, aliada a prática trabalhada em MAUSS, delineia suas características fundamentais dentro da sociologia clássica, que influencia o conceito moderno do termo. As representações coletivas abrem espaço para as representações sociais, oriundas “das práticas sociais do grupo e não apenas do ‘se pensar’”. (OLIVEIRA, 1999, p.178) Apesar da importância de tal termo, o mundo do início do século XX e suas doutrinas políticas o deixaram de lado. OLIVEIRA cita que num contexto marcado por guerras e ideologias, houve um esquecimento da obra de DURKHEIM e, conseqüentemente, de seu conceito de representação, que foi durante muito tempo considerado apenas um nível das ideologias.

No seu esquecimento, as representações eram vistas apenas como uma visão de mundo parcial e fragmentada das relações sociais de produção no qual o grupo estava inserido. Desta forma, “não se questionava a essência das representações, mas seus tipos; não se questionava sua origem e sentido, mas sua falsidade e veracidade. Não se discutia sua operacionalidade nem sua fundamentação teórica, uma vez que seus resultados eram presumidos de antemão”. (OLIVEIRA, 1999, p.183)

Neste contexto, o conceito de representação perdeu espaço nas ciências sociais, em especial na sociologia. O renascimento do conceito, conforme OLIVEIRA, acontece graças ao empenho da psicologia social européia, tanto no que se refere à teoria quanto no que diz respeito à pesquisa. Interessante sublinhar a concepção desta ciência, bem como dos estudos do imaginário, como caminho para compreender a percepção que a sociologia atual possui do termo.

OLIVEIRA indaga o que levou duas áreas tão diferentes a retomarem o termo representação. Busca a resposta em dois autores, a saber, Gilbert DURAND e Serge MOSCOVICI. O primeiro, representante dos estudos do imaginário, procurou traduzir, representar a realidade, através dos significantes. Em seu olhar, o significante atribui sentido, significado, representa algo. Deste modo, aborda o problema das representações para compreender os significantes.

Em DURAND, segundo OLIVEIRA, existem duas maneiras de representar o mundo através da consciência: “direta”, onde o objeto é perceptível ou sensível e “indireta”, onde o objeto se encontra ausente. Ou seja, numa o objeto está presente, já na outra é preciso presentificá-lo, representá-lo. Todavia, em ambas, a questão central é de cognição e de comunicação, pois o objetivo é clarificar a realidade do grupo. Realidade que interessa a MOSCOVICI, que se preocupa com as mudanças e as permanências da vida social; que indaga sobre o motivo das representações, das reações do grupo e do indivíduo. O autor, representante da psicologia social, é o responsável pela modificação do termo representação coletiva para representação social. A importância de sua análise é fundamental para entender as representações na atualidade.

MOSCOVICI (1978) percebe as representações como entidades “quase tangíveis”, presentes na realidade, que se manifestam em palavras e expressões, em produções e consumo de objetos, em relações sociais. Para ele, “correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica”. (MOSCOVICI, 1978, p.41) Contudo, o autor de *A representação social da Psicanálise* alerta para a dificuldade de se apreender o conceito de representação, diferentemente do que ocorre com sua realidade. Inúmeras razões respondem por tal fato, históricas e não-históricas. As primeiras ficam a cargo dos historiadores e as segundas podem ser sintetizadas na “encruzilhada” em que se encontra entre conceitos sociológicos e psicológicos. E é nesta encruzilhada que o conceito é reelaborado.

MOSCOVICI (1985) afirma que as representações sociais na sociedade atual são equivalentes aos mitos e crenças nas sociedades chamadas primitivas. Remetem-se portanto, à maneira que os homens pensam, agem, procuram compreender o sentido de suas ações e pensamentos. Seu estudo “se focaliza na maneira pela qual os seres humanos tentam captar e compreender as coisas que os circundam e resolver os ‘lugares comuns’ e quebra-cabeças que envolvem seu nascimento, seus corpos, suas

humilhações, o céu que vêem, os humores de seu vizinho e o poder a que se submetem”. (MOSCOVICI, 1985, p.02)

É mister destacar que o mito, nas assim chamadas sociedades primitivas, abarcava uma concepção homogênea de mundo, uma “filosofia” única que refletia o pensamento e a prática social. Nas sociedades modernas a representação não é *a*, mas *uma* das formas de apreender a realidade. Nestas sociedades, a representação coexiste com o pensamento filosófico e técnico-científico, podendo ser influenciada ou, contrariamente, opor-se a essas concepções.

A psicologia social percebe as representações como fenômeno, que possui mobilidade e circularidade, diferente da estaticidade presente em DURKHEIM que, no dizer de MOSCOVICI, trabalha as representações de forma genérica, como um conceito que envolve a ciência, o mito, a religião, entre outros. A substituição de coletiva por social é, dessa forma, uma maneira de acentuar essa diferença: ela deixa de ser um conceito que explica o conhecimento e crenças de um grupo para se tornar um fenômeno que exige explicação e que produz conhecimento.

As representações são então, uma maneira de interpretar e comunicar, mas também de produzir e elaborar conhecimentos. É nisso que consiste seu caráter *sui generis*. MOSCOVICI conceitua que, “são conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma *produção* de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aquelas e estas e não de uma *reprodução* desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior”. (MOSCOVICI, 1978, p.50)

As representações sociais objetivam transformar o desconhecido em conhecido, o não familiar em familiar. Tornar o estranho, o perturbador em algo próximo, íntimo, é seu intuito. Esse processo transformador é determinado pela linguagem, imagem e idéias compartilhadas por um dado grupo. Se, a princípio, a familiaridade evidencia-se é preciso parar, recuar a ponto de visualizar o aspecto desconhecido que a representação envolveu e familiarizou.

MOSCOVICI afirma que são dois os processos que geram representações

sociais e, conseqüentemente, propiciam a familiarização do desconhecido: ancoragem e objetivação. O primeiro transfere o estranho para um referencial que possibilita sua interpretação e comparação, através de uma relação entre “categorias e rótulos”. Ancorar é classificar, nomear, rotular e, obviamente, representar.

O segundo processo, o da objetivação, confecciona um cenário familiar ao que outrora era desconhecido. Ocorre em duas fases. A primeira, relaciona o conceito com a imagem. As palavras são incorporadas no “núcleo figurativo, uma estrutura de imagem que reproduz uma estrutura conceptual de uma maneira visível”, (MOSCOVICI, 1985, p.22) o que evidentemente facilita a comunicação do que está sendo representado, que deixa de ser uma entidade abstrata e assume uma existência com caráter autônomo. A segunda fase ocorre, para MOSCOVICI, quando os elementos do pensamento são transpostos para a realidade, não havendo mais separação entre a representação e o objeto representado. Nesse sentido, ancoragem e objetivação são fundamentais para a construção das representações sociais.

A contribuição de MOSCOVICI atua de forma esclarecedora para os estudos de representações, inclusive aqueles realizados pela sociologia. Por sua abordagem, é possível analisar o pensamento e a prática social do grupo em enfoque. Na mesma linha de raciocínio, outra psicóloga social se destaca e fornece elementos para a compreensão das representações: Denise JODELET (1991).

Num estudo sobre as representações sociais da aids, que serve para exemplificar suas argumentações teóricas, JODELET identifica duas concepções: uma moral e social, outra biológica. Na primeira, a aids, tal como a sífilis, revelaria uma sociedade permissiva, condenada por condutas degeneradas, punida por opções sexuais que agredem uma “normalidade” imposta. Na defesa da ordem moral conservadora e na valorização dos valores familiares tradicionais, a aids passa a ser vista como um “castigo de Deus”. A concepção biológica por sua vez, revela que o “monstro” não ataca só os “politicamente incorretos” (homossexuais e drogados). Crenças antigas, carregadas de valor simbólico, reavivadas por falta de informação: o

perigo do contato corporal é, desde a antiguidade, um tema recorrente do discurso racista que utiliza a referência biológica para justificar a exclusão da alteridade.

JODELET, com base no acima considerado, afirma que, em se tratando de representações sociais, suas definições, partilhadas pelos membros de um mesmo grupo, constróem uma visão consensual da realidade para o grupo. Visão que pode entrar em conflito com aquela de outros grupos e que serve de guia para a ação. Nesse sentido, as representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativos dentro da vida social, sendo que, a investigação científica tem por tarefa descrever, analisar, explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento.

A autora reconhece a importância de DURKHEIM, primeiro a identificar as representações como fundamentais no estudo do pensamento coletivo, mas defende a reelaboração feita por MOSCOVICI, que destaca a especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizados por: intensidade e fluidez das trocas e comunicações, desenvolvimento da ciência, pluralidade e mobilidade social. As representações sociais são, aqui, uma forma de conhecimento socialmente partilhado e elaborado.

JODELET destaca que as representações sociais são, por um lado, sistemas que registram nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Por outro, interferem nos processos, diversificando a difusão e assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e transformações sociais. É o duplo movimento das representações sociais, fazendo com que sejam uma forma de interpretação e comunicação, mas igualmente de produção e elaboração de conhecimentos.

O conhecimento socialmente produzido, partilhado e transmitido ganha um novo contexto na produção sociológica. Após o ressurgimento do termo representação social, promovido com esmero pela psicologia social, a sociologia está caminhando rumo à compreensão de concepções, valores, visões que os grupos formulam a seu

respeito e a respeito do mundo.

OLIVEIRA enfatiza que a sociologia brasileira, por exemplo, viu renascer os estudos sobre cultura, identidade, imaginário, simbolismo e representações, na década de 90 do século XX. Criou-se um espaço, antes apenas reservado a temas que utilizavam o viés marxista, como a relação Estado/sociedade, os movimentos sociais, as classes e o poder, entre tantos. É óbvio que esses temas, que predominaram a partir da década de 60, continuam e não poderiam deixar de estar presentes, afinal cabe à sociologia refletir, questionar e analisar todos os fenômenos que compõem a sociedade, mas é óbvio também que temas anteriormente marginais ganham visibilidade e respeito no processo de construção do conhecimento sociológico.

OLIVEIRA menciona a importância dos estudos que envolvem representação social e imaginário, destacando duas razões:

Primeiro, porque se apresentam como capazes de *revelar* a maneira graças à qual os diversos atores assimilam, elaboram e difundem conhecimentos sobre a realidade e qual o sentido imaginário destes. Segundo, porque estes conhecimentos – lembremos com Moscovici e Jodelet – permitem que a sociedade aprenda a se situar no (diante do) mundo, que ela *revele* o que e como está significando o mundo. Numa palavra, a carne e o osso das imagens e da compreensão da sociedade podem ser realizados num trabalho conjunto à luz da teoria das representações e dos estudos simbólicos. (OLIVEIRA, 1999, p.191)

As palavras acima ilustram a utilidade de análises que envolvam os dois termos mencionados. No que tange à representação, categoria eleita nesta discussão, atua como instrumento de pesquisa que possibilita entender relações estabelecidas por grupos, bem como as mudanças e permanências promovidas socialmente. É uma das chaves que abre as portas para a compreensão da sociedade.

2.3 UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais são uma forma de conhecimento designada,

comumente, como “saber do senso comum” ou “saber natural”. Distinta do conhecimento científico constitui, não obstante, segundo JODELET, um objeto de estudo legítimo, extremamente relevante, devido a sua importância na vida social e sua capacidade de iluminar os processos cognitivos e as interações sociais. Atua como categoria analítica no estudo de uma determinada realidade social.

A distinção entre as representações sociais e a produção científica não implica um estranhamento entre as duas formas de conhecimento. Um exemplo disso é uma análise de Pierre VERGÈS (1991) sobre a economia, que destaca a coexistência de duas formas de pensar: a ciência econômica e as representações sociais da economia. Apesar de ambas constituírem produção social e abordarem questões econômicas, suas naturezas são distintas. Uma das diferenças apontadas pelo autor é que a relação da ciência com a experiência social é feita de rupturas – a criação de uma ciência econômica supõe o recorte do objeto econômico, uma fragmentação da realidade. As representações, contrariamente, possuem uma visão integrada – os atores sociais não recortam o objeto, não o extraem da realidade social, ao contrário, eles percebem um todo integrado, articulam em suas representações elementos econômicos e sociais. As representações sociais da economia circulam cotidianamente e podem ser analisadas de várias maneiras, pois são uma forma de conhecimento, um saber partilhado e um campo de significações na nossa sociedade. Todavia, enfatiza VERGÈS, essas duas linguagens, campos de conhecimento, não se ignoram, convivendo em diferentes ocasiões: formação, informação, publicidade, debates econômicos e políticos.

Pode-se pensar, com base no exposto acima, que as representações sociais, enquanto saber partilhado pelo grupo, possibilitam o entendimento da realidade. Saber do “senso comum” que, se utilizado com esmero, atua no desvendamento, na compreensão da sociedade e, conseqüentemente, no processo de construção do conhecimento científico.

O olhar sobre a realidade através das representações sociais exige método.

Mary Jane SPINK (1994) discorre sobre a análise das representações sociais e, citando JODELET, delinea dois debates presentes no campo das representações sociais: o de conhecimento e o de elaboração. Enquanto forma de conhecimento do senso comum, as representações sociais são dotadas de um alto poder criativo da realidade. Como processo de elaboração, considera a atividade do sujeito social.

Inspirada em Pierre BOURDIEU, SPINK diz que as representações possuem duas faces, a de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, pois inscrevem-se num contexto sócio-histórico-cultural determinado ao mesmo tempo que expressam uma realidade “intra-individual”. Contexto que é definido tanto pelo espaço social quanto pela perspectiva cultural que é, essencialmente, marcada por três tempos: “o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido que abarca o processo de socialização – o território do *habitus* (...) e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social”. (SPINK, 1994, p.122) Novamente pode-se pensar no duplo movimento das representações sociais: influenciam a construção da realidade social ao mesmo tempo que são por ela influenciadas.

O estudo das representações sociais enquanto processo gera uma análise aprofundada do senso comum e, conseqüentemente, a percepção de diversidades, contradições, coerência e lógica. Esse estudo pode ser efetuado, conforme SPINK, de duas maneiras distintas: o estudo de muitos ou o estudo de caso. É interessante sublinhar que este último permite vislumbrar os mecanismos cognitivos e afetivos na relação representação-ação.

A análise que originou as considerações aqui expostas acerca das representações sociais, consiste em um estudo de caso. Realizado em um bairro periférico da capital paranaense, visa a identificar como a população da região elabora sua representação da morte, percebendo as especificidades que permeiam as representações da morte violenta, especialmente do homicídio, ou seja, da “morte

matada”.

2.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Ruth CARDOSO (1997) discorre a respeito da valorização da pesquisa qualitativa em ciências sociais em detrimento das análises quantitativas. Alerta, porém, para uma visão equivocada da oposição quantitativo/qualitativo que deprecia o primeiro método por associá-lo a uma visão positivista, esquecendo que ambos são legítimos, conciliáveis, sendo apenas formas diferentes de perceber a realidade social.

A valorização do método qualitativo e, conseqüentemente, da observação participante há muito utilizada nas “aventuras antropológicas”, enriquece a análise e suscita reflexões fundamentais ao processo de pesquisa empírica. CARDOSO afirma que não se pode perder de vista nessas reflexões que a observação participante pode caminhar para o que Eunice DURHAM denomina “participação observante”. Ou seja, há uma apreciação da pesquisa empírica e do engajamento político do investigador a favor de minorias, de grupos marginalizados, discriminados, que passam a ser eleitos como temas prioritários.

CARDOSO (1997, p.99) enfatiza que “esta intensificação da participação foi justificada por razões políticas e não pensada como instrumento do conhecimento”. Isso significa que as reflexões teóricas sobre a metodologia não foram pensadas/desenvolvidas com o mesmo empenho que as pesquisas participantes, o que ocasionou aquilo que a autora denomina de mal-estar, perceptíveis em análises diversas sobre “a relação pesquisador/grupo pesquisado”.

Para evitar esse “mal-estar”, um comprometimento com o método deve ser efetivado. O investigador, munido de ferramentas metodológicas, deve sempre contextualizar, compreender as condições e as relações que se estabelecem: olhar, observar, anotar, perceber a alteridade, construir cadeias de significações em busca do

desvendamento de uma dada realidade. É preciso ter em mente que “a teoria do conhecimento nos oferece um caminho para compreender a realidade e não uma série de ‘verdades’ a serem comprovadas” (CARDOSO, 1997, p.103)

Com base na argumentação acima aduzida, há uma preocupação teórica e metodológica inerente a este estudo. Definir os instrumentos de pesquisa é a condição primeira para promover o distanciamento, ou melhor, como disse o antropólogo Gilberto VELHO, transformar o familiar em exótico pois, neste caso, o exótico já havia sido transformado em familiar, garantindo a presença da alteridade. O olhar sobre a realidade é orientado por procedimentos metodológicos que são aqui detalhados.

A pesquisa consiste em um estudo de caso que, como tal, procura explorar, descrever e explicar determinadas questões, previamente definidas, dentro de um contexto dado. GIL assim o descreve: “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado”. (GIL, 1999, p.73) É o que se busca nesta investigação: identificar, em um bairro periférico que presencia a violência, as representações da morte por assassinato, buscando sua elaboração simbólica.

Para operacionalizar o presente estudo de caso, foram utilizados os seguintes procedimentos: observação participante, entrevista não-diretiva com moradores e redações de alunos de ensino médio, de uma escola pública da região, que tratam do tema.

A observação participante se deve ao fato de termos trabalhado, de 1998 a 2002, na maior escola do bairro² e nela tido a oportunidade de travar contato não só com os jovens estudantes do ensino médio, mas também com moradores da comunidade e funcionários da Escola.

² O Colégio funciona em três turnos possuindo um corpo discente de aproximadamente dois mil alunos e um corpo docente de 47 professores, conforme dados escolares de 2002.

A observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto o papel de um membro do grupo”. (GIL, 1999, p.113) Apreende-se a realidade do grupo, partindo de seu interior. CHIZZOTTI (2000) alerta para os cuidados ao trabalhar com essa técnica, destacando a necessidade de um registro adequado para evitar impressões emotivas e garantir a fiabilidade dos dados.

A entrevista, por sua vez, é uma técnica eficiente que possibilita a obtenção de dados da realidade social com profundidade, num processo de interação entre o pesquisador e pesquisado.

A entrevista não-diretiva, segundo THIOLENT (1982), possibilita explorar o universo cultural dos indivíduos e do grupo ao qual pertencem. O entrevistado, de forma livre e espontânea, discorre sobre o(s) tema(s) proposto(s), destacando aquilo que lhe interessa. O entrevistador não pode dirigir o entrevistado, mas deve manter-se numa atitude de “atenção flutuante”, com que o entrevistado explora o seu universo, em uma ordem que ele estabelece. Apesar de não haver um questionamento fechado, alerta THIOLENT, o pesquisador não pode ir a campo munido somente de intuição; precisa uma problematização. Destarte, esta pesquisa segue um roteiro (ver Apêndice), flexibilizado e adaptado, conforme o discurso do entrevistado.

Os entrevistados foram selecionados obedecendo a dois critérios: a) morar no bairro há pelo menos quatro anos; b) trabalhar no bairro. Por ser um bairro relativamente novo, que começa a se expandir em 1992, e com rotatividade dos moradores, estes critérios garantem a qualidade das informações, visto que possibilitam o contato com agentes privilegiados, que conhecem histórias, discursos, e ritos promovidos pela população local.

As entrevistas foram realizadas com doze agentes escolhidos de forma intencional, à medida que ou os conhecíamos ou fomos a eles apresentados, no período de setembro a novembro de 2001. Foram entrevistadas pessoas que moram e

trabalham no bairro Tatuquara há pelo menos quatro anos, especialmente nas vilas Jardim da Ordem e Santa Rita. Dentre eles, dez mulheres e dois homens, com idade mínima de vinte e dois e idade máxima de quarenta e dois anos. Cabe ressaltar que os quesitos sexo e idade não figuraram entre os critérios de escolha, mas permitem explicitar a amostragem populacional.

É importante destacar que na seleção dos entrevistados, além, é claro, de observar os critérios estabelecidos, foi levado em consideração o papel do agente na vida comunitária. Todos, independente da atividade profissional, possuem um contato constante com um grande número de pessoas nos mais diversos lugares: na escola como um todo, na sala de aula, em associações de moradores, grupo de jovens católicos, igrejas evangélicas, clube de mães, entre outros. Contato que possibilita conhecimento da vida comunitária, de suas dificuldades, anseios e expectativas e que, por isso mesmo, os torna agentes privilegiados, estabelecidos e detentores de informações significativas para o desenvolvimento deste trabalho. Nesse sentido, as mulheres se encaixaram perfeitamente no perfil traçado, seja pela atividade profissional exercida no bairro, pelo engajamento político, pela opção religiosa, pela preocupação inerente às mães, pela disponibilidade em conceder entrevistas, entre outras razões.

Após a transcrição das entrevistas, alguns procedimentos, aqui enumerados, foram realizados: a) Leitura e análise preliminar das entrevistas; b) Categorização dos dados, agrupando-os por assunto; c) Reagrupamento das informações em função das semelhanças sobre violência e morte presentes nos depoimentos; d) Escolha das categorias fundamentais para a construção do trabalho; e) Cotejo dos dados da observação participante com os dados das entrevistas, tendo em vista a confirmação ou não dos fatos, ou dos dados contidos nas entrevistas.

As redações, por sua vez, foram colhidas no segundo semestre do ano 2000 e integravam um trabalho realizado na disciplina de Sociologia, ministrada por mim, que objetivava traçar o perfil do bairro, especialmente das Vilas Jardim da Ordem e Santa

Rita, por meio do relato escrito dos jovens. Estes eram estimulados a retratarem temas, escolhidos livremente, que integravam seu cotidiano a partir de suas impressões iniciais, do olhar que destinavam costumeiramente ao que lhes cercava. Posteriormente, retomavam seu relato e, numa postura de distanciamento, procuravam olhá-lo criticamente, a luz da teoria sociológica.

Entre vários temas debatidos livremente figura, de forma recorrente, o da violência, considerada de forma genérica, e o da violência fatal. Trinta e oito estudantes, com idade entre quinze e vinte e nove anos, discorreram livremente, em uma e/ou duas páginas, sobre histórias reais que aconteceram na região. É mister ressaltar que as redações não foram produzidas especialmente para essa dissertação – cujo problema ainda se encontrava em estado embrionário –, mas para uma atividade didática realizada no 2º semestre de 2000. Uma releitura posterior, em 2001, indicou que as mesmas continham informações que se mantinham atuais, em função de relatarem fatos que compõem o universo pesquisado e que ajudam a entender a concepção que os moradores possuem da violência, da morte, da comunidade, do mundo, e que, por isso, foram introduzidas na coleta de dados.

2.5 SOBRE OS ENTREVISTADOS

No que tange às entrevistas, depoimentos orais fundamentais na pesquisa, o tempo de moradia no bairro foi imprescindível para compor o universo de estudo, bem como para traçar as semelhanças e diferenças no modo de vida da região, de acordo com o período. O tempo de moradia na localidade corresponde a: quatro anos (um entrevistado), cinco anos (seis entrevistados), seis anos (um entrevistado), sete anos (dois entrevistados) e oito anos (dois entrevistados).

O nível de escolaridade dos entrevistados é bastante heterogêneo, variando do ensino fundamental incompleto – segundo a denominação constante na lei 9394/96,

antigo 1º Grau – ao superior completo. A maioria possui o ensino médio completo, antigo 2º Grau, sendo que, alguns iniciaram a faculdade e um a concluiu.

TABELA 2.1 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

ESCOLARIDADE	Nº	%
Superior Completo	01	8,3
Superior Incompleto	04	33,4
Ensino Médio Completo	03	25,0
Ensino Médio Incompleto	01	8,3
Ensino Fundamental Completo	01	8,3
Ensino Fundamental Incompleto	02	16,7
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de campo - 2001

A maioria dos entrevistados possui uma renda média familiar que varia entre 01 e 03 salários mínimos, conforme descrito abaixo.

TABELA 2.2 – RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS

FAIXA DE RENDA APROXIMADA	Nº	%
De 01 a 03 Salários Mínimos	06	50,0
De 03 a 05 Salários Mínimos	03	25,0
Acima de 05 Salários Mínimos	03	25,0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de campo - 2001

O local de nascimento dos entrevistados retrata a migração populacional que ocorreu no país, do interior para as cidades. A maioria saiu do interior, especialmente

do Estado do Paraná, para se estabelecer na capital, em busca de melhores condições de vida.

TABELA 2.3 – REGIÃO DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS

NATURALIDADE	Nº	%
Curitiba	01	8,3
Interior do Estado do Paraná	08	66,7
Interior de Outros Estados (SC, RJ, MT)	03	25,0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de campo - 2001

Foi destacado também a religião dos moradores entrevistados, aparecendo em primeiro lugar o catolicismo, seguido por diferentes religiões evangélicas: Congregação Cristã, Evangelho Quadrangular e Assembléia de Deus.

TABELA 2.4 – RELIGIÃO DOS ENTREVISTADOS

RELIGIÃO	Nº	%
Católica	07	58,3
Evangélicas:	04	33,4
Congregação Cristã	02	
Evangelho Quadrangular	01	
Assembléia de Deus	01	
Não tem religião	01	8,3
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de campo - 2001

As redações, fontes escritas da pesquisa, receberam o mesmo tratamento das

entrevistas e foram utilizadas principalmente no Capítulo 3, que versa sobre a violência, e no Capítulo 4, na parte sobre morte violenta. Seus autores, conforme exposto anteriormente, estudantes do ensino médio, possuem entre quinze e vinte anos (35 jovens) e habitam a região, considerando para cálculo o ano 2001, há no mínimo quatro anos e no máximo há onze anos.

TABELA 2.5 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES, SEGUNDO O SEXO

SEXO	Nº	%
Masculino	19	50,0
Feminino	19	50,0
TOTAL	38	100,00

FONTE: Redações Escolares - 2000

Os trinta e oito relatos escritos e as doze entrevistas³, alicerçadas pela observação participante, possibilitam, na nossa compreensão, alcançar o objetivo geral deste trabalho: identificar as representações sociais da morte, a partir do discurso dos moradores, resgatando as especificidades que permeiam as representações sociais da morte violenta, especialmente do homicídio.

2.6 O BAIRRO

Figurando entre notícias de jornais sensacionalistas e propagandas televisivas que visam demonstrar as obras públicas municipais, Tatuquara se ergue como um dos bairros mais extensos da cidade, com uma área de 1.122,90 hectares. Localizado na

³ As entrevistas e as redações dos estudantes foram numeradas para facilitar a análise e a organização do trabalho. Após as citações, segue-se a fonte (oral – entrevista; escrita - redação), o número de ordem, o sexo e a idade do informante.

região sul, a dezenove quilômetros do centro da cidade, entre o Pinheirinho, o Sítio Cercado, o Umbará, o Campo de Santana, a CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e o município de Araucária, é o bairro que apresentou o maior crescimento demográfico anual no período 1996-2000. Segundo dados do censo, a taxa de crescimento da cidade foi de 1,82% ao ano e a do bairro em exame foi de 16,87%, contabilizando um total de 36.339 habitantes em 2000. O IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) atribui esse aumento populacional a políticas habitacionais que estão atingindo a região desde 1992. Nesta época houve loteamentos da Cohab (Companhia de Habitação Popular de Curitiba), que garantiram o assentamento de 8 mil famílias. Além disso, há constantes invasões no bairro que promovem uma rotatividade de moradores.

No Mapa da Pobreza de Curitiba (UFPR/IPARDES/IPPUC,1997), foi apontado como um bairro com condições críticas ou muito críticas. As condições de saneamento básico, social do morador, educação e transporte, foram consideradas precárias, enquanto que as condições de domicílio, saúde foram consideradas muito precárias. É claro que houve investimentos na região e as condições de educação, saúde e transporte melhoraram bastante, com a construção de novas escolas, unidades de saúde e aumento de linhas e de número de ônibus. Mas com o aumento populacional existem ainda situações críticas que divergem da cidade de Curitiba.

O bairro possui, conforme o Censo 2000, 36.339 habitantes, sendo 18.134 homens e 18.205 mulheres, com idade média de 22,39 anos. A população total ocupa 10.625 domicílios, com aproximadamente 3,42 habitantes em cada um, sendo a mediana da área construída de 30 m², o que contrasta com a da cidade de Curitiba que é de 86,74m². Os domicílios dividem-se entre as diversas vilas que compõem o bairro: Pompéia, Santo Antônio, Moradias Palmeiras, Moradias Paraná, Santa Rita e Jardim da Ordem, entre outras, sendo que, as duas últimas, ocupadas na década de 1990, por loteamentos da Cohab e invasões, constituíram o campo desta pesquisa.

A história do Jardim da Ordem é relatada por seus moradores, muitos dos

quais contemplados em um dos dezenove loteamentos da Cohab existentes no Tatuquara. Num relato deveras interessante uma das entrevistadas diz que, a princípio, o lugar era para ser um espaço reservado aos marginalizados da capital paranaense, isto é, habitantes de favelas, moradores de rua, refugiados em baixo de pontes, entre outros.

O problema, como já foi falado pelo próprio prefeito na época, Rafael Greca, que ele tinha projetado o Jardim da Ordem para ser um local de, tipo assim, de invasão mesmo, de favela, ele projeto isso daqui pra uma invasão, pra uma favela. Então, foi projetado aqui fazer um conjunto residencial pra tirar todas as invasões, tipo lixão, lá na Vila Pinto, da Ferrovia, trazer todas as invasões pra cá, pessoal debaixo da ponte, dos viadutos, o pessoal da rua, todo mundo pra cá. Aqui eles tinham projetado pra isso. (Entrevista 1 - Mulher, 41 anos)

O “projeto” entretanto, esbarrou nas longas filas da Cohab. Pessoas inscritas há vários anos aguardando serem chamadas para receberem lotes e realizarem o sonho de ter a casa própria. A própria entrevistada declarou que estava esperando por isso há pelo menos oito ou nove anos. A Cohab realizou o loteamento e distribuiu para famílias que se instalaram na região. Famílias que passaram a questionar as mudanças que estavam sendo descarregadas quase que diariamente pelos caminhões da prefeitura.

Então veio de tudo, tudo que se possa imaginar veio pra cá. É claro que no meio desse pessoal também veio gente boa, né, que nem todo mundo que vai pra uma favela, uma invasão, por sem vergonhice... (Entrevista 1 – Mulher, 41 anos)

Sem uma associação que os representasse, os moradores resolveram organizar uma comissão que reivindicou direitos, primeiramente na própria Cohab e, posteriormente, com o prefeito de Curitiba na época, Rafael Greca. A entrevistada conta que, após a conversa com o prefeito, a situação na vila se regularizou e caminhões da prefeitura já não descarregavam mais mudanças. Talvez, seja este o fato que justifique os terrenos do Jardim da Ordem serem distribuídos de forma desigual,

escolas, nem creches e o transporte coletivo era deficitário, pois apenas uma linha de ônibus, o Jardim da Ordem, com intervalos significativos, garantia acesso ao Terminal do Pinheirinho e, conseqüentemente, a outras localidades. A dificuldade do acesso fica evidente nos depoimentos dos entrevistados que, na época, cursavam o ensino médio fora do bairro.

Muita gente ainda falou pro meu pai né, ah vocês tão louco de ir pra aquele lugar, longe, muito longe, não tem nada, não sei o que, não sei o que... Tem gente que pegou o terreno e não quis por causa disso. (Entrevista 3 – Mulher, 24 anos)

O [ônibus] Jardim da Ordem passava em dias de semana de meia em meia hora tá, eu lembro. Passava lá naquela rua, tinha que sair daqui de casa e ir lá do outro lado, de meia em meia hora. Perdeu? Só meia hora depois. No domingo era um por hora. (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

A distância do bairro, a dificuldade de acesso, o comércio restrito, as precárias condições de vida, isolavam os moradores, o que se agravava com o fato de a vila enfrentar, em seu início, falta de telefones.

Telefone, não tinha telefone nem público, aliás tinha um telefone em toda a vila, um telefone público...aí eu lembro que tinha que enfrentar fila de uma hora, uma hora e meia pra conseguir fazer uma ligação. (Entrevista 1 – Mulher, 41 anos)

Esses estorvos integram contudo, os tempos idos na vila. Os moradores enfatizam, mesmo que criticamente, o progresso da região. Os entrevistados são unânimes em afirmar que, em termos de infra-estrutura, houve um crescimento extremamente significativo o que melhorou em muito, a qualidade de vida da maioria da população.

Hoje, o comércio é abrangente e concorrido, oferecendo produtos e preços razoáveis com boas condições de pagamento no bairro em geral e na vila em especial. Há creches, várias escolas municipais e duas estaduais, com ensino fundamental e médio, cursos de informática, capoeira, educação para adultos, entre outros. As ruas,

em sua maioria, são pavimentadas. Há água encanada, luz elétrica, rede de esgoto, apesar de ainda existir algumas valetas abertas.

Com relação ao que era eu acredito que melhorou cem por cento. Hoje dá pra comprar tudo aqui, eu não compro mais nada fora, compro aqui, tem tudo e o preço é o mesmo do que em outros lugares. Faço compra de mercado, roupa, compro tudo aqui. Agora as ruas estão bem melhores, tudo melhorou, o aspecto, as casas, melhorou muito. Agora tem associações, tem AA [Alcoólicos Anônimos], clubes... As associações funcionam, fazem com que os moradores consigam melhorias. (Entrevista 9 – Mulher, 36 anos)

A saúde é bem servida por meio de postos de saúde que atendem a população, inclusive em suas casas.

Eu não utilizo muito ali, mas meu pai e minha mãe que usam direto, que a minha mãe é hipertensa, daí tem programa, tem os agentes comunitários que passam na casa, levam remédio para minha mãe de graça e vão medir pressão. Ou então tem um programa, alguma coisa igual teve esses dias que eles foram andar lá no bosque, lá foram andar ela e meu pai, foram andar lá em volta do bosque. (Entrevista 3 – Mulher, 24 anos)

Os funcionários dos postos de saúde atuam também nas escolas, esclarecendo sobre DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis, drogas, gravidez na adolescência e alcoolismo. O trabalho de saúde é considerado bom, mas deixa a desejar no que se refere a casos graves, não existe hospital no bairro e os pacientes com problemas sérios são encaminhados ao Hospital do Trabalhador, no Capão Raso. Não há também atendimento 24 horas e, em caso de necessidade, durante a noite, os moradores precisam procurar o do Sítio Cercado ou o do bairro Fazendinha, o que se torna um problema para a população mais carente que depende do transporte coletivo, apesar deste ter melhorado e o ônibus Jardim da Ordem passar a cada quinze minutos, além de ter sido providenciadas outras linhas.

Em matéria de transporte cresceu muito assim, ficou muito melhor. Agora é cada quinze minutos né, de manhã tem mais ônibus. Tem o Santa Rita/CIC, tem o Santa Rita/Pinheirinho, facilitou bem mais. Em matéria de transporte ficou super bom! (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

A ocupação da vila Santa Rita, no Tatuquara, aconteceu há aproximadamente seis anos, mas com poucas diferenças. A principal delas, refere-se ao fato de que houve primeiro a divisão em lotes, uniformizada pela Cohab, e a organização das ruas, para depois haver a construção das casas. A falta de comércio, educação, saúde no Santa Rita, fazia com que seus moradores utilizassem a estrutura do Jardim da Ordem, que havia progredido bastante.

Não tinha uma mercearia, não tinha nada, não tinha onde comprar. Bar, tinha bar que vendia refrigerante. Posto de saúde tinha esse aqui [Jardim da Ordem], no Santa Rita não tinha ainda... estavam construindo as escolas, não tinha nenhuma ainda. Ruas tinha, mas não tinha esgoto, tava tudo aberto...é...asfalto nem se fala, nada, nada, nada... (Entrevista 2 – homem, 31 anos)

A ausência de tudo ocasionou um outro desabafo que reflete a impressão inicial:

Meu Deus onde que eu fui me meter? Eu sai roendo as unhas... Eu chorei, eu fui embora chorando. Eu falei: eu vou morar numa favela! (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

As dificuldades foram em grande parte superadas com a ocupação no local. Uma das entrevistadas concebe uma melhora de 70% nas mudanças ocorridas na vila. Não atinge um índice maior porque ainda apresenta problemas, como a falta de pavimentação – só existe nas ruas principais – e a existência de valetas abertas. O comércio cresceu, escolas, creches e um posto de saúde foram construídos. Aliás, este último, que atende a população até às vinte horas, suscitou reclamações dos moradores do Jardim da Ordem, onde o posto funciona somente até às dezessete horas.

Hoje eu vejo bem diferente, nem compara. O comércio é bom, os preços são bons, a maioria das coisas a gente compra por aqui. O Posto lá do Santa Rita funciona bem, você pode ir qualquer hora do dia lá que vai ser atendido. Funciona até oito horas, não é vinte quatro horas, mas durante o dia eles atendem todo mundo super bem. As escolas aumentaram. O Colégio aqui não é como a gente pensava que só tinha marginal, é um colégio normal como outros. Depois que eu vim trabalhar aqui, deu pra conhecer o Jardim e vê que não era como a gente pensava. (Entrevista 8 – Mulher, 22 anos)

A polêmica se instaura quando o assunto é a violência, que será abordada no próximo capítulo. Todos concordam que o bairro era e ainda é extremamente violento, com brigas e assaltos frequentes, homicídios, problemas decorrentes do uso de drogas e de álcool, entre outros. Quando da época da ocupação do Jardim da Ordem e do Santa Rita, essa violência era facilitada pela ausência de policiamento na região. Atualmente, há presença constante da polícia militar, com a 4ª Cia PM do 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, e da polícia civil, com o 13º distrito policial. Para muitos porém, essa presença não inibe a violência existente no bairro que a cada dia está mais forte. Para outros, a polícia desempenha seu papel e a violência é mais falada do que presente de fato na realidade social. O bairro sofre as consequências de estar à margem da sociedade e ter sido estigmatizado como um lugar violento. As representações sociais da violência contudo, convergem para um mesmo ponto: os jovens são suas principais vítimas e o são também seus principais autores.

3 VIOLÊNCIA: RETRATOS DA REALIDADE

3.1 SOBRE VIOLÊNCIA

Maria Luiza LAMARÃO e Rosyan Campos de Caldas BRITTO (1995), num estudo sobre a violência contra crianças e adolescentes no Estado do Pará, resgatam a concepção sociológica do termo violência, propondo uma discussão crítica. As autoras argumentam que os diversos discursos sobre a temática estão imbuídos de dois tipos de juízo:

de um ângulo, a violência generalizada, assim como todas as outras mazelas sociais, explicar-se-ia por condicionantes estruturais. Por esse prisma, crise econômica e pobreza são apontadas para explicar mecanicamente a produção e a disseminação da violência, quer no campo, quer na cidade. De uma perspectiva oposta, a violência em geral teria sua raiz, por suposto, na debilidade atual do Estado para o efetivo controle social. (LAMARÃO; BRITTO, 1995, p.10)

Ou seja, a violência associada a pobreza ou a incapacidade do Estado de prover segurança.

As autoras prosseguem, citando Edmundo COELHO⁴ que (re)afirma duas tendências quando o assunto é violência: a primeira, “distributiva”, atribui ao sistema capitalista o aumento generalizado da violência; a segunda, “retributiva”, alude ao despreparo policial e à falta de rigor do Código Penal como incentivadores-mor, por assim dizer, de violência. Destarte, ambas apresentam uma visão evolucionista, anunciando profeticamente um estado onde a sociedade estaria livre desta mácula. A primeira tendência pressupõe a barbárie, na qual se encontra a sociedade brasileira, como inferior à civilização, onde naturalmente estariam as chamadas sociedades de

⁴ A criminalidade urbana violenta. IN: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, V. 31, nº2, p.145-181.

primeiro mundo. A segunda imagina as sociedades pacíficas como “uma espécie de elo perdido na história da humanidade (...) as relações entre os homens, foram inapelavelmente, corroídas pelo egoísmo e pelo individualismo do mundo atual”. (LAMARÃO; BRITTO, 1995, p.11) Nesta ótica, dois modos de pensar a violência: o que busca soluções teóricas e o que quer respostas práticas. Olhares diferenciados que procuram solucionar a mesma problemática. As respostas convergem para um determinismo econômico ou para um funcionalismo que propõe ações para regular, normatizar, condutas indevidas.

A violência, porém, não é nova. Sempre marcou espaços nas mais diversas sociedades. Alba ZALUAR (1994, p.30) diz que “em todas as sociedades, em todas as épocas ocorrem ações que se podem caracterizar como violentas já que apelam para o uso da força bruta, seja através de que instrumentos for; ao invés de apelar para o consentimento. O que varia são as suas formas de manifestação e as regras sociais que as controlam”.

A violência não é inerente à nossa sociedade, ao nosso tempo. Na pré-história é personificada na luta pela sobrevivência, na lei dos mais fortes; na Idade Antiga, representada nas grandes conquistas geográficas/culturais que simbolizavam o poder. As lições das aulas de história mostravam a violência extrema dos assírios na luta contra seus inimigos, em que não bastava vencer e escravizar os conquistados, como a maioria dos vencedores faziam, mas dominar pelo medo através de atos que demonstravam uma crueldade refinada. Outro caso histórico é Roma Antiga que, entre outros fatos notáveis, crucificou, ao longo da Via Ápia, milhares de escravos que combatiam ao lado de Spartáco, numa demonstração simbólica de sua soberania. As lutas dos cristãos e dos mouros em “nome da religião”, as fogueiras da Inquisição, figuram na memória da Idade Média. O absolutismo da Idade Moderna, as grandes guerras da Contemporânea, consolidam uma história marcada em todos os tempos por atos de extrema violência.

Igualmente não constitui novidade o debate que cerca tal tema. LAMARÃO

e BRITTO citam HOBBS, mas pode-se pensar também, entre tantos, em MAQUIAVEL. Thomas HOBBS (1997), preferido de vários autores que tratam da violência, proferiu, no século XVII, as célebres sentenças: “o homem é o lobo do homem” e “guerra de todos contra todos”. O pensador inglês discorre sobre a violência, pressupondo uma trajetória entre o “estado da natureza”, uma verdadeira barbárie, e o “estado da sociedade”, a civilização. Os homens estabelecem um pacto, um contrato social que consiste numa “transferência mútua de direitos”, traduzindo uma ordem moral, a garantia de paz e de conservação da vida.

Nicolau MAQUIAVEL (1996), por sua vez, na passagem do século XV para o XVI, analisa o papel que cabe ao governante desempenhar para garantir a conservação de seu estado e a manutenção da paz. Para isso, todos os meios são válidos e, se não é possível ser temido e amado ao mesmo tempo, é preferível o primeiro, que se apresenta recheado de medo, que será sempre reforçado pelo castigo. Com isso, não quer dizer que o príncipe não deva ser bom, mas que se precisar deve praticar o mal. A bondade em tempo integral conduzirá à ruína. Isso porque, "os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres bem, todos estão contigo (...) desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas, quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte". (MAQUIAVEL, 1996, p.98) Insiste que, quando necessário, o príncipe não deve agir com boa índole. E para isso existe o caminho das leis, próprio dos homens, e o da força, comum aos animais. O príncipe deve saber conjugar ambas, pois a escolha de uma delas em detrimento da outra provoca a instabilidade do governo. No mundo humano, aconselha a adotar exemplos de personagens históricas que obtiveram sucesso em seus desafios; no animal, a agir com a força do leão e a esperteza da raposa.

A manutenção da paz é adquirida, em HOBBS, mediante um contrato que asseguraria o estado de sociedade e que impediria os homens a agirem como seus algozes, como seus lobos, seus devoradores sanguinários. Em MAQUIAVEL, é

garantida pela atuação do governante, que pode/deve utilizar de todos os meios, inclusive dos violentos, para manter a ordem pública. Em ambos os casos perpassa a idéia de que os homens são naturalmente combatentes, egoístas e violentos. Obviamente não existe um consenso sobre esta questão e outros autores, ROUSSEAU por exemplo, apontam a segurança, a paz e a ordem como inerentes à natureza humana.

Nessa linha de raciocínio, o Estado hoje não estaria cumprindo seu papel. Nancy CARDIA (2000) associa essa deficiência com uma grave crise econômica, que ocorre juntamente com o processo de democratização: “a crise afeta a capacidade do Estado de investir em todas as áreas: saúde, educação, justiça e segurança pública. O Estado não consegue, no processo de consolidação da democracia, aplicar as leis e garantir a segurança da população”. (CARDIA, 2000, p.28) Essa é, conforme já exposto em linhas anteriores, uma das formas de interpretar o aumento exacerbado de violência nos últimos anos.

Outra maneira, já expressa de forma restrita, é decorrente da ilustrada acima. A deficiência do Estado, aliada ao crescimento da crise, promove restrições no serviço público, uma falta de empregos formais e, em conseqüência, um aumento significativo de pobres. O crescimento populacional, proveniente principalmente do êxodo rural, agrava o quadro. Trabalhadores rurais, a maioria sem qualificação para atividades urbanas, engrossam a fila de espera de serviços que concentram mão-de-obra barata, formando, juntamente com os desempregados da cidade, um verdadeiro “exército industrial de reserva”. Cria-se, então, uma associação, legitimada pelos meios de comunicação, da pobreza com a violência, especialmente nos grandes centros urbanos.

O discurso sobre a violência assume, dessa forma, duas faces:

uma que atribui a disseminação da violência a uma disfunção do progresso, na suposição de que o aparelho de Estado eventualmente perde sua capacidade de frear o lobo que mora nos homens; outra, que a associa mecanicamente ao desenvolvimento do capitalismo onde a desigual distribuição da renda que lhe é inerente torna-se responsável pela instauração de

um estado de guerra dos “pobres” contra os “ricos”, que se estende, até mesmo, a uma absurda violência de “pobres” contra “pobres”. (LAMARÃO; BRITTO, 1995, p.26)

Esses dois discursos tendem a naturalizar a violência, a percebê-la como algo intrínseco às relações humanas. Reproduzem a associação entre violência e cidade e, conseqüentemente, entre pobreza e marginalidade. LAMARÃO e BRITTO aludem, deste modo, à necessidade de (re)conceituar a violência, relativizando noções correntes, como a que explica a violência como sintoma de uma classe, de uma raça, de uma localização geográfica ou a que procura definir a violência a partir de uma noção genérica. Não se pode perder de vista, sob pena de negligência teórica, que o que existe são violências, e não *a* violência.

3.2 A CIDADE E A VIOLÊNCIA

A antropóloga Alba ZALUAR (1985, 1994) é referencial obrigatório quando o assunto é violência urbana. Seus diversos trabalhos na área discutem o tema com a segurança inerente à pesquisa empírica. *O Condomínio do diabo* (1994), coletânea de ensaios da autora, versa sobre a criminalidade, a violência no Rio de Janeiro. Violência que está nas ruas e nos meios de comunicação, física ou simbólica, traduzida em gestos e palavras e percebida de diferentes formas. A autora menciona que “a classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência”. (ZALUAR, 1994, P.13)

Em suas pesquisas, o nome do lugar importa. São tantos lugares marginalizados com casas e ruas estigmatizadas pela pobreza “social e moral”, que poderia ser qualquer um. Ruas mal feitas, sem infra-estrutura, por onde circulam diversos personagens que compõem um cenário na maioria das vezes deprimente:

trabalhadores, desempregados, bêbados, desocupados e traficantes. A rua é o espaço obrigatório do conjunto habitacional ou da favela, espaço de transição que liga o público e o privado, espaço de vida e de alegria, espaço de medo e de morte. “É nesse cenário opressor, nesse espaço de segregação moral, nesse campo definido de fora como o campo da criminalidade, que os trabalhadores urbanos de baixa qualificação arrumam e enfeitam suas casas, educam seus filhos, inventam estratégias de sobrevivência, montam organizações vicinais para reivindicar melhorias no bairro e para tornar alegre o seu lazer”. (ZALUAR, 1994, p.15) Lugar que impõe a convivência forçada com bandidos e com policiais. Criminosos que moram perto de suas casas, que estabelecem laços com a comunidade, que influenciam seus filhos. Policiais que no combate às drogas, ao tráfico, provocam medo no restante da população, tratando a maioria dos pobres como bandido. O olhar da população local sobre os bandidos não é consensual, mas sobre os policiais, que há muito perderam o título de heróis, é quase sempre envolto de temor e ódio.

O bandido nem sempre é visto como vilão, sendo considerado, em muitos casos, herói, “vingador de seu povo”, “protetor de seu pedaço”. Em outros, é visto como corruptor de jovens, desleal, imoral, ganhador de dinheiro fácil. É diferente do malandro, cantado em prosa e verso, pois porta arma de fogo, quando o malandro no máximo arriscava uma navalha. O antigo malandro possuía um charme peculiar, que o caracterizava através do estilo inconfundível de vestir. O bandido de hoje é desprovido de um estilo próprio, consumindo o que a sociedade oferece.

O bandido, destituído do encanto construído em torno da malandragem de outrora, ora é identificado como um homem “marcado” ora como indivíduo eivado de “revolta”. ZALUAR traça o perfil do bandido em duas imagens. Uma imagem é a do bandido marcado, que infringiu a lei, com “crime nas costas”, “oitão na cintura”, notabilizado pelo crime cometido e que por isso, em grande parte das vezes, entra definitivamente no crime. Outra imagem é a que identifica o bandido com os pobres, com todos, não sendo melhor nem pior que os outros. Todavia, as duas imagens

apresentam o bandido com o mesmo símbolo: o revólver na cintura. Fazem parte de um sistema de poder no local, apadrinhado pela arma de fogo, que dita as regras tanto para a bandidagem quanto para a população de forma geral.

População que convive com o medo cotidiano e que é a cada dia mais discriminada, marginalizada. Apontada pelos meios de comunicação como suspeita primeira de crime, de violência, está cada vez mais acuada e sem perspectivas. A associação criminalidade/pobreza adquire espaço amplo e um número cada vez maior de adeptos. Essa associação, no mínimo reducionista, cria estereótipos de “marginais”, se tornando uma forma de ampliação de violência e promovendo uma espécie de solidariedade entre pobres e bandidos.

ZALUAR afirma que,

O espelho que se constrói agora no Brasil é este: pobre, criminoso, perigoso. Pela prisão por vadiagem de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Pelas constantes narrativas de crimes e da morte de criminosos nos bairros pobres da cidade que toda a imprensa diária fornece (...) Pela recusa de emprego feito pelo patrão ou empregador ao candidato pobre quando toma conhecimento do local onde esta mora. O espelho não é bonito, ao contrário. E corre o risco de estar sendo levado ao pé-da-letra por um número cada vez maior de jovens, apesar dos esforços de muitas pessoas ligadas às organizações populares no sentido de mudá-lo com a construção de uma identidade positiva feita por eles mesmos (ZALUAR, 1994, p.33,34)

Espelho assustador, porém polido pela Polícia e pelo Sistema Judiciário que constituem os meios poderosos de controle dos países modernos industrializados. Os que infringem a lei são identificados como criminosos e encarcerados em presídios superlotados, insalubres e perniciosos que há muito não cumprem sua função maior: de disciplinar e recuperar os presos.

Recorda-se aqui o célebre estudo de Michel FOUCAULT (1977) sobre a penitenciária. Em *Vigiar e punir* trabalha a disciplina nos hospitais, manicômios e prisões, os quais denomina "instituições completas e austeras". Nelas, o corpo é visto como uma máquina, passível de manipulação e controle. Esse olhar sobre o corpo e, conseqüentemente, sobre a disciplina, é relativamente recente, pois data do século

XVIII e se impõe como uma dentre tantas diferenças existentes nas sociedades agrárias e nas industriais. Com ele, surgem novas técnicas que avançam com a manipulação do tempo e do espaço e associam intrinsecamente disciplina e utilidade. Comentando essa associação, FOUCAULT (1977, p.127) afirma que "a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)". O corpo preparado, apto, útil é um corpo submisso, dominado e confinado, numa forma ideal de prisão. O ambiente panóptico está longe das prisões no Brasil, onde a disciplina se encontra bastante comprometida.

Os meios de controle social ajudam a disseminar a idéia de que a maioria dos criminosos são diferentes biologicamente, pobres e com um determinismo, uma pré-compulsão para o crime. Assim, o criminoso não seria um ser comum, estando deformado física e moralmente. E caso as investigações mostrem o contrário, ou seja, de que o criminoso não é pobre, o sistema demonstra que existe uma diferenciação expressiva entre os criminosos pobres e não pobres, depondo contra a afirmação de que todos são iguais perante a lei. ZALUAR afirma que:

A certificação da autoria, por sua vez, desvinculou-se da idéia de que todos são iguais perante a lei (...) É a condição social dos autores e não seu *status* de cidadão ou sujeito que passa a predominar e a favorecer o rigor e a rapidez nas investigações. Para os pobres, então, restou apenas um número de identificação e as impressões digitais marcadas na polícia. Não uma identidade, mas um número. Não é a condição de sujeito, mas a de assujeitado ao controle e vigilância do Estado, senão à opressão policial pura e simples. (ZALUAR, 1994, p.65)

O aumento de armamento da polícia e maior rapidez do sistema judiciário são medidas importantes, porém, consideradas isoladamente, insuficientes para diminuir os altos índices de violência presentes na sociedade. É necessário rever esses conceitos discriminatórios e garantir de fato uma política menos excludente e mais igualitária. É necessário igualmente combater a corrupção policial e criar uma política de segurança pública que possa ser efetivada com êxito, diminuindo a violência de forma geral e o número de óbitos que ela promove. É preciso, enfim rever a justiça

brasileira. Numa entrevista ao jornal Paquim21 (23/04/2002), Luiz Eduardo SOARES atenta para essas questões e discorre sobre uma sensação de injustiça generalizada que assola o país e que se manifesta “sob a forma de impotência”. Injustiça expressa na violência, em policiais corruptos, em bandidos armados, que gera uma verdadeira “cultura do medo”, redefinindo valores e escolhas de vida.

CARDIA detecta o aumento significativo da violência nos grandes centros urbanos, nas últimas duas décadas, especialmente da violência fatal. Violência que ocorre principalmente em lugares pobres e carentes, áreas excluídas nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas. Áreas de pouca infra-estrutura, “abandonadas” pelo Estado, com casas e ruas feitas sem nenhum planejamento. Lugares onde a segurança inexistente ou é extremamente precária e onde há, em virtude disso, uma maior vulnerabilidade à violência.

Nesta ótica, “os crimes violentos estão associados a contextos onde há: a) desorganização social, entendida como pouca participação em atividades coletivas; b) pouca filiação a igrejas; c) muita mobilidade de moradores; d) desemprego; e) forte densidade populacional”. (CARDIA, 2000, p.30) Onde esses crimes acontecem com maior frequência, o medo, a insatisfação com o lugar, aumentam significativamente, ao mesmo tempo em que a comunicação, o sentimento de autonomia e de controle diminuem. As pessoas tornam-se desconfiadas, inseguras, mudam seus hábitos, evitando determinados lugares.

As mudanças no estilo de vida, nas percepções de lazer e de segurança, são, segundo ADORNO, características de um cenário marcado pela incerteza. Um cenário dominado pela violência urbana e onde todos demonstram preocupação e zelo. “Essa sensação de que qualquer indivíduo, qualquer cidadão, independente da classe, do gênero, da etnia e da geração, pode ser vítima potencial de uma violência, por furto, assalto, estupro, sobretudo por ameaça à sua vida, gera medo, insegurança, incerteza”. (ADORNO, 2000, p.100)

Tal como ZALUAR havia enfatizado, CARDIA menciona que “o medo

fortalece ainda preconceitos e estereótipos. As pessoas desconfiam de jovens, estranhos e pobres com maior frequência”. (CARDIA, 2000, p. 31)

3.3 OS JOVENS E A VIOLÊNCIA: AUTORES E VÍTIMAS

Os jovens estão atualmente no centro do debate que envolve a violência, tanto como vítimas quanto como autores. ADORNO (2000) aborda os jovens como autores da violência, constantemente expostos pelos meios de comunicação e consolidados pela opinião pública, e como vítimas preferenciais ilustradas em gráficos estatísticos de homicídios. Gráficos que retratam, conforme destacado anteriormente, uma dura realidade: o homicídio é a principal causa da morte de jovens entre 15 e 24 anos, do sexo masculino.

O envolvimento de jovens com a violência é inegável, podendo ocorrer de várias formas: espectador, vítima, autor, consumidor de drogas. Aqui, destacam-se primeiramente as drogas, visto integrarem o universo juvenil, seja como prática, seja como representação. Tal questão exige uma breve conceituação.

Beatriz CARLINI-COTRIM (2000) debate o consumo de drogas, especialmente o realizado pelos jovens, visando entender a preocupação que a sociedade tem revelado com o tema. Com este intuito, resgata a concepção do termo. No sentido corrente, divulgado pelos meios de comunicação, drogas são substâncias ilícitas - como cocaína, crack, maconha, entre outras – que provocam dependência química. As chamadas drogas lícitas, principalmente o álcool e o cigarro, não são tão atacadas como politicamente incorretas, independente de também provocarem sérios danos ao organismo, ou seja, de também serem drogas. A autora revela a relatividade do conceito lícito/ilícito, destacando o caso dos Estados Unidos no início do século XX, onde havia proibição de consumo de álcool e a cocaína era vendida em farmácias. Independente da legalidade, o conjunto das substâncias acima destacadas, são drogas e

como tal devem serem tratadas.

Nessa concepção, existem dois grupos consumidores: um, comumente associado aos jovens do sexo masculino, que consome as drogas ilícitas; outro, formado pela maioria da população que acaba utilizando drogas “mais educadas”, legalizadas, socialmente aceitas. Contudo, a preocupação que a sociedade tem demonstrado em torno do envolvimento dos jovens com a droga ilícita é justificada pela morte de muitos. Morrem jovens, vítimas de violência geralmente provocadas pelo uso da droga: suicídio, homicídio, acidentes de trânsito.

O uso de drogas, compreendidas aqui no sentido difundido pela imprensa, pode ser um trampolim para a criminalidade: furtos, assaltos, seqüestros, muitas vezes realizados para adquirir dinheiro para o consumo. Porta de entrada para um mundo marcado pela violência cotidiana.

No caso dos jovens pobres, existem outros agravantes que facilitam a escolha pela criminalidade. Com pouco preparo profissional, possuem duas opções: o trabalho duro e mal remunerado ou o “trabalho” perigoso e desonesto. ZALUAR comenta que, “nesta luta entre possibilidades, alguns jovens preferem o poder e a fama, embora curtos, e o dinheiro, embora marcado. E muitos deles morrem. Porém, os que sobrevivem reclamam cada vez mais do seu viver, principalmente os “otários” [trabalhadores assalariados]. Assim o ciclo continua, aumentando a hoste dos bandidos”. (ZALUAR, 1994, p. 10)

A escolha pela vida bandida geralmente é facilitada pelas dificuldades que os jovens enfrentam para se inserir no mercado de trabalho. A deficiência educacional, a irrerealidade dos cursos profissionalizantes que não preparam de fato para o trabalho em fábricas, o alistamento militar obrigatório, as barreiras sociais, o preconceito, a pobreza, a cor, são impedimentos para adentrarem no mundo do trabalho. “Eles são perigosos antes de efetivamente o serem, ao optar pela vida criminoso. E a própria consciência que têm dessa barreira torna-se um fator a mais na sua inclinação para o crime. É um círculo vicioso que opera como um obstáculo efetivo à obtenção de

emprego e como um mecanismo psicológico poderoso na construção de sua identidade”. (ZALUAR, 1994, p. 17) A escolha pelo crime é, nesse caso, quase que inevitável.

O tráfico de drogas é um atrativo para os jovens e uma possibilidade de ganhar somas vultosas, seguindo a hierarquia das quadrilhas. No topo, segundo ZALUAR, está o traficante (compra a droga, anda armado, monta a quadrilha); logo depois, se encontra o homem de confiança do traficante, o vapor (recebe a droga no local e espera os fregueses); por fim, o avião (procura o freguês o indicando ao vapor e anuncia a chegada da polícia). Hierarquia garantida por laços de lealdade e onde a traição é resolvida a bala.

O fascínio que o crime exerce sobre os pobres jovens é tal, que a mãe favelada, afirma ZALUAR, vive um drama diário que se passa na rua. É nela, outrora símbolo de liberdade, democracia e lazer, que seu filho pode ser seduzido pelo crime ou ainda confundido pela polícia com bandido e aprisionado. Hoje, a rua se torna um espaço crítico, de perigo, de morte. O envolvimento com a ilegalidade inicia-se cada vez mais cedo. Meninos e adolescentes que penetram neste mundo aprendem fácil e são inimputáveis criminalmente. Alguns motivos justificam a escolha: o fascínio que o tóxico, a arma, o dinheiro e as roupas bonitas exercem sobre o jovem associado a uma disposição para matar.

Nesse sentido, ZALUAR afirma que a escolha pelo crime ocorre geralmente por influência dos outros, seguindo uma ordem de razões: a facilidade de ganhar dinheiro e garantir seus sonhos de consumo e o uso de drogas; a possibilidade de andar com uma arma de fogo, símbolo de força e poder; a má-companhia. Numa sociedade movida pelo consumo, onde o ter e o vestir caracterizam as pessoas, a necessidade de dinheiro se torna cada vez mais evidente. A escolha pelo crime novamente é facilitada, mas acaba se tornando uma escolha de vida.

Ter “cabeça”, que significa pensar, escolher e decidir sozinho, é condição para tornar-se chefe ou “ser o cabeça” o que comanda os “teleguiados”. Esta é a separação mais

importante no mundo do crime local: os “cabeças” e os “teleguiados” pertencem a duas classes distintas de pessoas. Os cabeças fortes, espécie de sujeito absolutos, opõem-se aos “mentes-fracas” ou teleguiados, pessoas completamente sujeitadas ao domínio e fascínio dos “cabeças”. Um domínio absoluto necessita de uma submissão sem falhas. Mas a associação não é feita sem a participação de um outro elemento fundamental: o porte da arma de fogo e a disposição para matar. (ZALUAR, 1994, p.102)

O jovem que opta por esse estilo de vida morre geralmente, conforme ZALUAR, antes dos vinte e cinco anos; é uma vida curta, repleta de violência, medo, tensão, onde o aqui e agora superam qualquer coisa, qualquer desejo escondido de uma outra vida. “Na ausência de uma engenharia institucional que busca a justiça e o acesso a todos, e que daria sustentação ao aparecimento de uma nova cultura, formam-se as condições para o aparecimento e difusão deste viver trágico dos jovens bandidos”. (ZALUAR, 1994, p.116)

Todavia, nem todo jovem pobre se envolve com a criminalidade ou com o mundo das drogas como ator, como protagonista principal. Muitos, apesar das inúmeras dificuldades expostas, adentram no mundo do trabalho, geralmente sem qualificação, antes mesmo de concluir o ensino médio. Empregam-se no setor terciário, conforme mostra João Aníbal dos SANTOS (1999), em prestação de serviços, lanchonetes e supermercados, para ajudar, complementar a renda familiar. Isso não garante, entretanto, a ausência de drogas ou de violência em suas vidas. Convivem com as drogas como usuários ou espectadores, bem como com a violência de forma geral.

SANTOS faz uma análise comparativa sobre projetos de vida de jovens de camadas populares e de classe média alta em Porto Alegre e, nela, detecta que o uso de drogas é um elemento “transclassista”. Afirma que “o mundo das drogas, assim como a violência, encontram-se presentes entre os jovens, seja de forma direta, enquanto usuários ou indiretamente, a partir das redes de relações ou a partir do convívio nos espaços de sociabilidade”. (SANTOS, 1999, p.55) Transclassista é também o medo freqüente que assusta os jovens temendo se tornarem vítimas da violência. Medo

difundido cotidianamente pelos meios de comunicação, independente de atuarem como propagadores, propiciando um verdadeiro espetáculo da violência, ou como reprodutores imparciais. O fato é que a sociedade e os meios de comunicação exalam violência por todos os poros, o que a torna corriqueira, banal, indiferente ao medo que ainda provoca. Desta forma, pode-se pensar, conforme CARDIA, numa “normalização” da violência como uma estratégia de sobrevivência em selvas de pedras, como forma de tornar-se menos sensível a ela, uma vez que não é possível aniquilá-la. A violência torna-se normal, no sentido de usual, comum.

Na relação jovem/violência que se estabelece em Curitiba, também é assinalado um aspecto de normalidade da violência. Ana Luisa Fayet SALLAS (1999) realiza um trabalho com jovens de catorze a vinte anos, representantes de todas as classes, procurando delinear suas percepções, suas representações de juventude, cidadania e violência. No que tange a esta última, os jovens apontam para uma disseminação da violência em todo o cenário urbano – rua, ônibus, parques, jogos de futebol, etc. – mas, associam violência e pobreza ao elegerem os bairros mais pobres como os lugares mais violentos da cidade, antes mesmo dos espaços com grande aglomerações. Essas associações são consolidadas pelos meios de comunicação que exploram com requintes sensacionalistas a violência ocorrida em bairros pobres, bem como outros atos violentos decorrentes de grandes aglomerações em jogos de futebol e bailões, por exemplo.

Na leitura dos jovens, que destacam a violência como o que menos gostam em Curitiba, um dos motivadores da violência é a falta de ação policial ou uma ação que não é democrática, não prioriza a segurança de todos, estabelecendo uma discriminação ao promover primeiramente a segurança no centro e nos bairros nobres e, posteriormente, na periferia. Discriminação que se expressa igualmente na ação policial contra os jovens, que procuram andar em turmas, em “galeras”, para se proteger da violência de forma geral e da polícia de forma especial, principalmente os pobres, sem distinção entre moças e rapazes.

A disparidade na segurança da capital é expressa em números que comprovam o dizer dos jovens: áreas consideradas violentas possuem menos policiamento do que as áreas centrais. A RMC (Região Metropolitana de Curitiba), a região sul e a leste, tidas como violentas possuem, respectivamente, um policial para: 2.000, 1.100 e 670 habitantes. A área central, por sua vez, tida como menos violenta, possui um policial para cada 450 pessoas, compondo o único batalhão dentro dos parâmetros estabelecidas pela ONU (Organizações das Nações Unidas). (LIMA, 2001) A falta de policiamento adequado, decorrente principalmente do número insuficiente de policiais, aliado ao crescimento da população (aproximadamente cem mil habitantes por ano), resulta no aumento de violência tanto na cidade quanto na região metropolitana.

Os jovens entrevistados, na pesquisa coordenada por SALLAS, não questionam a instituição policial, vista como necessária, mas a falta de preparo dos policiais que cometem violências extremas, tanto simbólica quanto física. A violência policial é percebida aqui como prática e representação. Como prática, não distingue gênero nem lugares, podendo ser física ou simbólica. Como representação, os jovens concebem um policial corrupto, que compartilha o “fruto dos roubos” e que discrimina com atos violentos os jovens das camadas populares, especialmente quando ele é negro.

A natureza da violência na cidade é atribuída por seus principais protagonistas “à televisão, ao governo, à imigração de trabalhadores e bandidos, à corrupção, à falta de emprego, falta de perspectiva de vida, ao crescimento da cidade, à própria sociedade, ao racismo ou a eles mesmos, revelando, às vezes, dificuldade em identificar um responsável único por ela”. (SALLAS, 1999, p: 323) Essa violência é compreendida em suas dimensões física e simbólica, objetiva e subjetiva. Não somente as ações, as agressões físicas, mas também as morais, o constrangimento propiciado por gestos e palavras.

Numa perspectiva assaz otimista, os jovens curitibanos acreditam na

minimização da violência, através de conscientização individual, da reestruturação da segurança pública e dos sistemas judiciário e escolar, da diminuição de preconceitos, do aniquilamento das favelas e do tráfico de drogas e da legalização da maconha.

A imagem que compõe a cidade no limiar do século XXI está, infelizmente, longe deste sonho coletivo. O quadro não é tão feio quanto o descrito por ZALUAR no Rio de Janeiro, tampouco atinge os altos índices de São Paulo, mas é totalmente desconcertante. A capital paranaense está bastante violenta, o que é comprovado em números estatísticos, conforme o Mapa da violência III organizado pela Unesco, e em sentimentos, descritos por ADORNO, de medo e incertezas. O mapeamento dos dados da violência, especialmente a juvenil, em território nacional, possibilita compreender melhor os índices do Paraná.

No Mapa da Violência III, elaborado por Jacobo WASELFISZ (2002), são analisadas as várias formas de violência fatal (homicídio ou agressão fatal, suicídio, acidente de trânsito) que acometem a juventude brasileira e que apontam para “novos padrões de mortalidade juvenil”: em 2000, 70% dos jovens morreram por causas externas, sendo que a maioria, 39,2%, por homicídio. Fato que se torna ainda mais grave quando detectado que, no conjunto da população, apenas 12,2% dos óbitos brasileiros são provenientes de causas externas. A taxa nacional de óbitos por homicídios aumentou de 20,9 para cada cem mil habitantes, em 1991, para 27,0, em 2000 (Tabela 1 – Anexo 2). Nesse mesmo período, a *causa mortis* por homicídio dos jovens também cresce: 35,2 , em 1991, e 52,1, em 2000, para cada cem mil jovens (Tabela 3 – Anexo 3). Isto significa que o número de homicídios cresceu 50,2% na população geral e 77% na população jovem.

O Paraná não figura entre os estados que possuem maior taxa de homicídio (Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo), nem entre os menores (Santa Catarina, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte), estando em décimo sexto lugar no cenário nacional. Todavia, o que impressiona e assusta é o aumento significativo de mortes por homicídios na capital, na última década: em 1991, 14,5 em cada cem mil e, em 2000, o

número é de 18,5. A taxa de óbitos por homicídio na faixa etária de 15 a 24 anos é alarmante: em 1991, 28,3, em 2000, 54,8 para cada cem mil jovens, o que significa um aumento de 93,6%.

Os jovens são, então, as principais vítimas dos homicídios, sendo que a maioria absoluta desses jovens são do sexo masculino e morrem geralmente nos finais de semana. WASELFISZ afirma que 70% dos óbitos por homicídio ocorrem aos sábados e domingos. A mídia e parte da bibliografia especializada colocam a violência juvenil como síndrome da modernidade, “como uma categoria explicativa quase universal de nossa cultura globalizada (...) Contudo isso não parece acontecer em 35 países, cujas taxas de vitimização apresentam sinal negativo. Isso permite por em dúvida a aparente ‘universalidade’ da violência juvenil”. (WASELFISZ, 2002, p. 12)

A maioria dos assassinatos ocorre no país com a utilização de armas de fogo (63%), o que coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial (Tabela 3 – Anexo 4). Não existe, segundo WASELFISZ, um controle rígido e uma regulamentação adequada sobre a compra e o porte de armas. Além disso, o mercado negro e o comércio clandestino, dificultam estimativas do número de armas existente no país. É necessário pensar uma política de controle, de proibição, que seja eficaz e que produza resultados imediatos, diminuindo a triste estatística de homicídios no Brasil.

Em Curitiba, segundo reportagem de Caio Castro LIMA (2002), houve 402 homicídios em 2001, sendo que 301 (74%) foram cometidos com armas de fogo, apesar de o registro de porte de arma ter diminuído 62%, conforme a Deam (Delegacia de Explosivos, Armas e Munições). Em contrapartida, houve um crescimento de armas não legalizadas (só no ano 2001, 1822 apreensões) que indica a existência de grande número de pessoas que portam arma ilegalmente.

O preço elevado e as dificuldades burocráticas na aquisição e no registro de armas – é necessário idoneidade e treinamento especial do Deam – levam parte das pessoas a optarem pelo mercado negro que recebe boa parte de seu arsenal da Argentina, conforme a Polícia Militar, e que não faz ressalvas a não ser econômicas na

venda do produto. O furto de armas também é comum. LIMA informa que, segundo a superintendência do Deam, foram furtadas oficialmente 1.033 armas em 2001, fora as que os donos não registraram queixa. Desta forma, é praticamente impossível precisar o número de armas existentes, pois a maioria das armas utilizadas em atentados contra a vida são clandestinas, compradas ilegalmente.

A violência fatal não apresenta o mesmo índice elevado em suas diversas manifestações. Ao aumento significativo da morte por assassinato não corresponde uma ascendência notável na morte por acidentes de trânsito. O número de óbitos aumentou, na referida década, 3,7 %, sendo que o incremento populacional foi de 17,8%. Isso significa que uma política conduzida com seriedade traz resultados excelentes: a nova Lei de Trânsito, promulgada em 1997, conseguiu baixar os índices de acidentes fatais nas vias brasileiras. É importante anotar que o número dos acidentes atinge mais os jovens que a população de forma geral.

O número de mortes fatais por suicídio aumentou na última década em torno de 30,8%, sendo que, no ano 2000, os jovens e a população total apresentam uma taxa de 4,0 em cada cem mil habitantes. Com o suicídio ocorre o inverso do que com o homicídio: quanto maior a faixa etária maior o número de suicidas. É interessante mencionar que, na classificação da Unesco, o Brasil encontra-se na terceira posição em homicídios de jovens e em 51º em taxas de suicídios.

Considerando as três causas de mortalidade – homicídio, acidente de trânsito, suicídio - WASELFISZ argumenta que os países onde as taxas de homicídio são maiores do que as de acidente de trânsito (sendo que o Brasil figura entre eles) constituem uma exceção: somente seis entre os sessenta países analisados. Também não é regra a taxa de homicídios ser maior do que a do suicídio. Nesse sentido, o Brasil é uma exceção que apresenta índices alarmantes de mortes por assassinato. Os dados arrolados pelo Mapa da Violência III, comprovam as argumentações acima referenciadas que situam o jovem no centro dos debates sobre a violência que assola o país.

Pode-se considerar que o retrato do Brasil nesta passagem de século, longe de ser apreciado, produz um sentimento desolador. Diante de um quadro de violência sem precedentes na história do país, onde as sombras são assustadoras, as pessoas se tornam acuadas, perdem referências, mudam o estilo de vida. O medo passa a compor o cenário e os mais otimistas acreditam que logo as coisas tendem a melhorar. O fato é que elas precisam melhorar, caso contrário, instaurar-se-á um verdadeiro caos.

O aumento exacerbado dos fatos violentos, independente de sua natureza simbólica ou física, e sua extensa exposição na mídia, provoca uma vulgarização da violência e ela passa a ser considerada, muitas vezes, como algo normal, apesar das grandes mudanças que causa na vida do indivíduo. A violência passa a ser vista como intrínseca às relações humanas.

A explicação segue comumente por duas vias: a da incapacidade do Estado de garantir a satisfação de necessidades básicas, como saúde, educação e segurança; a que associa violência e pobreza, criando estereótipos de “marginais”. Visões reducionistas que, aliadas ao funcionamento do sistema judiciário, acabam gerando mais violência ao discriminar os que estão à margem da sociedade, ou seja, grande parte da população.

Os jovens, apontados como vítimas preferenciais e autores potenciais, vivenciam uma realidade extremamente preocupante. A relação do jovem com a violência apresenta laços estreitos e, a vitimização juvenil, dados perturbadores. Tal relação é pautada, entre outros fatores, por: desigualdade social, consumismo desenfreado, uso de drogas, falta de perspectivas, desemprego, problemas familiares, mudanças de valores.

O fato concreto é que a violência no Brasil, tornou-se um problema de saúde pública, que precisa receber prevenção, tratamento e controle. Maria Fernanda PERES (2002) alerta que a OMS (Organização Mundial de Saúde) trabalha a prevenção da violência como assunto prioritário devido ao exacerbado aumento da mortalidade por causas externas e ao crescimento da “morbidade física e mental” da população. A

autora prossegue constatando que,

Afirmar que a violência é um problema de saúde pública significa considerar a violência não em suas consequências para o indivíduo, mas para os grupos populacionais cujo modo privilegiado de enfrentamento são medidas preventivas. Ou seja, as ações no campo da saúde pública fundamentam-se na frequência e distribuição de violência na população e no reconhecimento de seus determinantes ou fatores de risco visando a sua prevenção. (PERES, 2002, p.54)

As medidas de prevenção ocorrem, segundo PERES, por três vias: primária – visa evitar que a violência se manifeste; secundária – diagnostica e trata dos casos que ocorreram; terciária – trata e reabilita casos estabelecidos. Medidas que objetivam garantir a saúde da população e que, para atingir o êxito almejado, devem considerar os aspectos macroestruturais, conjunturais, culturais e individuais da violência.

Os fatores macroestruturais, anteriormente citados, como desigualdade, desemprego, insuficiência de ações governamentais, favorecem o crescimento da violência que provocam, conseqüentemente, crescimento da criminalidade, da delinquência e exploração infanto-juvenil, entre outros. Os aspectos culturais e individuais são igualmente considerados: o uso de drogas lícitas e ilícitas, os comportamentos, as atitudes e normas, as relações de gênero e as relações familiares. Nesse sentido, com tantos fatores que podem atuar no surgimento da violência há uma dificuldade no sucesso das políticas preventivas que exigem, para terem precisão, outras ações da sociedade civil e do poder público.

Medidas estruturais para redução da desigualdade social, como geração de emprego, acesso a escolas e aos serviços de saúde, entre outras, e medidas específicas para a redução de fatores de risco (...) devem estar associadas a medidas que visem reduzir a impunidade, melhorar as condições de cumprimento das penas, e garantir acesso igualitário à Justiça. Desta forma, teremos políticas cujo resultado será não só a prevenção da violência, mas a promoção e proteção dos direitos humanos. (PERES, 2002, p.55)

É necessário trabalho em conjunto, ações coletivas para minimizar a criminalidade e garantir equidade nas relações sociais.

3.4 A VIOLÊNCIA NO TATUQUARA

Tatuquara, como outros tantos bairros periféricos da capital paranaense, possui o estigma de violento. Tanto mais por fazer divisa com a CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e estar próximo da Fazenda Rio Grande, isto é, bairro de Curitiba e cidade da RMC (Região Metropolitana de Curitiba) considerados bastante violentos. Esse estigma reflete-se nas representações sociais que os moradores fazem da segurança pública, em especial da polícia, das drogas e da violência generalizada, influenciando em seu senso de justiça e em suas concepções de mundo.

O sentimento de medo é comum quando o assunto é violência. Olhares desconfiados e tom baixo nas conversas anunciam uma insegurança latente, um receio de estar se expondo a situações de perigo.

A falta de segurança é alardeada por quase todos os jovens e moradores em vários momentos, na revolta com o assassino, no repúdio ao assaltante, na decepção com a polícia, nos protestos pacíficos pela paz. No intuito de sanar essa deficiência, cada um encontra soluções dentro de suas possibilidades: uns pagam vigilantes (guardas noturnos), outros compram cães e os mais radicais compram armas. Todos concordam, contudo, que, os jovens do Tatuquara, a exemplo do que ocorre no restante do país, são os principais protagonistas, mas não os únicos, de atos e ações violentas. Tudo indica que o motivo deste feito no bairro, é a utilização de drogas, precisamente daquelas consideradas ilícitas.

Na escrita de um jovem aparece claramente o lado sombrio do protagonismo juvenil e as drogas como pivô da violência.

Não são só os jovens que cometem atos violentos, mas são responsáveis por mais da metade, e também dos mais graves; pode-se dizer que a violência gira em torno das drogas (pelo menos no bairro) e de um jeito ou de outro ela pode matar, seja naturalmente, ou utilizando de violência. (Redação 2 – 16 anos, sexo masculino)

Em outro relato de jovem e numa entrevista, novamente as drogas aparecem

como centro da violência. Jovens drogados cometendo infração:

Com as pessoas drogadas acontece a violência, por que tentam robar (sic) casas e outros no ponto de ônibus a violência não é com agressão mas sim com ameaças por dinheiro e jóias (...) A maioria dos infratores é de menor pois não podem ser preso, o que precisava era diminuir a maioridade pra 15, 16 anos. (Redação 16 – 16 anos, sexo masculino)

Ou jovens transgredindo a lei para comprar drogas:

Porque a gente tá convivendo com esse menor aí, ladrão, e que roubam qualquer um pra poder usa droga, eles não respeitam tanto a gente como os comerciantes e, principalmente, as pessoas que trabalham no centro, eles sabem que tem pagamento, então eles roubam... Não é que nem nós que trabalha aqui, eles não assaltam porque sabem que a gente já não anda com dinheiro... (Entrevista 5 - Mulher, 42 anos)

Neste cenário, como disse João Aníbal SANTOS (1999), todos convivem com as drogas e com a violência, direta ou indiretamente. Isto é, como usuários e praticantes de atos violentos ou como espectadores, integrantes das mesmas redes de relações, do mesmo espaço social, e, obviamente, muitas vezes como vítimas.

Os espectadores, por assim dizer, são duplamente vítimas: primeiro, por estarem expostos ao perigo de sofrerem atos violentos; segundo, por serem prisioneiros de seu próprio medo, o que os impede de se rebelarem contra os vitimadores. Dificilmente ocorrem denúncias, parece que impera um pacto de silêncio, regido pelo medo de ser descoberto e punido.

As pessoas sabem que existe, mas ninguém fala nada quando vê, porque se não daí sobra pra própria pessoa... (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

Já não podemos nem dormir direito ou deixar nossas casas sozinhas. A favela que há neste lugar é um dos grandes perigos. Além de existir muita miséria temos ainda que ver pessoas drogadas. Muitas pessoas dizem que quem mora na favelinha [invasão nas proximidades da linha do trem] “tem que ser surdo, mudo e cego”, porque se não eles acabam com a pessoa que não seguiu esta regra. (Redação 20 – 17 anos, sexo feminino)

Os jovens e os moradores gostam, entretanto, de destacar que na vila (lê-se

aqui Jardim da Ordem e Santa Rita) há muita gente honesta, “pessoas de bem”, trabalhadores que não fazem mal para ninguém, mas que são obrigadas a conviver com “marginais” e com a má fama que o bairro adquiriu pela ação de poucos. Os “honestos” são os estabelecidos, no dizer de ELIAS (2000), que possuem uma vizinhança forçada com os *outsiders*, com os que promovem todos os tipos de intrigas e atrocidades. Não se pode esquecer porém, que a ação dos não integrados retrata em grande parte a falta de perspectivas, de trabalho, a ausência de oportunidades.

Muita gente que não tem o que fazer, muita gente desocupada, desempregada. Têm muitos rapazes que a lei protege, que são menores, mais uns baita de uns marmanjões que podia bem tá trabalhando, ficam aí batendo perna o dia inteiro, fumando maconha, como a gente vê muitos, a gente até conhece, conhece (...) Tem muitos que têm vários talentos: uns pintam, outros pulam de skate, outro pula de bicicleta, quer dizer, só faltava alguém vim, conhecer os talentos pra poder até tira um tanto aí da juventude da gente aí desse buraco e uma vez saindo eles não voltam; eles só voltam se não acha apoio... (Entrevista 12 – Mulher, 35 anos)

Um dos relatos escritos sintetiza essa falta de perspectivas no momento em que arrola as causas da violência.

O desemprego está cada vez maior; A taxa de natalidade entre os pobres é muito grande; A segurança por parte da polícia é inútil; Por esses e vários outros motivos a violência vai nos acompanhar até o resto de nossas vidas..., se não nos matar primeiro. (Redação 2 – 16 anos, sexo masculino)

Visão pessimista de um jovem que não vê soluções a curto prazo para a violência e que não acredita no papel da polícia. Aliás, no que diz respeito a polícia, sua visão é compartilhada pela maioria da população pesquisada, que não a considera eficaz. Muitos comentam inclusive, que a proteção é, em algumas ocasiões, substituída pela agressão, quando por exemplo, a polícia confunde um trabalhador com um ladrão.

Tem pessoas que vem do trabalho, cansado (sic), pensando de chegar em casa tomar um banho, curtir uma tela, jantar. A polícia vem pensando aí é um ladrão, arrebeta o pobre do trabalhador. (Redação 8 – 19 anos, sexo masculino)

O desinteresse e a brutalidade dos policiais, expostos por outro estudante:

Isso tudo no meu ponto de vista é culpa dos governantes que não fazem melhorias no bairro para valorizar e quase não agem contra a violência. A delegacia que aqui fica nem se quer funciona os policiais são relachados (sic) não trabalham e as vezes pegam a pessoa errada e o violentam brutalmente. (Redação 9 – 16 anos, sexo masculino)

Na região, escutamos inúmeras reclamações efetuadas pelos jovens estudantes a respeito da polícia. Em várias ocasiões ouvimos histórias que retratavam a “confusão” da polícia que tomava por bandido o cidadão honesto e trabalhador, vítima agora de quem deveria defendê-lo. Outras histórias reais são as de jovens que por estarem conversando na rua, passeando, sofriam batidas policiais e agressões físicas, independente do fato de estarem “limpos”, isto é, sem drogas. Jovens privados da liberdade de ir e vir, estigmatizados como “marginais drogados”, tratados com brutalidade pela polícia.

Hoje a violência não está só na rua mas dentro da própria casa, e a polícia que poderia ajudar também gera violência. (Redação 34 – 16 anos, sexo feminino)

As representações sociais que os moradores elaboram sobre a polícia denotam uma insatisfação com a instituição e uma descrença no papel do policial, seja civil, seja militar. O despreparo e a brutalidade contra os cidadãos tornam o policial alguém de quem é necessário proteger-se. Ocorre claramente uma inversão de papéis: quem deveria proteger o indivíduo pode, na prática, se tornar uma ameaça a ele.

Vemos que, a polícia não está preparada para algum combate e já não podemos contar com eles para proteger nossas casas. Mortes ocorrendo pelas drogas e policiais também ajudando a aumentar a violência. (Redação 20 – 17 anos, sexo feminino)

O descaso da Polícia Civil torna-se evidente neste relato:

A Polícia Civil não presta nada, praticamente nenhum serviço pra comunidade assim. Só fica ali pra, como o pessoal diz, é só um lugar pra se esconder infelizmente...Aí fica recebendo...Semana passada (...) os ladrões entraram lá e soltaram os outros ladrões (...) Na Delegacia. Roubaram a viatura da polícia, prenderam os policias e soltaram os outros detentos (...) Se você liga pra lá de madrugada eles falam a seguinte frase: olha nós não temos viatura, não podemos sair, liga pra PM. (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

Outra reclamação comum dos moradores é a demora e a ineficácia no atendimento realizado pela polícia. Consideram, em sua maioria, que a polícia procede com uma desatenção latente para com a comunidade, que é, em sua maioria, formada por pobres.

Acontece alguma coisa você chama a PM, demora de duas a três horas pra eles comparecerem, mesmo em caso assim de assassinato que acontece com os meninos, que a gente fica sabendo e... A outra lá de cima [civil] também, fala vou investiga, vou investiga, e fica por isso mesmo, você não vê resultado... Não nunca, nem pra mim nem pra outros. (Entrevista 5 – Mulher, 42 anos)

Ou então:

Eu liguei pra polícia e quando deu dez minutos eu liguei de volta pra eles e falei: escuta vocês vão esperar o cara morrer pra depois vir aqui? É, mais é que tem só uma viatura, não sei o que. Eu falei: não interessa, tem criança lá e tão vendo todo aquele ambiente horrível lá, tá cheio de sangue pra tudo quanto lado! (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

A demora no atendimento policial é enfatizada por todos os entrevistados, mas sublinhada por aqueles que sofreram, ou tiveram alguém de sua família vítima de violência. Destaque-se que seis deles declararam terem sido vítimas de alguma forma de violência, enquanto os outros seis afirmaram nunca terem sofrido, nem ninguém de sua família, nenhuma forma de violência.

Um jovem relata o aumento da criminalidade e a falta de policiamento como sendo menosprezo dos governantes.

Como diz uma música de Gabriel, o Pensador, “a criminalidade toma conta da cidade, a sociedade põe a culpa nas autoridades”. A sociedade põe a culpa nas autoridades, porque, ela tem o direito de cobrar dos nossos governantes mais segurança. Se aqui no Jardim da

Ordem tivesse algumas patrulhas rondando, diminuiria os roubos frequentes que vem ocorrendo. (Redação 3 – 16 anos, sexo masculino)

Outra crítica feita à polícia diz respeito a sua suposta ligação com os bandidos. Contam que, assim como na época de ocupação do Jardim da Ordem, há lugares que a polícia não entra por saber ser um “reduto da bandidagem”. Dizem que os “marginais” procurados quando querem se esconder vão para o Terra Santa – vila formada predominantemente por invasores –, pois sabem que lá estarão a salvo da lei. Relatam também que a polícia “protege” alguns bandidos deixando-os libertos ou, ainda, que não prende outros tantos, para que eliminem bandidos inimigos. Ou seja, ficam livres enquanto fazem o trabalho “sujo” de matarem bandidos procurados.

Uma das entrevistadas discorrendo sobre o assunto baixa o tom de voz e olha para os lados, o medo em sua fisionomia é evidente. Receio de que alguém ouça seu depoimento, dentro da concepção de que ali na vila todos sabem de tudo e que, para garantir segurança, é melhor calar do que falar.

Eu fiquei sabendo, sabe aquele bandido o T., ele é procurado pela polícia. Eu tenho até medo de falar o nome dele, parece que ele já matou mais de três pessoas. Eu fiquei sabendo por um amigo de um policial lá da Rua da Cidadania do Pinheirinho, que a polícia tem a foto dele e sabe onde ele tá, mas que agora ela não prende porque ele tá matando criminoso. Ou seja, o bandido tá fazendo o trabalho sujo pra polícia e enquanto isso acontecer ela não prende. Só vai prender quando interessar pra ela... (Entrevista 8 – Mulher, 22 anos)

Outro depoimento considera esse procedimento policial como uma forma de justiça:

Antes tinha um delegado que era bom, esse delegado fazia justiça sabe? Era assim com os bandidos só que pedia aqueles uns eliminar os outros, aí iam eliminando... só que eu não sei o que aconteceu que eles tiraram esse delegado daqui, até eles tavam fazendo abaixo-assinado para que voltasse esse delegado, porque o novo que tá... (Entrevista 4 – Mulher, 30 anos)

Cria-se dessa forma, uma visão do bandido que mata bandido e essa morte é

vista como algo normal. O bandido que mata outro bandido estaria contribuindo com a sociedade a partir do momento que está eliminando outros que são, como ele, nocivos à população.

Duas entrevistas realizadas indicam, porém, uma outra representação a respeito da segurança pública, precisamente da ação da polícia no bairro. Consideram eficiente a ação da polícia.

Eu acho que o bairro aqui tem problemas de violência, de segurança, mas a polícia faz o que pode, acho que o problema é geral, não é só aqui é em outros lugares também. Eu saio a noite do trabalho, as viaturas geralmente tão passando. (Entrevista 8 –Mulher, 22 anos)

Lógico que acontece roubos, assaltos, mas hoje tem delegacia, tem policiamento, sempre tem viaturas rondando. Não é ainda suficiente porque o bairro cresceu muito, como aumentou o número de casas, como aumentou a população. Então eu acho o policiamento bom, só não é melhor porque é muita gente. Mas olha na minha rua mesmo volta e meia eu vejo passar uma viatura, eu não acho que a gente tem do que reclamar. Existe violência sim, mas é menos do que tinha antes e é como em outros lugares. (Entrevista 9 – Mulher, 36 anos)

Parte da população pesquisada aponta para um ponto: a violência no bairro hoje, apesar de grande, diminuiu com relação aos tempos idos. Essa diminuição todavia, parece indicar antes uma normalização da violência.

Com tudo que vai acontecendo as pessoas se chocam, mas a partir do momento em que isso vai ocorrendo com mais frequência elas vão se acostumando com o fato e achando naturalmente normal, se privando cada vez mais de saírem de suas casas, e cada vez mais se isolando como forma de segurança. (Redação 22 – 15 anos, sexo feminino)

A violência hoje é tão comum que as pessoas encaram isso como uma coisa normal. (Redação 37 – 17 anos, sexo feminino)

Independente de ter havido de fato uma diminuição, todos concordam que a violência existe, está presente em todos os lugares, tornando o indivíduo prisioneiro de sua casa, de sua insegurança, de seu medo. Sentimento que o cala, que o torna, inconscientemente, cúmplice da violência.

A violência em nosso bairro já não é mais como era há um tempo atrás. Hoje em dia o que ocorre bastante aqui são assaltos. Certo morador tem sua casa perto da delegacia, e mesmo assim ele já foi assaltado mais de dez vezes, entre estas teve uma em que os ladrões levaram tudo, inclusive a casa que era de madeira. Mas o problema não está somente nos assaltantes mas também nos próprios moradores que não fazem nada para mudar isso – talvez seja pelo medo – pois quando vêem um assalto ou algo parecido, eles agem como se nada tivesse acontecido. (Redação 11 – 16 anos, sexo masculino)

No Jardim da Ordem, as pessoas reagem, algumas com naturalidade, pois já se acomodaram com a violência. Outras reagem com medo em viver em um lugar que infelizmente a violência ainda impera com grande força. (Redação 26 – 16 anos, sexo feminino)

A aparente normalização da violência não impede contudo, que em certas situações ocorra uma reação da comunidade que clama por justiça, mesmo que ela seja feita com as próprias mãos e, conseqüentemente, acabe gerando mais violência.

A cada dia que passa a violência aumenta mais e vai continuar aumentando mais se ninguém fazer alguma coisa para melhor. As pessoas da vila reagem, ficam muito chocadas, algumas já acham até normal, outra querem lixa (sic) a pessoa que cometeu a violência, mas não é assim que se deve fazer. Violência não pode gerar violência. (Redação 24 – 17 anos, sexo feminino)

No relato de um adolescente não se encontra indícios da normalidade que cerca a violência, mas sim a vontade de mudança, de poder exercer de fato a cidadania.

Tiros, gritos, etc..., tudo isso é comum para mim, mas eu gostaria que não fosse pois como cidadãos temos nossos direitos principalmente de segurança que é o básico que um cidadão tem direito. (Redação 7 – 16 anos, sexo masculino)

Pode-se concluir a partir do relato da população pesquisada que a violência integra o dia a dia da comunidade, em palavras, pensamentos e ações. Está presente no discurso dos moradores e pode ser física, moral ou simbólica. Age numa relação dialética, influenciando as representações que a comunidade faz do mundo, e sendo influenciada por essas representações.

No bairro pesquisado, reproduz-se o fato e o discurso disseminado no Brasil,

conforme ADORNO (2000), segundo o qual os jovens são as principais vítimas de violência ao mesmo tempo em que são seus maiores praticantes. O álcool e, principalmente, as drogas proibidas são apontados como os maiores responsáveis pelas agressões, furtos, assaltos e mortes por assassinato que ocorrem nas vilas Jardim da Ordem e Santa Rita, apesar de seus nomes simbolizarem calma e tranquilidade.

Nesse cenário há uma normalização da violência, que interfere na elaboração de outra representação social, a da morte, especialmente a da morte violenta. No próximo capítulo, busca-se identificar as representações da morte e do morrer, da população em questão, resgatando as especificidades que permeiam as representações da morte violenta, especialmente do homicídio.

4 MORTE: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

4.1 EM TEMPO DE BOA MORTE

A morte é o fim da vida, o aniquilamento da existência, a interrupção total das funções vitais do organismo humano, é o não estar vivo. Mas é também expressão do simbólico e do social, apreendida pelos diversos grupos.

ARIÈS (1981, 1982, 1989) destaca que na Idade Média predominava a morte anunciada. O indivíduo morria em casa, de morte natural, em companhia da família e dos amigos, para quem expressava suas últimas vontades e recomendações. Possuía o tempo necessário para se conscientizar do fim da sua vida e de se preparar para a morte, através de orações e/ou receber a “extrema-unção”, no caso da morte cristã. A cena do moribundo em casa, no leito de morte, é descrita por Walter BENJAMIN. (1993, p.207) “Morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo, e seu caráter era altamente exemplar: recordem-se as imagens da Idade Média, nas quais o leito de morte se transforma num trono em direção ao qual se precipita o povo, através das portas escancaradas”.

A morte anunciada tem um caráter público, pois é compartilhada, apesar de consistir, em primeira instância, numa experiência individual. Além disso, é “ideal”, uma vez que quanto mais o indivíduo se prepara para enfrentá-la mais “perfeita” ela é. Esta morte pública e familiar, informa ARIÈS (1989), cumpre alguns requisitos fundamentais que justificam a denominação de “morte domada”, “domesticada”: sempre é precedida de aviso – há um reconhecimento da morte no tempo certo – que pode ocorrer por fatos, sinais naturais, ou ainda por uma certeza interior; é aguardada no leito de morte – com a cabeça posta em direção a cidade de Jerusalém – onde, tal como na “Chanson de Roland”, são realizados os últimos atos, a lamentação da vida e o perdão aos amigos; o moribundo reconcilia-se com Deus – confessa suas culpas e

implora a salvação da alma – e recebe a absolvição dos pecados.

ARIÈS diferencia esta morte pública e familiar da morte súbita, repentina, que não se faz anunciar e não permite a preparação habitual, sendo envolta numa camada de medo e mistério. “Não se morre sem ter tido tempo de saber que se vai morrer. Ou então era a morte terrível, como a peste ou a morte súbita, e era necessário apresentá-la claramente como excepcional e não falar do assunto” (ARIÈS, 1989, p.20) Nesse sentido, a morte súbita pertence à esfera do profano, enquanto a morte “domada”, está na ordem do sagrado.

A Alta Idade Média presencia, segundo ÁRIES, mudanças sutis nas atitudes perante a morte. Mudanças perceptíveis em alguns fenômenos: representação do Juízo Final, quarto do moribundo, “transi” e sepulturas. No primeiro deles uma transformação significativa. Na atitude antiga, para os que pertenciam à Igreja, não havia condenação, nem, conseqüentemente, julgamento, o que se altera no século XII e principalmente no XIII. A imagem do julgamento é agora soberana: “cada homem é julgado pelo *balanço da sua vida*, as boas e as más ações são escrupulosamente separadas nos dois pratos da balança”. (ARIÈS, 1989, p. 33) O Juízo é determinado pelo peso da balança, pelas escolhas feitas em vida, e pela intercessão da Santa Virgem e de São João.

No segundo fenômeno, um novo cenário é pintado no quarto do moribundo, que continua a preservar a imagem da boa morte aquela que ocorre no leito. Agora, o Juízo integra a cena do quarto, que é invadido por seres divinos e demoníacos que representam o imaginário cristão. O doente, em seu leito de morte, relembra todas as suas ações, as boas e as más; “a sua atitude, no fulgor deste momento fugidio, anulará duma só vez os pecados de toda a sua vida, se ele repelir a situação; ou, pelo contrário, anulará todas as suas boas ações, se ele ceder. A derradeira prova substituiu o Juízo Final”. (ARIÈS, 1989, p.34)

O terceiro fenômeno, denominado “transi”, nada mais é do que o aparecimento do morto no mundo artístico, isto é, o cadáver passa a ser retratado nas

artes e na literatura. As sepulturas por sua vez, quarto fenômeno que indica as transformações perante a morte, passam por uma individualização através da prática de cunhar inscrições, em placas de 20 a 40 cm, que gravem a memória do morto. ARIÈS conclui que antes o homem “resignava-se sem dificuldade maior à idéia de que somos todos mortais. Desde meados da Idade Média, o homem ocidental rico, poderoso ou letrado, reconhece-se a si mesmo na sua morte: ele descobriu a morte de si próprio”. (ARIÈS, 1989, p.42)

A partir da segunda metade do século XVIII, há uma alteração na concepção em torno da morte. Anteriormente, havia uma resignação, uma conscientização individual da morte. Agora, a morte é *romântica*, não porque desejável, mas porque bela. A morte, retratada com exaltação na literatura, é associado ao amor, a imagem de Eros ligada a de Thanatos. Reconhece-se e teme-se a morte do outro, do ser amado, e não mais de si mesmo. A morte no leito continua sendo “ideal”, representando a idéia de uma boa morte, mas algumas diferenças merecem destaque. O luto passa a ser exagerado, dramatizado, quase histérico, e os túmulos e cemitérios passam a ser cultuados.

ARIÈS afirma que, na segunda metade do século XVIII, o sepultamento na Igreja passa a ser questionado e não mais almejado. Os familiares querem a localização exata da sepultura do seu ente querido para poder visitá-lo, cultuá-lo, recordá-lo. Essa reivindicação se torna fundamental no processo de morrer, pois o túmulo adquire status de propriedade com garantia perpétua. Os cemitérios passam a ser espaços projetados fora das cidades, iniciando uma nova representação, consolidada no século XIX, da vida e da morte. “Pensa-se, e sente-se mesmo, que a sociedade se compõe simultaneamente dos mortos e dos vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários como os vivos. A cidade dos mortos é o inverso da sociedade dos vivos, ou, mais, propriamente que o inverso, a sua imagem, e a sua imagem intemporal”. (ARIÈS, 1989, p.51)

Norbert ELIAS classifica a leitura de ARIÈS, sobre a morte antiga e familiar,

como desprovida de imparcialidade. Não questiona o perfil histórico traçado pelo autor, muito pelo contrário, mas o considera como que traído pela idéia romântica da boa morte. Para ELIAS, o historiador francês “tenta transmitir sua suposição de que antigamente as pessoas morriam serenas e calmas. É só no presente, postula, que as coisas são diferentes. Num espírito romântico, Ariès olha com desconfiança para o presente inglório em nome de um passado melhor”. (ELIAS, 2001, p.19) Assim, a serenidade do passado, garantia de morte digna, substituída pela negação do presente, que a abomina e evita.

ELIAS questiona a morte medieval descrita por ARIÈS. Indaga seu caráter pacifista e a envolve com camadas de tormento e dor. O medo da peste, pavorosa, macabra a rondar as vilas e as cidades, abatendo ateus e cristãos com implacável precisão. O medo da morte precoce, do castigo divino, ajuda a compor o cenário medieval que afasta a idéia de morte pacífica. Era, então, o homem medieval consciente de sua morte, preparado para morrer?⁵

O caráter público e familiar do tema é, entretanto, evidente. A solidão não era exatamente uma opção entre os habitantes da época, que viviam em constante contato, não necessariamente desejável, com outras pessoas. A morte era naquela ocasião, um entre tantos assuntos presentes no cotidiano. ELIAS afirma que, “nascimento e morte – como outros aspectos animais da vida humana – eram eventos mais públicos, e portanto mais sociáveis, que hoje; eram menos privatizados. Nada é mais característico da atitude atual em relação à morte que a relutância dos adultos diante da familiarização das crianças com os fatos da morte”. (ELIAS, 2001, p.26)

A crítica de ELIAS é pertinente. Todavia, um pouco injusta. ARIÈS não ignora a vida curta e temerária da Idade Média. Só não enfoca com detalhes tais

⁵ No filme “O sétimo selo”, de Ingmar Bergman, o nobre medieval não aceita pacificamente a hora de sua morte. Para adiá-la, propõe um jogo de xadrez singular com a morte - caracterizada com roupa e capuz preto - ao final do qual selaria o seu destino: a vitória lhe garantiria a vida, a derrota lhe traria a morte.

aspectos pois não era seu objetivo; compreendem a morte brusca e repentina e não a ideal, a do moribundo em seu leito de morte, que se prepara para a morte e a aguarda com serenidade, sabendo-a inevitável. E essa é a imagem da boa morte, predominante no imaginário coletivo, até o início do século XX: calma, tranqüila, idealizada. E é essa imagem que é registrada em fotografias que visam garantir na memória dos vivos a serenidade dos mortos.

Mauro KOURY (2001), num belíssimo ensaio sobre o retrato dos mortos no Brasil urbano, construído a partir de entrevistas feitas nas capitais brasileiras, afirma que a fotografia mortuária, surgida no final do século XIX no Brasil, indica justamente a idéia da boa morte. Idéia que traduz um passamento tranqüilo, calmo, revelado nas expressões suaves dos mortos que pareciam simplesmente deitados nos braços de Morfeu, num sono quieto e profundo. A fotografia indica, dessa forma, a “face da boa morte”, mas possui também outras funções deveras importantes: mantém viva na memória a expressão do ente querido; representa socialmente a importância do morto; é um registro que busca ludibriar um dos maiores medos do homem, o esquecimento.

KOURY enfatiza que a fotografia mortuária, realizada originalmente por profissionais, passa por um processo de democratização, a partir de 1950, e sofre influência das mudanças que ocorreram na sociedade e reelaboraram o universo simbólico da morte. Destarte, a morte e o morrer passam a ser um assunto proibido para os homens urbanos no Brasil, a fotografia mortuária deixa de ser desejada como lembrança do morto. Há um apelo à vida e a memória do morto é garantida por fotos feitas em vida. Retratos que figuram em cartões, santinhos, lápides e, que visam garantir na memória a fisionomia viva do morto.

A “face da boa morte” é varrida do universo brasileiro, especialmente da classe média. KOURY diz que “a tendência moderna da maioria da população de classe média, de busca de eternização e recordação do morto parece se fazer a partir de sua lembrança quando em vida. A busca de retenção da memória dos mortos quando em vida como uma forma de esquecer o sofrimento e a dor que a morte provoca. A

face da morte passa a ser vista como sinônimo de morbidez ou desrespeito ao morto”. (KOURY, 2001, p. 78)

Jay RUBY (2001) afirma que os Estados Unidos do século XIX retratava seus mortos, através de fotógrafos profissionais, com a mesma naturalidade com que eternizava um casamento. A idéia do sono eterno, negando a idéia da morte como fim, era registrada com o título de “Último Sono”, enquanto o retrato “Vivo embora morto”, visava criar a imagem “não de uma pessoa em descanso, mas de uma pessoa viva”. (RUBY, 2001, p.91) Na passagem do século XIX para o século XX, as fotografias passaram a englobar, em torno do corpo do defunto, a família e as pessoas que freqüentavam o velório. A imagem do retrato não apenas como uma forma de recordar o ente querido, mas de registrar um “evento social”.

As fotografias não desapareceram no século XX, pelo menos não nos Estados Unidos, alerta RUBY. Somente alteraram seu uso: de pública se tornou privada. Usada inclusive em tratamentos terapêuticos. O autor afirma que,

No século XX, os fotógrafos profissionais continuaram a fazer retratos pós-morte, mesmo que não mais anunciasse o serviço. Recentemente, as famílias começaram a tirar suas próprias fotos e os especialistas que trabalham em hospitais com os pais de crianças mortas e natimortas vêm “redescobrimdo” o valor terapêutico destas imagens. As fotografias pós-morte circulam agora sob uma forma privada, a tal ponto que hoje muitas pessoas supõem que o costume foi abandonado. Não foi. Contudo, transformou-se no ato privado e confidencial de um enlutado”. (RUBY, 2001, p.110)

A sobrevivência do costume de fotografar os mortos em alguns lugares, não implica, contudo, a sobrevivência da imagem da boa morte. A morte idealizada do passado está enterrada e atualmente, em seu lugar, se impõe uma outra morte, caracterizada pela solidão e pela interdição.

4.2 A MORTE ATUAL

O século XX, com as grandes guerras, o advento do Nazismo, traz

modificações profundas nas formas de morrer. A morte pública e familiar é banida e, em seu lugar, surge a morte interdita e vergonhosa. Entre a década de 1930 e a de 1950, informa ARIÈS (1989), o moribundo perde, concomitantemente, o papel central do cerimonial que envolve a morte e o lugar que por séculos a acolheu: o leito.

O leito de morte é deslocado das casas para os hospitais. Mudança relacionada em grande parte com o avanço técnico-científico na medicina, que proporciona tratamentos cada vez mais especializados, diminuindo o sofrimento e aumentando a possibilidade de cura. O hospital torna-se o local ideal para morrer e é ele que abriga o mestre de cerimônias, o médico com os seus assistentes. “São eles os senhores da morte, do momento e também das circunstâncias da morte, e constatou-se que eles se esforçavam por obter do seu doente um *acceptable style while dying*, um *acceptable style of facing death* (...) Uma morte aceitável será uma morte tal que possa ser admitida ou tolerada pelos sobreviventes”. (ARIÈS, 1989, p. 57)

O hospital, aliado à dificuldade com que se depara a família para cuidar de seus doentes, representa um distanciamento, a possibilidade de não conviver de perto com a morte. É o espaço da morte na modernidade. E assim, a cada dia a morte é mais excluída do universo dos vivos: é menos nomeada, discutida, percebida. Hoje, afirma ARIÈS, a morte ideal é a que ocorre quase como em segredo, silenciosamente.

A transferência do lugar da morte e a cumplicidade entre médicos e família implicam o não reconhecimento individual da morte. Dificilmente há a conscientização da morte e, quando ocorre, o esforço é de afastá-la, através da fé na religião ou no avanço da medicina. Sobre isso, o historiador francês diz que “o quarto do moribundo passou do lar para o hospital. Por razões de ordem técnica essa transferência foi aceita, estendida e facilitada pelas famílias com a sua cumplicidade. O hospital é, daí em diante, o único local onde a morte pode escapar a uma publicidade – ou o que dela resta –, considerada, portanto, uma inconveniência mórbida”. (ARIÈS, 1982, p.624)

A morte interdita é solitária, com exceção de grandes personalidades. O

indivíduo é privado de compartilhar seus últimos instantes, bem como de conscientizar-se de sua proximidade. A sociedade a individualizou de tal forma que, pode-se dizer que hoje a morte ideal é aquela que não implica o reconhecimento, onde não se encontra presente a consciência individual da morte.

A morte torna-se um tabu. Não se fala sobre ela em público, tal como não se mencionava o sexo anteriormente. É um assunto que causa constrangimento. Maria Júlia KOVÁCS (1992, p.38) diz que, “o século XX traz a morte que se esconde, a morte vergonhosa, como fora o sexo na era vitoriana. A morte não pertence mais à pessoa, tira-se a sua responsabilidade e depois sua consciência. A sociedade atual expulsou a morte para proteger a vida”.

Essa mudança no tempo e no espaço é, em parte, explicada pelo processo de racionalização da sociedade ocidental moderna. Max WEBER (1989) afirma que todas as esferas da vida humana foram racionalmente desenvolvidas. A economia, a política e a cultura, assumem um caráter racional que pressupõe cálculo, planejamento e previsibilidade. Cita o exemplo do capitalismo, que se caracteriza pela organização racional, pela institucionalização do trabalho livre e pela incorporação da ciência e da técnica nos meios de produção. Esse processo de racionalização produz o “desencantamento” do mundo, com a substituição da magia e da religião pela ciência e pela técnica.

A sociedade moderna, voltada para a produtividade e para a maximização dos lucros, não pensa na morte e fala dela o mínimo possível, pois, ela não pode ser enquadrada na esfera de produção e consumo. A linguagem é transformada; o que antes era assunto recorrente e familiar, agora é tema negado. É o vazio, o nada, o mudo. É o fim, onde inexiste troca, laços, relações. É a sombra com a qual convivem todos os mortais.

O universo simbólico da morte é, assim, transformado: “o interdito da morte sucede de repente a um longo período de vários séculos, em que a morte era um espetáculo público, a que ninguém teria tido a idéia de se esquivar, acontecendo até

que alguns o procuravam. Que inversão tão rápida”. (ARIÈS, 1989, p.59) Inversão que afastou o moribundo de seu leito, de sua casa, de seus entes queridos.

ARIÈS alerta, porém, que não é em todos os lugares da sociedade ocidental que a morte é escondida. Os Estados Unidos também interditam a morte, mas não a excluem do universo dos vivos. Ao contrário. Existe um comércio em torno da morte, um jeito americano de morrer, que mantêm os ritos e o costume de fotografar os mortos, mas que renega a tristeza e o luto. Nas cerimônias fúnebres, preparadas por “funeral directors”, o corpo dificilmente lembrará a morte: é preparado, maquiado de tal forma que parecerá vivo. É uma celebração da vida. Apesar disso, tal como ocorre em outras sociedades, o moribundo é privado de sua morte, no sentido de preparar-se para ela, e a família de demonstrar seu sofrimento publicamente.

ELIAS (2001) afirma que a morte atual é recalcada, reprimida, nas esferas individual e social. Individualmente há uma dificuldade em lidar com os moribundos, de demonstrar-lhes afeição, pois eles expõem a fragilidade humana e relembram a própria morte. Socialmente há um escamoteamento da morte, pois ela representa um perigo para o desenvolvimento do processo civilizador. E é por isso que os moribundos ficam isolados, pois presentificam em vida a idéia da morte. “Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura”. (ELIAS, 2001, p.31) A morte reflete agora uma mácula a ser extirpada da sociedade.

Observando as transformações em torno do universo simbólico da morte, é possível observar características próprias da sociedade contemporânea. ELIAS assim o faz. A primeira característica é o aumento, nas sociedades desenvolvidas, da expectativa de vida. A segunda, aponta para um avanço técnico-científico sem precedentes que ameniza o sofrimento humano e adia a presença da morte. A terceira reflete sociedades pacíficas, onde a morte natural é normal e a morte violenta é excepcional. Por fim, a quarta característica é o “alto grau de individualização”, pela

qual os sentimentos não são manifestados publicamente e as pessoas tendem a viver sós. Atitude em vida que traduz a manifestação perante a morte.

A solidão dos moribundos, afirma ELIAS, pode ser traduzida no próprio tratamento fornecido aos cadáveres e à sepultura. Anteriormente, a preparação do corpo – lavagem, vestimenta, adornos (terço, flores), entre outros – era feita pelos parentes mais próximos, bem como a limpeza e a arrumação do túmulo. Hoje, essas atividades são feitas por especialistas que recebem para isso, enquanto a família preserva apenas a memória do morto. Memória que procura ser reavivada constantemente, inclusive nas inscrições realizadas na lápide tumular.

O que está escrito na pedra é uma mensagem muda dos mortos para quem quer que esteja vivo – um símbolo de um sentimento talvez ainda não articulado de que a única maneira pela qual uma pessoa morta vive é na memória dos vivos. Quando a cadeia da recordação é rompida, quando a continuidade de uma sociedade particular ou da própria sociedade humana termina, então o sentido de tudo que seu povo fez durante milênios e de tudo o que era significativo para ele também se extingue. (ELIAS, 2001, p.41)

Esconder a morte, recalca-la, reprimi-la, evitá-la, é digno de nota. Afinal, conforme MORIN (1976, p.13), “a espécie humana é a única para qual a morte está presente durante a vida, a única que faz acompanhar a morte de ritos fúnebres, a única que crê na sobrevivência ou no renascimento dos mortos”. Ou seja, a única que fantasia, nas palavras de ELIAS, sobre a morte.

A não aceitação da morte traduz a incapacidade do homem moderno de a ela adaptar-se. MORIN afirma que a morte só pode ser adaptada magicamente. Aqui, a religião desempenha um papel de fundamental importância, pois, a crença na imortalidade atua como paliativo sobre o medo da morte. O mito da “vida eterna”, pregado pelo cristianismo, e o do “eterno retorno”, defendido pelo espiritismo, exemplificam tal crença. Para os cristãos – que têm como principal símbolo a imagem de Cristo, o filho de Deus, que morreu para salvar a humanidade – a morte é a passagem para a eternidade, bastando, para isso, que o indivíduo seja batizado. Para o

segundo, o espírito é imortal e retornará inúmeras vezes à terra, reencarnando, para elevar-se e aperfeiçoar-se.

Nas crenças religiosas, em uma identificação com os cultos arcaicos, o tempo assume uma outra conotação: o ser deixa de ser finito para ser eterno. O que obviamente, não é racional, é uma questão de fé. Fé que já não é tão marcante na secularizada sociedade moderna, marcada pelo progresso técnico-científico e pela racionalização, que desloca e reelabora o universo simbólico primitivo “adequando” às formas modernas da existência e promove transformações na compreensão da morte.

A idéia de continuidade sofre então, na sociedade atual, um deslocamento, não estando tão presente na consciência coletiva. Porém é através dela que se identifica o medo profundo que o homem sente em relação à morte.

4.3 OS RITOS FÚNEBRES E O LUTO

Em *O sagrado e o profano: a essência das religiões*, Mircea ELIADE (s.d) desenvolve uma abordagem sobre o tempo que atua na compreensão dos diversos rituais, entre os quais figura o fúnebre, alvo de atenção no presente estudo. Analisando as religiões arcaicas e primitivas, divide o tempo em sagrado e profano, considerando-os constituintes da religiosidade.

O sagrado, na exposição de ELIADE, consiste no tempo das festas, dos rituais, em que a religiosidade se expressa de forma intensa. É o tempo mítico presentificado, quando os homens recuperam e repetem os mitos de origem, através de ritos. É tempo circular, em que o mito é reintegrado ao presente histórico, tornando os homens contemporâneos de suas divindades. Ocorre uma “reatualização” do mito, de maneira que os homens se transportam no tempo, saindo “do seu tempo histórico – quer dizer, do tempo constituído pela soma dos eventos profanos, pessoais e intrapessoais – e reúnem-se ao tempo primordial que é sempre o mesmo, que pertence

à Eternidade”. (ELIADE, sd, p.101)

O profano, neste quadro, é o espaço de tempo em que não existem ritos que unam os mortais a seus deuses. É o tempo em que as atividades são regulares, comuns, sem conotação religiosa. É o tempo ordinário, em que a permanência só é possível graças a fé renovada no tempo sagrado.

O tempo sagrado não é igual para todos, variando de acordo com as crenças. ELIADE cita o exemplo do Cristianismo e do Judaísmo, religiões que assumem o tempo histórico e não o mítico. No Cristianismo, o tempo é histórico, mas foi sacralizado pela encarnação de Jesus Cristo, o filho de Deus. O calendário cristão não remete ao tempo de origem, ao princípio, mas à época histórica em que nasceu, viveu e morreu Cristo. São esses os acontecimentos que são repetidos, rememorados na liturgia cristã e que revivem a fé na salvação eterna. O Judaísmo adota igualmente o tempo histórico, pois tudo tem um começo e um fim. O tempo é irreversível e não cíclico. A manifestação divina, para os judeus, nunca vai ser igual, com o mesmo sentido. A história do Judaísmo é uma teofania, uma intervenção divina eivada de significados para os seus seguidores.

Nas religiões arcaicas o tempo é mítico, é o princípio, o começo de tudo. O autor afirma que, “toda a criação é imaginada como tendo tido um lugar no começo do Tempo, in princípio (...) é o mito que revela como é que uma realidade veio à existência”. (ELIADE, sd, p. 89) Nesta concepção, o tempo sagrado é o recomeço, é o momento que torna o homem livre e puro. É a união dos homens com os deuses que faz os primeiros renascerem mais fortes e corajosos.

O tempo para os homens modernos, desprovidos de religiosidade na concepção de ELIADE, também apresenta descontinuidades, ritmos diferentes traduzidos em festas, trabalho, família, entre outros. Todavia, para eles, o tempo é dessacralizado, é racionalizado. Nas palavras do autor, “o tempo constitui a mais profunda dimensão existencial do homem, está ligado à sua própria existência, portanto tem um começo e um fim, que é a morte, o aniquilamento da existência”.

(ELIADE, sd, p.84)

O tempo racionalizado, no sentido weberiano, e dessacralizado não é, entretanto, soberano na sociedade moderna. A sobrevivência de inúmeras religiões e o surgimento de outras tantas, demonstra que os homens ainda buscam refúgios para sobreviverem no tempo atual. O que é da ordem do sagrado insiste em perpassar em alguns momentos o pensamento do homem moderno. O que é da ordem do sagrado caracteriza os rituais e a própria morte, uma vez que os ritos fúnebres sacralizam o morto, ou melhor, a sua memória.

É claro que a modificação na compreensão da morte é significativa quando o assunto são os ritos que a envolvem. A descrição passa a tomar conta das cerimônias: as expressões são suavizadas e não há mais espaços para grandes manifestações de sentimentos, tal como registradas por Marcel MAUSS em “A expressão obrigatória dos sentimentos”. Nesse texto, MAUSS (1979, p.153) aponta para o caráter social e simbólico dessas grandes manifestações: “mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer”. Hoje, com a interdição da morte, os sentimentos – quando expressos – devem ser extremamente comedidos. Todavia, continuam cumprindo a função ritualística de realizar a passagem de uma situação determinada (vida) à outra igualmente determinada (morte), entre o sagrado e o profano.

Louis-Vincent THOMAS (1985) atenta para indispensabilidade dos ritos na sociedade: compõem momentos essenciais no cotidiano, nos grandes acontecimentos da vida pessoal e da vida coletiva. Sua função simbólica orienta condutas, dita receitas, possibilita a expiação das dúvidas, aponta para a segurança do indivíduo ou do grupo. Sua eficácia simbólica é maior quando garantida por crenças religiosas que atuam como “alicerces de segurança”, como paliativo para as angústias existenciais, que regem o destino dos fiéis nesta ou em outra vida. Nas solenidades religiosas, o ritual suscita emoções fortes, intensas, que agem no sentido de garantir sua eficácia.

THOMAS enumera alguns elementos que caracterizam o ritual, inclusive o

fúnebre: todo ritual requer um cenário, composto por objetos e decorado com mobília com apelo simbólico, seja pelo valor emblemático, seja pela função sagrada; todo ritual possui uma seqüência temporal, com sucessão de etapas divididas em atos e palavras; todo ritual possui atores fundamentais, protagonistas que interagem: Deus (ou outra divindade), os sacerdotes, investidos de autoridade religiosa, e os fiéis que participam; todo ritual possui uma organização simbólica que traduz em termos concretos e metafóricos o misterioso e o inexprimível. Por fim, munido desses elementos, todo ritual exprime e mantém os lugares, suscita emoções, soleniza situações, assegura e reforça a coesão social.

Os ritos fúnebres podem ser divididos, conforme Arnold Van GENNEP (1978), em três grandes grupos: separação, margem e agregação. Os ritos de separação iniciam com o anúncio da morte que, segundo THOMAS, é atualmente facilitado pelas vantagens dos meios de comunicação modernos, mas desprovido de grandes emoções tanto na emissão quanto na recepção da notícia de morte. Logo após, a preocupação é com a toalete do morto: é preciso lavar o corpo, colocar vestimentas, arrumá-lo. A “lavagem” e a “preparação”, segundo GENNEP, visam purificar o corpo do morto, livrá-lo de impurezas, de resquícios profanos. O corpo preparado do defunto já não é o mesmo corpo que viveu no mundo de pecado e sofrimento: torna-se objeto sagrado. Função que por séculos pertenceu à família e que, no século XX, com a morte interdita, foi transferida para especialistas.

Os ritos prosseguem com o velório, incluído, conforme GENNEP, nos ritos de margem. Estes ritos compreendem um período “liminar” intermediário, onde o indivíduo não está inserido em nenhuma condição específica: deixou de pertencer ao mundo dos vivos, mas ainda não está inserido no “mundo dos mortos”. Nele, a família e os amigos “guardam” o corpo morto, fazendo orações. Do velório segue-se em cortejo para o cemitério, para a efetivação do sepultamento. Hoje, a maioria dos velórios é feita em capelas de cemitério num espaço curto de tempo, com poucas horas de duração, contrastando com os de antigamente que eram realizados em casa por pelo

menos um dia e uma noite.

Os ritos de agregação, por sua vez, garantem a passagem do mundo dos vivos para o mundo dos mortos e ocorrem através de festas, banquetes ou cultos religiosos em memória do morto. Na religião católica são facilmente identificados pois consistem na missa de sétimo dia após a morte e em preces efetuadas para os mortos. Nas religiões evangélicas, a agregação deve ocorrer no próprio funeral, que encerra os ritos e qualquer contato entre os vivos e o morto.

Marcel MAUSS (1979), em *A prece*, fornece elementos para entender tanto a importância dos ritos quanto da prece, da oração, na vida religiosa. Os ritos são atos, ações tradicionais coletivas providas de uma eficácia *sui generis*, decorrente de forças especiais, de um “espírito” próprio. É o rito, afirma MAUSS (1979, p.140), “que cria e que faz. Por uma virtude que lhe é intrínseca, domina diretamente as coisas. Basta-se a si mesmo”.

MAUSS diferencia os ritos mágicos dos ritos religiosos, que englobam a prece e os ritos fúnebres, entre outros. Nos primeiros, o rito conserva sua força especial e é coordenado pelo mágico ou feiticeiro, que não invoca forças exteriores. Nos segundos, o rito preserva sua força especial, mas invoca forças exteriores – sagradas ou religiosas – através de oferendas ou de pedidos, feitas pelo grupo, mesmo que seja através de seus representantes. Os ritos religiosos estão sempre relacionados com o sagrado. Nesse sentido, os ritos fúnebres têm por função tornar o corpo, a alma do morto, livre de tudo o que é profano, de tudo que é impuro. O morto se torna sagrado – em nome de Deus – e pronto para realizar a passagem para o “outro mundo”, onde aguardará o Julgamento.

A prece é um rito religioso, uma vez que é um ato tradicional, mesmo quando parece livre; possui uma eficácia *sui generis*, pois solicita a interferência divina neste ou naquele sentido; se destina sempre a autoridades, forças religiosas. A prece é um rito, mas também é crença. Nela coexistem ação e pensamento, atos e sentimentos. MAUSS (1979, p. 103) afirma que, “a prece é uma palavra. Ora, a

linguagem é um movimento que tem um objeto e um efeito, é sempre no fundo um instrumento de ação, mas, age exprimindo idéias, sentimentos que as palavras traduzem para o exterior e substantificam. Falar é ao mesmo tempo agir e pensar: eis porque a prece pertence (...) à crença e ao culto”.

MAUSS alerta porém, que os diversos credos religiosos possuem preces, orações diferentes, o que é prece para uns pode parecer magia para outros. Os católicos, por exemplo, dedicam preces aos entes queridos que não fazem parte mais deste mundo, solicitando a interferência divina para que a alma encontre luz, paz. Os evangélicos acreditam que orações só devem ser destinadas aos vivos e consideram esta prática religiosa, não mágica, mas desprovida de sentido.

Os rituais fúnebres realizam, conforme exposição anterior, a passagem da vida à morte. O morto passa a pertencer a “outro mundo”, o eterno, e os ritos atuam no sentido de tornar o morto livre de tudo o que é profano, torná-lo sagrado, para viabilizar sua imortalização. A salvação da alma, entretanto, dependerá, no cristianismo, do batismo e das atitudes e condutas que o morto teve em vida. O indivíduo que morre na “bandidagem” já está maculado e, sem a realização dos ritos, vai com uma espécie de débito para o julgamento.

Fustel de COULANGES (2001) afirma que a idéia de imortalidade e a importância das cerimônias fúnebres remontam à crenças antigas, perceptíveis entre os gregos e os povos itálicos. Nestas crenças, a alma continuaria viva após a morte, mas tendo nascido com o corpo, ficaria perto dele, no túmulo. Daí a existência do epitáfio, da inscrição do repouso eterno, sobre as lápides tumulares, costume que ainda predomina em alguns lugares, “embora já ninguém acredite que um ser imortal repouse no túmulo”. (COULANGES, 2001, p.15) Todavia, antigamente, esta crença justificava o fato de o morto ser enterrado com objetos pessoais e receber com frequência “refeições fúnebres”, comidas e bebidas depositadas no túmulo⁶. Por isso, o

⁶ Electra corta os cabelos e os oferece ao pai, morto pelo amante da mãe, depositando-os no túmulo. Reclama ainda que sobre o túmulo do pai não há nenhuma outra oferenda.

enterro do corpo era fundamental e, quando não ocorria, a alma ficava vagando sem destino, atormentando os vivos com doenças, desgraças e aparições. O sepultamento, realizado com ritos fúnebres, era a garantia de morada e felicidade eterna para a alma e, por extensão, para os vivos que não seriam oprimidos pelos espíritos atormentados, pelos fantasmas.

Hoje, para os religiosos, a alma se desliga do corpo no momento da morte e vai para “outro mundo”, onde será sentenciada com o castigo ou a recompensa eterna, ou, como no espiritismo, terá que reencarnar sucessivas vezes, até atingir o estado puro, iluminado. São os ritos fúnebres porém, como o era antigamente, que possibilitam a passagem para além deste mundo. Sofreram, é claro, modificações e variam de acordo com as crenças, mas cumprem a função de sacralizar o morto, tornando-o apto para viver na eternidade.

Outra questão relevante na compreensão da morte é o luto. O trabalho do luto é definido por Sigmund FREUD (1969) como um afastamento do “eu” em relação à vida normal. É a reação à perda da pessoa amada ou de algo que ocupa o lugar do ser querido, como um ideal, por exemplo. FREUD compara o luto com a melancolia, pois ambos pressupõem a ausência do objeto amado. Ausência que gera desânimo, desinteresse pelo “mundo externo” e incapacidade de amar. O surgimento desses traços mentais não significa, porém, ser o luto, ao contrário da melancolia, uma condição patológica. No luto, o indivíduo reconhece “quem perdeu e o que perdeu com esse alguém”; na melancolia, a pessoa sabe igualmente quem perdeu, mas não identifica “o que perdeu nesse alguém”.

No processo do luto, o “eu” só vai refazer os laços com o mundo exterior no momento em que a libido deixar de “flutuar”, de estar recolhida, e se dirigir para outro objeto, o que exige trabalho psíquico. FREUD afirma que “cada uma das lembranças e expectativas isoladas, através das quais a libido está vinculada ao objeto, é evocada e hipercatexizada, e o desligamento da libido se realiza em relação a cada uma delas (...) é notável que esse penoso desprazer seja aceito por nós como algo natural. Contudo

quando o trabalho de luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido”. (FREUD, 1969, p.167)

O trabalho de luto não possui tempo determinado, variando de acordo com cada pessoa e com a cultura. Todavia, pode ser dividido em algumas fases principais. Lily PINCUS (1989) descreve essas fases, dentro do processo que denomina de luto e pesar.

A primeira fase é o choque relacionado com a notícia da morte. Varia tanto no que se refere à pessoa que sofre a perda, quanto no que diz respeito à situação que envolve a morte. Geralmente a morte súbita, repentina, provoca um choque maior do que a morte esperada, “anunciada”. O término desta fase desemboca no período chamado controlado. Nele se realizam os ritos fúnebres e o indivíduo conta com o apoio de amigos e parentes. Esse apoio faz com que a fase controlada propicie uma certa segurança à pessoa que sofreu perda, pois ela não se sente tão só. A terceira fase, identificada por PINCUS, é a da busca. Nela, predomina a tentativa de encontrar a pessoa que morreu nos momentos de “dor e aflição”, nas alucinações e nos sonhos. É um processo inconsciente que só termina quando a pessoa consegue realizar o trabalho de luto refazendo seu mundo interior e, concomitantemente, os laços com o mundo exterior. É uma fase de adaptação que se finaliza com a interiorização da perda.

PINCUS conclui na mesma direção de FREUD, quando afirma ser a interiorização da perda o momento mais importante do luto. É o que permitirá ao indivíduo superar a perda, refazer os laços com o mundo exterior e voltar à vida normal. O luto não pode ser classificado como um rito, pois é trabalho psíquico. É um processo individual que encontra expressão no simbólico e no social e que, obviamente, tem mudanças de acordo com o tempo e o espaço.

Quando ARIÈS denomina a morte pública e familiar da Idade Média de “domada”, aponta para um caráter selvagem do luto, ou mais precisamente, das manifestações de dor e tristeza. Após a notícia da morte, as cenas de desespero, choro e lamentações eram violentas e duravam o tempo da realização dos ritos fúnebres.

Eram sentimentos manifestados coletivamente.

Hoje, a morte perde seu caráter público, os sentimentos de dor e pesar e o processo de luto deixam de ser manifestado aos outros. ARIÈS (1989) afirma que, agora, o choro é escondido, as visitas aos túmulos perdem significativa frequência, o luto é solitário e envergonhado. Numa sociedade que interdita e nega a morte, há pouco espaço para manifestar dor e pesar, o autocontrole individual tornou-se fundamental. Contudo, o luto não perde sua dimensão simbólica e social, pois representa um afastamento, mesmo que parcial da vida social.

4.4 MORTE E RELIGIOSIDADE NO TATUQUARA

A crença religiosa interfere na concepção do indivíduo sobre a vida e, conseqüentemente, sobre a morte. Foram entrevistados, conforme apresentado na tabela 2.4, sete católicos, quatro evangélicos e um que se declarou sem religião. Todos os religiosos discorreram sobre a forma como sua religião desenvolve os ritos fúnebres, a diferenciação que estabelecem – se estabelecem – entre a morte violenta e a morte natural, e sobre sua fé na imortalidade da alma.

Aqui, reproduz-se o fato disseminado no Brasil: os evangélicos são assíduos freqüentadores de suas igrejas e seguidores de seus princípios religiosos, enquanto entre os católicos há uma divisão entre praticantes e não praticantes. Isto é, entre os que se declararam evangélicos todos seguem a religião, entre a maioria declarada católica, há praticantes fervorosos, freqüentadores esporádicos e os que há muito não participam de uma cerimônia religiosa. Dentre os entrevistados católicos, dois pertencem ao primeiro grupo, três ao segundo e dois ao terceiro grupo, o dos não praticantes.

Indagados sobre uma possível diferenciação entre a forma como a igreja trata os que morrem naturalmente e os que são vítimas da violência, percebeu-se uma

“flexibilização” do catolicismo e uma rigidez das igrejas evangélicas.

A flexibilização católica se deve, segundo uma entrevistada, ao alto índice de mortes violentas.

A pessoa que morre numa situação violenta, especialmente se é considerado que, que a população sabe que é um criminoso, é um bandido, então não tem direito a uma missa, como uma pessoa que morre de morte natural, de maneira diferente, natural ou até mesmo num acidente. Na verdade não. Mas na nossa vila já como é tão comum isso, nem os padres fazem esse tipo de discriminação. Não existe mais isso, tanto é que pode ser velado um bandido na Igreja, como pode ser velado um pai de família...(Entrevista 1- Mulher, 41 anos)

A não diferenciação entre o “bandido” e o pai de família reflete a sacralização do morto; o corpo do morto torna-se sagrado e, a salvação ou a condenação de sua alma, dependerá do Julgamento divino. Nesta concepção, os fiéis afirmam que não cabe aos homens julgar e sim a Deus.

No caso das igrejas evangélicas as regras são rígidas, especialmente na Congregação Cristã. Nela, o julgamento pode ser feito pelo líder religioso, denominado ancião, que tem o poder de decidir se o morto merece ou não a realização de ritos. A causa da morte é, neste caso, definitiva.

Ela faz diferença... O motivo da morte...morte por enfermidade ou acidente ou assassinato. O assassinato é o que mais é complicado. O julgamento tem influência...depende o motivo...Por isso que eu digo eu acho muito radical assim, digamos praia, eles não concordam que você vá frequentar praia, se você morre afogado você não vai ter funeral. (Entrevista 2 – Homem, 31 anos)

O fato do cristão desviar-se dos ensinamentos da religião é decisivo no julgamento. Morrer de forma considerada errada dentro dos princípios religiosos, em lugar impróprio, pode significar – e na maioria dos casos significa – um esquecimento da vida pregressa, mesmo quando esta era regrada e exemplar.

A igreja não permite que vá em piscina, praia né? Por quê? Porque tá se misturando ali e vendo as pessoas, biquíni, maiô e tal. A sexualidade a gente sabe que é meio difícil de se

controlar né? Você acaba olhando e acaba cobiçando, então o que se tá fazendo? Se tá cobiçando a mulher do próximo não tá? Porque você vai lá se você vai fazer errado? Então é bom evitar. Então como pelas normas da igreja é bom não estar nesses lugares, se morre, digamos, num rio, numa praia, ele não tem funeral. Às vezes até tem funeral mas não é lida a Palavra. (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

Diante desse quadro, nem se cogita a possibilidade de realizar o funeral de alguém que “procurou” a morte, que tenha se envolvido com drogas ou álcool, isto é, que se tenha desviado do bem e optado pelo mal, pela criminalidade, ou seja, pelo lado pecaminoso da vida.

A igreja do Evangelho Quadrangular, por sua vez, realiza os ritos na igreja para os que professam a fé. Dessa forma, no caso de morrer precocemente um parente envolvido com coisas escusas, a celebração é efetuada da mesma maneira em consideração ao crente, apesar de muitos não concordarem.

Digamos eu sou membro mas eu tenho um filho que é assaltante, traficante, todas essas coisas, morreu assassinado e se eu for pedir pro pastor, o pastor autoriza sem problema. Que daí ele vai naquela: você é um membro aqui dentro, você que a gente tem visto aqui, então não vamos nessa hora virar as costas pra você. Mas uma boa parte da Igreja vai contra essa idéia, uma boa parte. Daí fica naquela discussão né, interna, foi certo ou não foi, foi certo ou não foi. (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

Um membro da igreja porém, não opta pela “vida bandida” e, caso morra de forma violenta, terá o mesmo tratamento concedido ao que morreu naturalmente. Morrerá inocente, vítima da irresponsabilidade ou violência do outro.

A Assembléia de Deus não realiza ritos para aqueles que escolhem a “malandragem” e acabam morrendo violentamente, nem mesmo quando as vítimas são parentes próximos dos seguidores da religião. Novamente a idéia de que bem e mal estão separados por uma barreira intransponível, ou melhor, transponível para os que estão dispostos, em vida, a realizar a conversão e seguir os preceitos religiosos.

Só é feito na Igreja das pessoas que são da Igreja realmente, membros participantes... Por exemplo, os pais são evangélicos o filho não é, morreu nessa morte aí que nós já falamos,

então ele não vai na Igreja, mesmos os pais sendo dali, ele não. (Entrevista 11 – Mulher, 35 anos)

O cerimonial que envolve a morte só é permitido aos que possuem uma vida marcada pela religiosidade e que, conseqüentemente, seguem os princípios ditados pela igreja. O desvio da conduta religiosa implica a não realização de ritos fúnebres para as igrejas evangélicas citadas, sendo que a única que “encomenda” a alma do parente morto que violou a filosofia da igreja é a do Evangelho Quadrangular. O faz em consideração à dor do membro atuante, que sofre com a perda do ente querido ainda mais por não ser seguidor da religião e estar sujeito à condenação eterna.

A maioria dos ritos fúnebres é realizada no próprio bairro, variando de acordo com a religião. Como não existe cemitério nas proximidades, o corpo costuma ser velado, entre os católicos por exemplo, em casa ou em lugares públicos, como nos salões da comunidade, entre outros. Do bairro segue direto para o cemitério para ser sepultado, seguido pelos parentes e amigos bem próximos, sendo que, muitos não acompanham o cortejo e o enterro devido à dificuldade de locomoção.

Sobre o local do velório, uma entrevistada católica afirma:

Geralmente é na igreja, nossa Igreja Católica, tem aqui, tem ali no Santa Rita... é, nas casas que a gente usa pra reuniões da comunidade, os salões das associações comunitárias, como tem a casinha da Cohab, que é lá da Vila Rural, ali nas Moradias Paraná... Também tem o salão da comunidade... são geralmente em vários pontos. São velados geralmente em lugares públicos... É raro acontecer numa (...) capela de cemitério. É raro. Daqui vai direto pro cemitério... (Entrevista 1- Mulher, 41 anos)

No caso de evangélicos, costuma ser nas casas ou na igreja, dependendo da identidade do morto e da *causa mortis*. A Congregação Cristã, entretanto, não realiza nunca funerais na igreja.

O ancião que vai lá e faz o funeral. Na igreja não é feito, na própria igreja não é feito nem casamento e nem funeral. É feito na casa da pessoa ou no cemitério, se a pessoa escolhe (...) Casa-se só no civil, leva o cartório num restaurante ou num salão, onde a pessoa for

fazer, e faz o casamento ou então vai só lá no cartório mesmo, quando a pessoa não pode. Faz como pode! Na igreja não é feito... (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

Já no caso do Evangelho Quadrangular:

Se é da igreja, membro da igreja, eles acham por direito tal, é uma pessoa que eles conhecem e assim não tem problema ser velado na igreja. Agora por não ser da igreja, daí eles não sabem nem quem é a pessoa, daí fica meio uma visão meio ruim... Essa é a idéia no caso tanto é que até mesmo a Católica em alguns casos não autoriza o velório, porque não conhece, praticamente é o mesmo conceito. (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

Na Assembléia de Deus a família praticante opta pela casa ou pela igreja:

Depende da pessoa, depende da pessoa. Se a pessoa preferir que seja na igreja é na igreja, se a pessoa preferir que seja em casa...Aí fica a critério da pessoa. (Entrevista 11 – Mulher, 35 anos)

Independente da essência ritualística de cada religião, do nome que recebe e onde é efetuada, o ritual garante a passagem entre dois mundos: o dos vivos e dos mortos. A diferença entre católicos e evangélicos aumenta na medida em que aumenta o tempo de morte. Entre esses, todos os ritos se encerram com o sepultamento do corpo, enquanto que na liturgia católica, os mortos são sempre lembrados e recebem orações dos vivos para garantir o descanso eterno e a salvação da alma.

A crença evangélica, guardadas as diferenças religiosas, apontam para uma continuidade da existência, através da imortalidade da alma. Porém, após o sepultamento não existe nenhum contato entre vivos e mortos que, agora, pertencem a “outro mundo”. O merecimento da salvação é fruto de suas escolhas e não de orações efetuadas por outros; de nada vale orar para aqueles que o mal fizeram e, mesmo tendo oportunidade, não se redimiram. De nada vale orar para aqueles que o bem fizeram, pois esses já estão nas graças de Deus. Cabe aos vivos se preocuparem com os vivos, pois os mortos estão nas mãos de Deus.

É claro que isso não invalida a dor da perda, mas as manifestações de dor e

pesar para os seguidores evangélicos costumam durar até o funeral, como cita o entrevistado pertencente à Congregação Cristã:

Lógico que a dor da perda é grande, não tem como pra qualquer pessoa... Mas depois que você ouve o funeral, as palavras que falam, dá um conforto em você muito grande, parece que você se sente bem sabendo que, esperando que aquela pessoa esteja bem. (Entrevista 2 – Homem, 31 anos)

Outra integrante da Congregação Cristã explica porque não guardam o dia dos finados, em dois de novembro, nem costumam ir ao cemitério:

Eles dizem sempre assim que você tem que ver, visitar a pessoa enquanto ela é viva (...) Vela, no caso, a maioria das pessoas acendem como se fosse assim pro Santo ou pra alma que tá vagando né? Pra nós, a gente não acredita que a alma fica vagando. A gente acredita que a pessoa morreu, ela tá dormindo num sono eterno e quando houver o Juízo Final, todos serão julgados, aí sim. Esse negócio da pessoa tá vagando não sei o quê, pra nós isso não existe. Lógico que cada um tem sua opinião e isso pode existir, mas é uma coisa que a igreja né? No Juízo, ressuscitarão os vivos e os mortos e aí vai ser feito, julgados de acordo com seus atos... (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

A religião católica é a única, dentre as citadas, a guardar o dia dos mortos, rezar por eles, celebrar missas de sétimo dia, um mês ou um ano de morte, e acender velas para seus defuntos. Há uma preocupação com o morto paralela aos cuidados que o catolicismo mantém para com os vivos. Há, para os devotos, uma necessidade de manifestar seus sentimentos através da realização das práticas religiosas.

A oração, seja feita na missa, no cemitério ou nas casas, conserva o objetivo de solicitar auxílio à divindade para iluminar o caminho dos mortos. Contudo, ela – como a religião, os ritos e a morte – sofreu modificações no decorrer dos tempos. MAUSS (1979, P. 06) afirma que, “de início estritamente coletiva, dita em comum, ao menos seguindo formas rigorosamente fixadas pelo grupo religioso, às vezes mesmo proibida, ela se torna o domínio da livre conversação do indivíduo com Deus”. A prece é cada vez mais mentalizada, vivenciada individualmente. A morte é, igualmente, cada vez mais individualizada. A diferença é que esta é solitária e interdita, enquanto aquela

sempre vai ser compartilhada com uma força especial, uma divindade. Ou seja, por mais que a prece seja feita a sós, jamais vai ser caracterizada pela solidão, tão conhecida, conforme ELIAS (2000), dos moribundos.

Nas igrejas evangélicas, por sua vez, as orações, bem como as preocupações, são restrita aos vivos. Um membro da Igreja Quadrangular, afirma:

O que é feito a oração no caso assim é pra que Deus conforte o coração dos que estão aqui porque aquele que morreu no caso ele teve total livre arbítrio pra decidir se queria ser salvo ou não (...) se ele procurou fazer o bem, aí tudo bem, ele procurou a salvação dele é entre ele e Deus. Então geralmente é isso (...) a pessoa e Deus. Depois que morreu não adianta mais o que que vai fazer? Tanto é que a gente não tem assim, tem o culto mas é só em memória não que vá salva a pessoa ou não vá salva. (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

Após a morte já não há mais nada a fazer, somente colher os frutos daquilo que escolheu plantar. O livre arbítrio, a escolha individual, é feito em vida e vale tanto para esse mundo como para o outro, sendo Deus o Juiz Supremo. Como disse uma entrevistada da Assembléia de Deus:

Morreu daí é com Aquele lá de cima, não é com nós mais. Enquanto ele tá aqui ele tá na igreja, ele partiu fica com Deus... (Entrevista 11 – Mulher, 35 anos)

Para os católicos a fé na continuidade da existência apresenta-se diferentemente. Acredita-se na imortalidade da alma e no julgamento, efetuado pelo Superior, que condenará uma parte e salvará outra. Até o resultado da Justiça Divina, existe, porém, uma relação de proximidade entre vivos e mortos. Estes não deixam de existir, pois fazem parte da memória daqueles e são lembrados em conversas, orações, encomendas de missas, limpeza de túmulo ou em velas acesas. As velas, para os católicos, ajudam a iluminar o caminho do morto e, no velório, a purificar a alma. Para tanto, utilizam-se velas brancas, símbolo da pureza.

Em casos de morte brusca e repentina em que não foi possível nenhuma preparação – confessar e arrepender-se dos pecados – a alma pode penar, não aceitar

sua passagem. Nesse caso, a família e os amigos próximos devem rezar bastante, acender velas e pedir a Deus para iluminar o caminho do espírito que vaga. Uma das entrevistadas conta o caso de uma amiga que perdeu um familiar numa morte violenta, num acidente de trânsito:

Ela falou que o padre, ele pediu pra família rezar bastante porque foi uma, como se tivesse sido interrompido assim a vida dele, uma...tipo uma fatalidade, principalmente para a família. Na missa de sétimo dia ela queria fazer acho que aqui não sei, ele achou melhor lá na Paróquia porque daí era só a família dela, uma coisa mais íntima assim, mais é... (Entrevista 3 – Mulher, 24 anos)

Destaque-se que no bairro não há paróquia. Existem várias igrejas católicas, entre as quais a do Santa Rita e a do Jardim da Ordem. Mas o padre não vive no bairro Tatuquara e sim no Campo de Santana, vindo algumas vezes por mês para as vilas rezar as missas. Talvez até por isso preferiu realizar a missa de sétimo dia na paróquia, apesar de ser comum os sacerdotes católicos recomendarem à família orações aos mortos, principalmente aos que morrem brusca ou repentinamente.

A crença na imortalidade da alma é uma forma de negar a morte, ao não compreendê-la como fim. Todos estariam sujeitos à condenação ou salvação eterna.

Não sei, é uma coisa de cada um né, têm uns que sabem que, que vai pro céu, insiste em falar isso, que tá salvo. Eu não sei eu ainda vou decidir depois que chegar lá [risos]. Quando eu chegar lá que eu vou descobri o que que eu fiz, se eu mereço ir. Vá que eu penso que to fazendo uma coisa pra salva minha alma e eu não tô. Eu penso assim...lá eu vou sabe se o que eu fiz tava certo... Mas lá tem que te alguma coisa né? Se a gente não acredita nisso, a gente fica um vegetal...daí a gente vai fazer tudo que acha que não é pecado, vai fazer né? (Entrevista 5 – Mulher, 42 anos)

A idéia de continuidade é, para aqueles que possuem fé, uma forma de justificar as injustiças humanas, as dificuldades vivenciadas principalmente pelos pobres que, marginalizados pela justiça humana, esperam contar com a divina. Isso, ajuda, de um lado, a superar os problemas, a violência e a fome, apontando para um mundo justo, igualitário e fraterno. De outro, possibilita um conformismo na medida

em que prega a paciência e a existência de dias melhores.

A crença na imortalidade atua igualmente como um paliativo sobre o medo profundo que o homem sente com relação à morte, com o aniquilamento da existência. Dos entrevistados, apenas duas pessoas, uma católica não praticante e uma declarada sem religião, testemunharam sua descrença na vida eterna.

Eu acho que a vida após a morte, eu acho que pode até existir, eu não acredito que exista assim aquele acreditar sabe? Eu fico assim com o pezinho meio atrás, mas (...) eu por enquanto não posso falar muito sobre isso porque ainda não morri [risos]... (Entrevista 12 – Mulher, 35 anos)

Não. Pra mim a pessoa morre e acabou, é o fim. Não sei se é assim, só dá pra saber quando morre. Mas eu acho que não tem nada, morreu e pronto. (Entrevista 10 – Mulher, 35 anos)

A maioria contudo, assinala para o Julgamento e a eternidade do espírito.

Dizem que é Deus que vai julgar. Dizem que é Deus que vai julgar. Eu acredito que realmente vai...Tenho certeza que, espero que seja... É, mas eu creio em Deus de uma forma muito...o Deus que eu creio, se Ele fez o que fez, a gente tá aqui. Ele não vai, digamos, jogando o ser humano pro inferno assim, tem ser humano que merece, mas a vida é difícil, isso é, com o perdão da palavra, um inferno às vezes, né? Mas, que eu acredito que muitos falam que vai ter salvação pra quem tá nessa religião ou quem tá naquela, julgando... não julgo, porque também creio na Bíblia que diz que não é pra você julgar ninguém pra não ser julgado. (Entrevista 2 – Homem, 31 anos)

Eu acho que quando a pessoa morre ela fica lá num lugarzinho, quietinha, não sei se é o Céu, mas é um lugarzinho dela, onde ela vai ficar até o Julgamento. É o que eu penso, mas não dá pra ter certeza... (Entrevista 8 – Mulher, 22 anos)

A crença na continuidade da existência, na imortalidade da alma, ameniza mas não afasta totalmente o medo que o ser humano sente da morte.

Acredito, tá na Bíblia eu acredito. Acredito em Deus...mas eu tenho medo da morte (...) Não, não gosto. A noite assim que começam a falar eu já pára, pára, pára e eu não durmo à noite, eu fico imaginando... (Entrevista 4 – Mulher, 30 anos)

Medo do aniquilamento da existência; de espectros, espíritos, fantasmas que

povoam o imaginário social. Medo do desconhecido, do esquecimento, da fragilidade humana. Nesse sentido, falar dos mortos é uma maneira de presentificá-los, eternizá-los, mantê-los vivos na memória e, com isso, negar a morte como fim.

Roberto DA MATTA (1997, p.141) afirma que, no Brasil, se fala mais dos mortos do que da morte, “fazendo prolongar a memória do morto e dando àquela [pessoa] que foi viva uma forma de realidade”. Os mortos fazem a passagem, através dos ritos, para “outro mundo”, de onde vigiam os entes queridos que lhes devem obrigações, como orações, por exemplo. Os espíritos mostram a continuidade da existência marcado pela igualdade, honestidade e eternidade. Os fantasmas pedem, na maioria das vezes, orações para encontrarem o caminho e deixarem de ser almas que vagam. É claro que o contato entre o mundo dos vivos e dos mortos não se expressa da mesma forma, variando de intensidade de acordo com as crenças religiosas, sendo que os evangélicos se pronunciam contra qualquer relação. Todas elas indicam contudo, um prosseguimento na existência, um prolongamento da vida após a morte, determinado pela postura assumida na vida.

As crenças religiosas estabelecem, portanto, diferenças entre a morte natural e violenta, e entre as formas desta última, na realização dos ritos fúnebres e na idéia de imortalidade. O morrer naturalmente, por doença e velhice, e o morrer violentamente por acidente de trânsito ou causas externas, implicará a realização de cerimônias fúnebres e na conseqüente passagem deste para o outro mundo. Mas, o morrer violentamente por assassinato terá, para os evangélicos, a realização dos ritos condicionada a um julgamento das circunstâncias e causa da morte. Se considerado inocente, vítima da violência alheia, os rituais são cumpridos; se considerado culpado, os rituais são negados. Os católicos por seu turno, não fazem diferenciação nas cerimônias ritualísticas, mas se o morto não teve tempo para arrepender-se dos seus pecados também vai com débito para o Julgamento e precisará de muitas preces dos vivos, solicitando a intercessão divina, para almejar a salvação de sua alma.

Nesse sentido, o “outro mundo” pode ser entendido como uma extensão

desse mundo. Aos que “caíram em tentação”, optando pela criminalidade, pela “vida bandida”, as perspectivas não são nada boas. Aos que seguiram o “caminho do bem”, tendo uma vida digna e honesta, a recompensa será eterna. É a idéia do bem e do mal, do céu e do inferno, da salvação e da condenação. Nessa perspectiva predomina a crença que a justiça divina predominará, mesmo quando a humana falhar. Diante disso, as crenças religiosas são fundamentais para compreender as representações sociais da morte e as concepções de justiça da comunidade, pois as influenciam ao mesmo tempo que sofrem suas influências.

4.5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO HOMICÍDIO

O objetivo principal deste trabalho consiste, como dito, em compreender as representações sociais da morte em Tatuquara, observando as especificidades que permeiam as representações da morte violenta, particularmente do homicídio. Parte-se, para tanto, da hipótese inicial de que a frequência e a forma como a morte ocorre em alguns lugares, entre eles o bairro aqui enfocado, atuam sobre os indivíduos, que a incorporam em seu discurso e em sua visão de mundo. A “morte matada” passa a ser vista como uma forma normal de morrer.

Para analisar esta hipótese duas etapas, complementares, foram necessárias. Primeiro, buscou-se as representações sociais da morte violenta a partir do discurso da população pesquisada; logo após, procurou-se identificar – ainda que brevemente – as representações sociais que permeiam a morte natural, destacando as semelhanças e diferenças entre as formas de morrer.

O homicídio, faz parte do cotidiano do bairro, estando incorporado no discurso dos moradores, não necessariamente como fato, mas como notícia. É comum ouvir dos moradores: fulano morreu assassinado com tiro, beltrano levou facadas. Todo mês, uma, duas, ou até mais, histórias circulam nas falas dos moradores do

bairro sistematicamente, como que numa espécie de jornal falado, onde as notícias são transmitidas boca a boca, com certa naturalidade. Todos parecem ter histórias para contar. Tanto que, todos os entrevistados contaram pelo menos uma dessas histórias e dezesseis dos jovens, que discorreram livremente sobre a violência na região, também o fizeram. Assim, a morte violenta integra o imaginário local.

A normalidade da violência pode ser constada, por exemplo, nestes relatos:

A (sic) pouco tempo atrás se contássemos à alguma pessoa: “fulano matou o Joaquim”, as pessoas ficariam chocadas. Hoje não precisamos nem contar, algumas pessoas presenciam o fato e estão habituadas a isso. O homicídio aqui neste bairro está tornando-se comum à maioria das pessoas. (Redação 38 – 15 anos, sexo feminino)

A nossa comunidade já nem liga mais para casos como esses [de violência seguida de morte], a vila já está acostumada é raro onde alguém fica preocupado. (Redação 36 – 17 anos, sexo feminino)

Neste contexto de normalização da violência, a maioria dos moradores entrevistados confirmam o fato de que os jovens são os principais protagonistas da violência em geral e as principais vítimas da morte gerada pela violência, da “morte matada”. Ressalta-se que as tabelas abaixo foram elaboradas a partir do discurso dos moradores com o intuito de facilitar a visualização do universo de pesquisa.

TABELA 4.1 – FAIXA ETÁRIA MAIS ATINGIDA PELA MORTE VIOLENTA POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

FAIXA ETÁRIA	Nº	%
Adolescentes/ Jovens (15 a 25 anos)	08	66,6
Todas	02	16,7
Não mencionado	02	16,7
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 2001

Com relação à frequência, a maioria disse ser comum ocorrer mortes violentas.

TABELA 4.2 – FREQUÊNCIA DA MORTE VIOLENTA POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

FREQUÊNCIA	Nº	%
Comum/acontece bastante	09	75,0
Não chega a ser comum	02	16,7
Não mencionado	01	8,3
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 2001

Os motivos da morte violenta concentram-se principalmente no uso de drogas ilícitas e do álcool. Brigas provocadas pelas drogas, falta de pagamento aos fornecedores, demarcação de espaço; motivos que desembocam em assassinatos, em morte violenta.

A mídia também foi considerada culpada, sendo citada como exportadora de violência, pois expõe, em grande parte de sua programação, cenas de violência. A falta de perspectiva dos jovens da região foi igualmente lembrada entre os motivos que ocasionam mortes por assassinato.

Com relação ao papel da polícia, a maioria concorda que ela não atua com eficácia na resolução das ocorrências.

TABELA 4.3 – MOTIVOS QUE OCASIONAM A MORTE VIOLENTA POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

MOTIVOS	Nº	%
Drogas	09	75,0
Diversos (assaltos, brigas entre gangues, falta de perspectivas, influência da mídia)	02	16,7
Não mencionado	01	8,3
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 2001

TABELA 4.4 – ATUAÇÃO DA POLÍCIA NA RESOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS, SEGUNDO A INTERPRETAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

RESOLUÇÃO	Nº	%
Não resolve	07	58,3
Resolve somente quando a interessa	01	8,3
Não mencionado	04	33,4
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo - 2001

A partir do quadro geral, construído a partir do discurso dos moradores, pode-se analisar as representações sociais da morte violenta no bairro estudado. Representações que, como já afirmou MOSCOVICI (1978), se manifestam em palavras, gestos e expressões, em produção e elaboração de conhecimentos. Representações que influenciam - ao mesmo tempo que são influenciadas - as

concepções que o indivíduo realiza de si próprio, da comunidade e do mundo.

A morte, em seu aspecto violento, se inseriu na vida da comunidade. Lá, já não provoca mais o silêncio causado pela repugnância de algo impuro e inesperado, salvo casos específicos que serão oportunamente detalhados. A morte brusca e repentina, envolta, conforme ÁRIES (1989), em camada de medo e mistério, ganha um aspecto de normalidade, não de conformismo, ocasionada por sua freqüência, seja como fato, seja como notícia.

Geralmente a morte aqui na vila é gerada pela violência. (Entrevista 1 – Mulher, 41 anos)

Ou,

É difícil o final de semana que você não vê falar. É difícil...(Entrevista 11- Mulher, 35 anos)

As pessoas parecem, a princípio, adaptar-se a um estilo de vida circundado pela violência.

No início sofri muito com isso. Fui me acostumando, é comum, se não a gente não vive, se não a gente não dorme, a gente não come, a gente não toca a vida da gente. (Entrevista 1 – Mulher, 41 anos)

A normalização que cerca a morte ocasionada pela violência, principalmente o homicídio, parece estar relacionada ao rosto do morto, a sua identidade.

Ele não era boa gente. Ele já, ele chegava na, no meu sogro, que tem uma lojinha, e pedia dinheiro. Pedia você dava cinquenta centavos queria mais, passou, até que um dia ele falou assim que queria dinheiro e o meu sogro falou que não tem e ele falou assim: essa vai ser a terceira loja que eu vou fechar, eu já fechei duas. Um mês depois apareceu ele morto, não sabem quem foi, mas ninguém também comentou nada, nem a polícia foi averiguar nada, porque ele era barra pesada. (Entrevista 2 – Homem, 31 anos)

Ou então:

Eram adolescentes que sempre assaltavam ônibus, mas olhe era direto. À mão armada. Aí uma vez esse rapaz foi assaltar o ônibus como ele já tinha feito outras vezes, só que tinha um policial à paisana, que tava armado. Os dois tavam armado. O policial mandou ele soltar a arma e ele não soltou, então o policial atirou e matou. Ele tinha dezesseis anos. (Entrevista 8 – Mulher, 22 anos)

Essa história do adolescente morto por um policial civil, enquanto realizava um assalto em ônibus, é contada por outro adolescente, que o conhecia bem.

O L. acompanhado de mais um garoto (que o nome não vem ao caso), foram assaltar o ônibus do bairro Santa Rita. Quando L. e seu “amigo” entraram no ônibus e deram voz de assalto. Tudo parecia estar ocorrendo bem, mas não estava, dentro daquele ônibus estava um policial vestido de civil que esperou o momento exato para agir. E agiu, atirou contra L. que tentou reagir, mas não conseguiu. A maior parte da comunidade gostou, pois para eles teria morrido mais um bandido. Mas para quem o conhecia tinha morrido um amigo, que apesar de tudo não merecia morrer assim... (Redação 12 -18 anos, sexo masculino)

A identidade do morto é, dessa forma, reveladora de sentimentos. A morte do assaltante e do rapaz “barra pesada”, não provocam assombro ou horror, sendo, inclusive, classificadas como normal. Mas o amigo infrator, que assaltava ônibus, teve um fim trágico e imerecido. Cria-se aqui, duas leituras: a do indivíduo que dita sua morte a partir de sua escolha de vida, uma vida bandida equívale a uma morte trágica; a do indivíduo que perde sua vida injustamente e daquele que, mesmo sendo culpado, deveria sofrer outra punição que não a morte.

O principal motivo da violência fatal é, como dito anteriormente, o envolvimento com drogas.

A maioria dos assassinato é tudo por droga...E você fala que não sabe, ninguém viu, ninguém sabe, pra não se comprometer né? Mas é lógico que vê! E eu sei assim pela minha teoria que quando morre assim, eu não sei se a polícia verifica isso, mas acho que a arma, não deve ter muita arma aqui sabe, assim rolando. É...uma arma matou vários aqui, que eles emprestam sabe, um pro outro pra poder matar a pessoa... (Entrevista 5 –Mulher, 42 anos)

Existe uma controvérsia sobre a quantidade de armas na vila, pois não sendo

legalizadas é impossível precisar números. A versão mais corrente, porém, constatada em algumas entrevistas e na observação participante, endossa o depoimento acima: a quantidade de armas é pequena, mas a circulação é grande. Os “marginais” emprestam armas entre si, em troca de favores cujo não cumprimento é punido com rigor.

O preço é a principal barreira na aquisição de armas e muitos acreditam que cometendo alguns assaltos poderão comprar sua própria arma e tornarem-se com isso, independentes e temidos. Para a realização de tal feito, precisam contar com a “camaradagem” de alguém que possua um revólver e esteja disposto a lhe ceder provisoriamente. O empréstimo envolve um contrato verbal onde o fornecedor estipula que pagamento deverá ser efetuado, sendo que, geralmente, o combinado é dividir o fruto do roubo. Caso isso não ocorra e o devedor não aja com a devida deferência ao que concedeu o “favor”, não será respeitado pela “bandidagem” e pode ser punido com a morte. É o que ocorreu com um rapaz, que não cumpriu as regras do jogo:

Até aquele ex-aluno nosso aqui matou o tal do Macarrão, (...) Foi porque ele não tinha pago, não tinha dado a parte do roubo para ele, aí ele foi lá e matou o cara. (Entrevista 6 – Homem, 24 anos)

A mesma história em outro depoimento, que detalha que a vítima morreu dentro de sua casa com um tiro na nuca:

O apelido dele era Macarrão, sabe-se que ele assaltou um banco com um cara do Jardim, mas ele passou o pé no cara, e ficou com todo o dinheiro. O rapaz do Jardim, sentiu-se um panaca e foi tomar satisfações, chegou na casa do Macarrão e viu ele na janela, sem pensar o que iria acontecer pegou a arma e deu um tiro que passou pela janela e atingiu a nuca do jovem que morreu na hora. (Redação 18 – 18 anos, sexo masculino)

Morreu por não cumprir um acordo, por querer enganar seu companheiro de assalto, que era o dono da arma. Todavia, o principal motivo de assassinatos continua sendo as drogas.

A maioria tá envolvido com droga. Dizem que aqui tem muito ponto de droga que é só chega e compra. E também briga de gangue. Só que eu nem gosto de fala, porque todo mundo aqui sabe de tudo. Dá medo. Aqui no Colégio a gente fica sabendo tudo. Acho que é porque ele tá no centro de tudo, por aqui transita muita gente, vem a comunidade, os pais, os alunos, tudo que acontece no bairro a gente fica sabendo aqui. (Entrevista 8 – Mulher, 22 anos)

A Escola é de extrema importância, uma vez que constitui o maior estabelecimento de ensino do bairro e atende, principalmente, a população do Jardim da Ordem e do Santa Rita. É o centro, o espaço público da região, que possibilita acesso não só a educação, mas a atividades culturais, recreativas e desportivas. Papel relevante – como a de qualquer instituição de ensino -, mas que ganha força na medida em que existe um relativo “isolamento” da comunidade, agravado pela distância, pela cultura e dificuldades econômicas. A inacessibilidade é tanta que Curitiba passa a ser vista como outra cidade, distante e diferente da realidade da maioria dos moradores do bairro.

Na Escola circula conhecimento, divertimento, notícias. Nela, é possível atualizar-se e manter-se informado sobre tudo que ocorre na vila. Nela, há resquícios do pacto de silêncio que impera soberano nos outros espaços da comunidade, onde o medo de falar é, na concepção da maioria, garantia de segurança pessoal, na medida em que todos sabem de tudo. Não mais o olho do rei ou o da lei é aquele que tudo vê, mas o do malfeitor; não mais quem protege, mas quem provoca danos.

As famílias vêm pra cá com o sonho de ter uma casa né, de ter uma vida boa. Chega aqui perde teus filhos pra esses, pra essas pessoas assim. (Entrevista 5 –Mulher, 42 anos)

A percepção das drogas ilícitas e do álcool como os grandes vilões altera a concepção do indivíduo com relação à morte. A morte violenta por homicídio é esperada para aqueles que se envolvem em negócios escusos e, conseqüentemente, é considerada normal. Agora, para os que morrem sem procurá-la, vítimas de “maus elementos”, continua a chocar, a causar revolta. Isso evidencia-se em dois

depoimentos:

Primeiro é bebedeira né? Primeiramente. Outro é, a maioria são brigas de drogas, um fica devendo pro outro, o outro não paga pro outro e se encontram daí vai cobra e já acha ruim porque tá com dois, três amigos, aí sai os tiros, geralmente é isso! Mas geralmente são pessoas que na verdade não valem nada sabe? Pra comunidade mesmo é um prego no sabão, então não faz falta... (Entrevista 12 – Mulher, 35 anos)

De uma certa forma é estranho, depende da...porque igual nesse caso que a gente citou de pessoas que estão envolvidas com drogas ou com roubo, alguma coisa, de repente é até previsível acontecer nos dias de hoje. Mas, por exemplo pra pai de família que as vezes morre por que foi assaltado, eu acho horrível, principalmente pra família deve ser uma das...A morte em si já é né, já choca bastante, mas nesse caso, em relação a violência de você sair, por exemplo, num lugar e vai ser assaltado e matam por, sei lá, as vezes por dez, quinze reais, eu acho um absurdo. (Entrevista 3 – Mulher, 24 anos)

Duas representações sociais da “morte matada” são construídas. Uma, considera normal, ou justa, essa forma de morrer para os que possuem uma vida indigna, marcada por escolhas consideradas “marginais”. Outra, considera injusta essa forma de morrer na medida em que tolhe a vida de cidadãos honestos, vítimas da irresponsabilidade ou violência do outro. E que, por isso mesmo, provoca dor e manifestações realizadas pela comunidade que clama por segurança.

Um fato ocorrido recentemente, agosto de 2002, ilustra a revolta da comunidade com a violência na região. Um jovem de 21 anos, cobrador de um ônibus da linha Jardim da Ordem, foi morto, com um tiro na cabeça, em um assalto em que foram levados R\$ 26,00 (R\$ 15,00 em dinheiro e R\$ 11,00 em vale-transporte). O crime chocou os moradores que realizaram protestos, e os profissionais da área, que suspenderam 4 linhas de ônibus, entre as 20 e 5 horas, com acesso à localidade (Jardim da Ordem, Ludovica, Santa Rita/CIC e Santa Rita/Pinheirinho), até a prisão do assassino, que ocorreu dois dias depois.

Outro caso que ocasionou protestos, por parte dos moradores do Jardim da Ordem e do Santa Rita, foi de um outro jovem rapaz, igualmente assassinado no exercício de sua profissão.

Uns dos crimes que mais chocou o bairro, foi quando um rapaz estava trabalhando no mercado, e chegou duas pessoas, que eram presos e estavam construindo umas casas no bairro, e os dois chegaram levaram o dinheiro e um dos funcionários foi impedir o assalto quando o outro chegou e o baleou na cabeça. (Redação 10 – 17 anos, sexo masculino)

Na época do ocorrido, os moradores realizaram uma manifestação queimando pneus e fechando o acesso ao Jardim da Ordem e ao Santa Rita por duas horas. A revolta aqui traduz a vida marcada pela insegurança e a morte inesperada, brusca e repentina.

Há, porém, quem questione o número dessas mortes violentas:

Eu não sei o que acontece, sempre que você vai falar com alguém ó mataram um lá, ó mataram outro lá, mas eu nunca vejo os velórios. Então não sei se realmente é real o que eles tão falando ou se não é real (...) Meu tio assim ele é extremamente assustado, então se vai conversa com ele assim a primeira coisa que ele fala é: soube que mataram um lá pra baixo essa noite. Eu falei: ó tio eu não escutei nem tiro. Oh mais mataram um, eu falei: onde que tá sendo o velório. Ah não sei, sei que mataram. Então a gente não sabe se é uma verdade ou não é verdade, só o que geralmente falam, ó mataram um ali ou mataram outro lá...(Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

Nesse sentido o homicídio circularia mais como notícia do que como fato ou acontecimento. As mortes existem, mas será tanto assim? Fato inquestionável entretanto, é a inclusão dessas mortes nas palavras proferidas cotidianamente na comunidade.

Pode-se dizer que, a morte violenta, por assassinato, passa a ser uma forma normalizada de morrer: é o fim esperado e comum para os que a “procuram”, envolvidos com drogas, tráfico, etc. É a “morte matada”, retrada, pública, estampada em fotos de jornais e explorada em programas radialísticos e televisivos sensacionalistas. Essa forma de morrer não causa mais estranhamento, o que não invalida, obviamente, a dor de quem sofre a perda. Agora, a mesma morte que arranca de forma inesperada um “inocente”, uma pessoa “honesta”, “íntegra”, aterroriza, causa revolta e repulsa.

A morte natural por sua vez, privada e sem retratos fotográficos, é expressa

em oposição à morte violenta.

Eu acho que a morte natural é levado por Deus, a pessoa morre porque adquiriu uma doença ou até mesmo de velhice, isso é natural, isso acontece no mundo inteiro... Agora, morte violenta é tirada, é arrancada uma vida... Mas já não é mais como eu me chocava, quando eu me mudei pra cá eu sofria muito com isso. (Entrevista 1 – Mulher, 41 anos)

A morte natural como fim de um processo esperado e a morte violenta como interrupção brusca, repentina:

A morte violenta eles vão em busca se envolvendo com essas pessoas, vão em busca do que não presta, sabendo que qualquer hora alguém pode tira a vida deles... Eu acho que a morte natural é natural, a gente vê pelo nome...daí eu aceito. A gente já nasce sabendo que vai morrer! Lógico que a gente chora tudo, mas...Agora outra pessoa chega e tira eu acho que não tem esse direito. (Entrevista 5 – Mulher, 42 anos)

A morte violenta como procurada, provocada:

Morte natural ela vem de uma fase né, a pessoa tá com problema e tal. Já a morte violenta geralmente a pessoa busca né, se você for parar pra olha (...) Ela acaba indo busca, se você for parar pra analisar qual que é a natureza? Geralmente a gente vê é porque um foi lá compro droga do outro e não pago ou foi lá roubou e não rachou meio a meio, não dividiu o fruto do roubo ali certinho, geralmente acontece isso daí. Já a natural não, a natural é uma coisa mais né do organismo de cada um, não tem... (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

A morte natural é a forma ideal de morrer. É “chegado o momento”, ou ainda, “é a vontade de Deus”, para aqueles que professam a fé. É inevitável, mas, conforme ELIAS (2000), como resultado de processo natural é menos angustiante e mais fácil de aceitar. E, através do crescente avanço técnico e científico, pode, atualmente, na maioria dos casos ser adiada. Após a morte natural e a subsequente realização dos ritos que, obviamente, variam de acordo com a religião, pouco se comenta sobre o assunto e a família vivencia seu luto de forma solitária. Reconhece-se a morte do outro, mas evita-se pensar sobre ela. É a morte em sua expressão contemporânea: calada, proibida, negada.

A normalidade que cerca a “morte matada”, especialmente a do bandido, e a religiosidade, influenciam no senso de justiça dos membros da comunidade. Numa associação entre crime e punição, há os que defendem o castigo divino para crimes hediondos, os que acham que a punição deva ocorrer logo, independente da forma e mesmo que realizada pelos homens, numa alusão ao “aqui se faz, aqui se paga”, e os que acreditam na justiça humana.

Juridicamente, considera-se crime toda conduta típica e antijurídica, isto é, prevista como crime nos códigos e que agride direitos protegidos por lei. O Código Penal em seu Artigo 1º – Título I - Da Aplicação da Lei Penal – diz que: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. As penas, previstas em lei, variam de acordo com a gravidade do crime e podem ser: privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, limitações de fim de semana) e de multa (pagamento de quantia fixada em sentença).

O homicídio é punido pela justiça com privação da liberdade, através de reclusão que pode ser de 06 a 30 anos e de detenção, de 01 a 03 anos. Dos crimes contra a vida o mais grave é o homicídio qualificado – produzido em situações que revelem censura e perversidade – previsto no Art. 121, do Código Penal:

§ 2º. Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Dos crimes fatais, relatados pelos moradores das vilas Jardim da Ordem e Santa Rita, a maioria integra o homicídio qualificado, tanto pelo motivo quanto pela forma da execução. No relato de uma informante, um jovem que perde a vida por

motivo banal:

Um rapaz passou com a mulher dele, daí viu um senhor de idade batendo num menino e esse menino é deficiente mental, bem bobão mesmo. Daí o rapaz levou a mulher em casa e voltou pra tirar satisfação com o velho, daí ele deu uns empurrão no velho, falou pro velho bate nele, que era grande. Aí o velho correu onde ele morava (...) pegou a arma assim e deu um tiro nas costas. Daí ele morreu assim na nossa frente, sabe (...) O velho fugiu, que ele já era ex-presidiário, tinha acabado de sair da cadeia né? (Entrevista 5 – Mulher, 42 anos)

Outro depoimento atenta para uma forma cruel de execução:

Ele foi morto com um pedaço de vigueta sabe de laje (...) É um bagulho assim de concreto, comprido (...) Ele foi morto com um daquele lá na cabeça assim... esmagou a cabeça dele. Aquele eu achei um cara muito sangue frio quem fez... (Entrevista 6 – Homem, 22 anos)

Entretanto, muitos dos que cometem homicídios qualificados não são punidos com a reclusão simplesmente por não serem presos ou por serem menores de 18 (dezoito) anos e, portanto, inimputáveis penalmente. Para estes, há medidas punitivas previstas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), desde que seja autuado em flagrante ou que exista uma ordem escrita e fundamentada da autoridade competente. A internação em entidades exclusivas para adolescentes – montadas de acordo com critérios de idade, gravidade da infração e compleição física – é a punição adotada para os casos graves.

A ausência do castigo legal para a maioria dos infratores e a frequência da violência fatal, parecem atuar na reconstrução de discursos em torno da punição do criminoso. Atualmente, não provoca estranhamento quando a pessoa comenta que determinada morte favoreceu a comunidade, pois a livrou de um ser nocivo, de uma ameaça constante, numa referência ao ditado “bandido bom é bandido morto”. Ao discorrerem sobre o ditado, os entrevistados fornecem a chave para se analisar a aceitação e negação da pena de morte, quando a causa é o homicídio.

Bom, pra nós esse ditado aqui é válido né? É válido porque pra nós cada bandido que morre é um a menos pra assaltar nossas casas, pra estuprar nossas filhas e, então, pra nós é um excelente ditado. Eu falo em nome da comunidade, pelo que eu sei da comunidade. E quando fala assim: ah morreu fulano...ah, aquele bandido, que bom, um a menos. (Entrevista 1 – Mulher, 41 anos)

A entrevistada em questão, possui uma vida comunitária bastante engajada, participando de Associações de Moradores, APM (Associação de Pais e Mestres) e Associação das Mães.

Na mesma linha interpretativa de que o bandido é bom quando não causa mais danos, o que ocorre indubitavelmente quando morre, outro relato:

Bandido bom é aquele que tá debaixo da terra e não tá perturbando ninguém. Porque bandido bom é aquele que já se foi, aquele é o bom, porque daí todo mundo diz assim: ah mais fulano era tão bonzinho; era bonzinho, mas quando tava vivo era um capeta, só sabia rouba, mata, estupra e machuca e bate e tudo né? Depois que morre vira bonzinho, então, bandido bom é bandido morto. Em termos de vocal, de boca né, de dizer, e em termos de senti na pele mesmo, bandido bom é aquele que já foi embora, tá no outro espaço, porque ele não vai fazer mal pra ninguém mais mesmo, então ele é um bandido bom, bonzinho... (Entrevista 12 – Mulher, 35 anos)

Aqui, o termo bom assume a conotação de que, ao morrer, o bandido é imobilizado, pois deixa de pertencer a esse mundo e, portanto, não irá perturbar mais ninguém. A entrevistada diz não sentir dor nem pesar quando da notícia da morte de um bandido, muito pelo contrário, o alívio é evidente na medida em que é um a menos para amedrontar a comunidade. Relata que, ao receber uma notícia de morte, indaga sobre a identidade do defunto, determinante na manifestação de sentimentos: um trabalhador merece expressões de tristeza; um bandido, causador de aflições, possibilita um contentamento na medida em que, sua morte, traz a certeza de que não causará mais mal algum.

Outra informante afirma que:

Eu acho que não precisa existir bandido, quem tem vergonha na cara, não precisa ser bandido (...) quem é bandido ele tem que morre uma hora, porque senão ele vai fica só matando, matando. (Entrevista 5 – Mulher, 42 anos)

A morte como única possibilidade de imobilizar o bandido:

Quem matou uma vez, ele não pensa outra vez pra mata outro, ele já cria aquele impacto sabe de te tirado a vida de outro, ele não pensa outra vez. Ele sabe que pra ele já viro tudo mesmo. Aqui como não tem uma ação da polícia, quem manda é os bandido né? (Entrevista 5 – Mulher, 42 anos)

A morte como forma de parar o criminoso, de impedir que cause danos, aponta para uma descrença no papel da polícia – e, por extensão, da justiça – que não atua de forma eficaz na resolução da maioria dos casos, especialmente quando as vítimas são pobres. Ou que desacredita, quando da resolução do caso, no papel da prisão como espaço reformador, regeneratório e de expiação. Mostra igualmente, o medo que parte dos moradores sentem da polícia que, muitas vezes, se equipara àquele representado pelo bandido.

De repente é só a farda que é da polícia e daí, depois que você sai dali? Porque você sai dali, você deixa teu nome e teu endereço e tua RG, então não é assim, você fica cadastrado lá, na delegacia. Você vai por polícia na, na...é a mesma coisa que eu não aceito os bandido na minha família eu não aceito polícia também. (Entrevista 5 – mulher, 42 anos)

Esse medo pode ser outra faceta do pacto de silêncio que impera na vila e, que faz com que muitos não registrem queixas na polícia. É o medo da represália dos bandidos, é o medo da corrupção dos policiais. Destarte, o fazer de conta que não viu e que não sabe, pode impedir uma possível vingança e ser sinônimo de sobrevivência.

A denúncia, e a conseqüente punição de infratores, ocasiona sentimento de alívio para a maioria dos moradores, ao mesmo tempo que causa medo e insegurança para o delator. A prisão do criminoso não é garantia de impunidade para a testemunha do crime, pois o bandido não estará preso eternamente ou poderá contar com ajuda de comparsas para efetuar uma provável vingança. É claro que isso possui outro lado, que atrapalha o trabalho sério de uma polícia que está preocupada em investigar e em garantir a punição dos culpados e que, muitas vezes, enfrenta dificuldades em

encontrar testemunhas que viabilizariam o sucesso da empreitada.

Michel FOUCAULT (1977) afirma que a prisão, enquanto “pena por excelência”, objetiva, através da privação da liberdade, a transformação do indivíduo. Transformação que ocorre através do isolamento, do trabalho penal e da disciplina rigorosa, despótica e ininterrupta. Funcionando como aparelho disciplinar, não possui exterior nem lacuna e só é interrompido quando a tarefa é finalizada, quando a pena chega ao término. A arquitetura panóptica possibilita a criação de um “espaço analítico”, onde a vigilância impera soberana, que permite a observação permanente, a avaliação das atitudes e o adestramento dos indivíduos.

As críticas à prisão foram, porém, inevitáveis. Feitas no século XIX, quando era percebida como “pena por excelência”, continuam legítimas e atuais, conforme FOUCAULT: a taxa de criminalidade não diminui com os presídios; a detenção provoca reincidência; a prisão fabrica delinquentes e favorece a organização de criminosos que se tornam solidários e cúmplices. Estas críticas, aliadas à superlotação, às rebeliões e aos constantes escândalos envolvendo tanto policiais quanto bandidos, provocam uma descrença no poder de punição da prisão e, como visto no capítulo dedicado à violência, uma sensação de injustiça generalizada. (SOARES, 2002)

Outra percepção que se constrói em torno do assunto “bandido bom é bandido morto” está diretamente relacionada com a religiosidade. Esta, não considera legítimo o cidadão comum julgar o outro, mesmo quando o outro é um bandido, o julgamento é divino e não humano: não julgues para não seres julgado; não condenes para não seres condenado:

Os homens não têm o direito de agir com as próprias mãos, é, eu acho que quem tem o direito de começar a vida e acabar a vida é quem deu a vida não é? Quem deu a vida pra nós? (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

Julgar, sem estar no lugar do outro, é difícil e inviável.

É... até o fato desse negócio de igreja, esse negócio de ficar julgando os outros é muito, muito difícil. Não tem porque você ficar julgando, porque é, as vezes você pensa, você não tá na situação da pessoa e as vezes né, sei lá, não sabe o que levou ela a fazer aquilo. (Entrevista 3 – Mulher, 24 anos)

A justiça divina condena a pena de morte, pois os homens como meros mortais não possuem o direito de tirar a vida de nenhum ser humano. A justiça humana, formal e institucionalizada, representada pelo Judiciário, também condena a pena de morte. Todavia, ela se impõe no mundo do crime onde, quem não segue as regras impostas, assina a própria sentença de morte.

Mataram um cara na pracinha num sábado a tarde, em plena luz do dia. Tinha família, crianças brincando na praça e atiraram no cara na frente de todo mundo. Dizem que teve um problema e os traficantes falaram que iam matar quatro. Mataram três. Três sábados seguido, em cada um deles um morreu. (Entrevista 10 – Mulher, 35 anos)

Os depoimentos, em sua maioria, concordam, com exceção dos fornecidos por três informantes já citados, ou com a justiça divina ou com a humana, mas não com a individual, que estabelece regras próprias tanto na condenação quanto no julgamento. Apesar disso, grande parte afirma que, no impacto inicial gerado pela violência a vontade é de responder com violência.

Quando eu fiquei sabendo do menino que foi estuprado, Meu Deus, eu pensei no meu filho. Na hora eu pensei se fosse com meu filho, se tivessem feito uma coisa dessas com meu filho eu matava, eu acabava com o animal que teve coragem de fazê isso. Pense só, que horror, que maldade! Na hora eu matava! Mas quando a gente pensa, não dá pra fazer nada. Como que eu vou resolver com minhas próprias mãos? Não eu não concordo, acho muito forte. Não acho que bandido bom é bandido morto, acho que ele tem que pagar pelo que fez, mas através da justiça... (Entrevista 8 – Mulher, 22 anos)

A vontade imediata é “pagar na mesma moeda”, ainda mais quando a violência atinge um ser próximo e querido.

Não posso nem falar que sou a favor nem contra porque quando é com uma pessoa tão próxima a gente reage de uma forma totalmente, não pensa, não pensa, é uma coisa bem, bem assim, aquele ódio, aquele furor assim. (Entrevista 6 – Homem, 24 anos)

Somente superada a revolta inicial, o senso de justiça e responsabilidade volta a razão. O criminoso deve ser julgado e condenado sim, mas pela justiça, e não por homens que, chocados pelo crime, resolvem determinar a punição máxima e, com isso, igualmente tornarem-se criminosos. Dois retratos, dignos de condenação: o do bandido que mata bandido e do cidadão que mata o bandido. Ambos condenados por parte dos pesquisados, por acreditarem que isso gera mais violência e que cabe a justiça definir a punição para cada crime.

Eu não acho certo não, porque não é assim que vai resolver os problemas, a segurança. É muito pesado! Quem tem que decidir é a justiça, os governantes, o que adianta a gente sujar as mãos se o problema vai continuar? (Entrevista 9 – Mulher, 36 anos)

O sentimento de alívio, parte das vezes involuntário, provocado pela morte de um bandido, contrasta com o sentimento de compaixão para com a família do morto.

As vezes concordo que bandido morto é bom porque é um a menos. Mas eu penso também que é um ser humano e eu ou outra pessoa tem esse direito? Pode-se acabar com a vida de alguém. O bandido é um ser humano e também tem família. Quando mataram um daqueles rapazes no sábado, atiraram na frente do filho dele, uma criança de três anos...Imagine só, que horror pra esse menino, que era inocente, que não sabia de nada. (Entrevista 10 – Mulher, 35 anos)

A família humaniza o morto, na medida em que reveste de sentimento: alguém sofre por ele, chora a sua morte.

Se morresse um familiar meu sendo bandido, não é porque ele foi bandido que não vou sentir... É um ser humano né? Mas infelizmente fazia coisas erradas e vai acabar não fazendo mais; é um a menos pra fazer errado! Mas a gente vai se colocar no lugar da família, puxa vida! Como aquela mãe deve estar sofrendo! (Entrevista 7 – Mulher, 27 anos)

O não estar no lugar do outro evita o julgamento.

É difícil porque você não tá na situação de alguém que passou por algo pesado né, pra resolver o problema dele, resolver o problema dos outros é fácil. (Entrevista 2 – Homem, 31 anos)

Ou,

Ele tem um direito de volta atrás, não é porque ele fez aqui, que ele vai paga aqui, aí vai da consciência dele. Ele fez, ele vai ter o perdão se ele quiser né? Aí vai depender dele, por isso que eu não concordo. (Entrevista 11 - Mulher, 35 anos)

Assim, os discursos dos moradores revelam diferentes percepções no que tange ao castigo do criminoso, especialmente daquele que comete crimes considerados muito violentos. Uma, reflete uma espécie de “dessacralização” do morto, ou melhor, uma falta de sacralização. Nesta percepção, o criminoso merece morrer, mesmo que cruelmente, pois a morte lhe tornará inofensivo e somente nesse sentido ele será bom, porque morto. Outra, predominante entre os entrevistados, que geralmente reflete a sacralização do morto e inibe as pessoas a falarem mal dos mortos, defende a justiça – humana e divina – e acredita no julgamento do criminoso pelas instâncias competentes tanto neste mundo, como no outro. Nela, há uma resistência em julgar o outro, em condená-lo – mesmo quando um criminoso execrável –, um receio em cometer injustiças. O castigo deve ser então, estabelecido pela Justiça, na esfera terrena, e/ou por Deus, numa possível instância celestial.

5 CONCLUSÃO

A morte é, como afirmou ELIAS (2001), um problema dos vivos. É a esses que compete, de acordo com sua cultura e trajetória, elaborar sua representação e interiorização, torná-la interditada ou então incorporá-la em seu discurso. Como ela é problematizada num contexto de violência urbana, principalmente quando é provocada por assassinato, discutí-la consistiu na proposta deste trabalho.

O lugar é o Tatuquara, mas poderia ser tantos outros à margem da sociedade, marcados por desigualdade, desemprego, violência, dificuldade de acesso a atividades culturais, gravidez na adolescência e drogas. Não é um lugar feio, desprovido de toda infra-estrutura. É um lugar simples, que cresce desbravadamente, que assume ares de uma cidade dentro da metrópole.

No período da pesquisa, 2000 a 2002, o bairro foi constantemente se modificando, se expandindo. Casas de alvenaria, ruas pavimentadas, terraplenagem para novos conjuntos habitacionais, projeto para construção de terminal de ônibus, contrastando com casas de madeiras, ruas de saibro, valetas a céu aberto. Contrastando principalmente com barracos em espaços de ocupação que parecem a cada dia menores, expurgados, sempre que possível, para fora do bairro.

Heterogêneo, é marcado pela exclusão social e por diferenças expressas entre as suas vilas e entre seus moradores. É no Jardim da Ordem e no Santa Rita, povoados na década de 1990, que essas diferenças foram percebidas. Nelas, há o que ELIAS (2000) denominou de estabelecidos e *outsiders*: os que habitam casas em terrenos legalizados e os que ocuparam ilegalmente; os trabalhadores e os “vagabundos” drogados; os “honestos” e os “infratores”. Diferenças que se estabelecem no discurso e nas concepções que possuem a respeito do mundo, mas que não impedem que todos sejam *outsiders* num contexto social maior. Identificar como essas pessoas representam a “morte matada” foi o objetivo central desta dissertação.

Não buscamos quantificar estatisticamente o homicídio na região, mas, averiguar como, num quadro de violência urbana, ele aparece nas palavras ditas, no discurso elaborado por aqueles que a vivenciam cotidianamente.

O crescimento da violência urbana provoca mudanças drásticas na vida das pessoas criando um cenário de medo e incerteza. (ADORNO, 2000) Os hábitos, o estilo de vida são modificados para garantir uma maior segurança, para fugir de lugares considerados perigosos e evitar situações de risco. Mudanças que atuam como paliativos e que não resolvem o problema, que não diminuem o sentimento de insegurança generalizado que, por sua vez, é reforçado mediante novos acontecimentos e por sua extensa exposição nos meios de comunicação. Tomemos como exemplo o caso da jovem estudante de direito que, com a ajuda do namorado, planejou a morte dos pais por não concordarem com o seu relacionamento. Ou a história de outro jovem, também estudante de direito, acusado de matar a avó e a empregada para comprar drogas. Dois exemplos trágicos explorados pela imprensa exaustivamente, entre tantos outros que poderiam ser citados, que demonstram que a violência independe da classe social ou do nível educacional. O que não impede contudo, que ela seja comumente associada a áreas pobres e carentes, com pouca infraestrutura e segurança precária, fortalecendo, segundo CARDIA (2000), estereótipos de “marginais”. Visão reducionista que tende a gerar mais violência pois discrimina os que estão à margem da sociedade e da vida.

O aumento exacerbado dos fatos violentos, simbólicos ou físicos, e sua extensa exposição na mídia, apontam para uma normalização da violência. Em outras palavras, mesmo em caso de violência fatal, não causa estranhamento, pois, apesar do medo que ainda provoca, se tornou comum, corriqueira. Isso atua significativamente na elaboração das representações sociais da morte violenta em geral, e do homicídio em especial. A violência é incorporada no discurso e a morte violenta, na maioria dos casos, também o é. E para além do discurso na vida cotidiana. Portanto, extravasando o Tatuquara uma instalação na vida e na palavra é o que nos amedronta, sejamos

estabelecidos ou *outsiders*.

Os jovens do Tatuquara, tal como acontece no restante do país, protagonizam ações violentas, como vítimas preferenciais ou autores potenciais. O uso de drogas é apontado como a principal causa desse envolvimento, verdadeira porta de entrada para a criminalidade. Infrações cometidas em função do efeito da droga ou para adquirir dinheiro para o consumo ou, ainda, para pagar os fornecedores, pois não há perdão para este tipo de dívida. Outros fatores porém, além das drogas, estreitam ainda mais a relação dos jovens com a violência: desigualdade social, falta de perspectivas, desemprego, mudança de valores, problemas familiares, consumismo desenfreado. Juntos, provocam dados perturbadores de vitimização juvenil: no Paraná, conforme o Mapa da Violência III, o aumento de óbitos por homicídio na faixa etária de 15 a 24 anos cresceu 93,6%, no período de 1991 a 2000; sendo que, a maioria absoluta dos óbitos correspondem a jovens do sexo masculino que morrem geralmente nos finais de semana.

Nem todos os jovens pobres contudo, possuem essa relação tão próxima com a violência ou com o mundo das drogas. Muitos, apesar das inúmeras dificuldades, são incluídos no mundo do trabalho, geralmente sem qualificação, antes mesmo de concluir o ensino médio. Trabalham na região sul de Curitiba, no Ceasa, em mercados, lanchonetes, fábricas da Cidade Industrial de Curitiba e até mesmo na construção civil. É lá também que buscam alternativas de lazer: nos grupos de jovens, em movimentos de *hip hop*, na capoeira, em festas, entre outras atividades lúdicas. O fato de estudarem, trabalharem e se divertirem não invalida porém, que convivam com as drogas, a violência e o medo. São espectadores deste lado sombrio da realidade, na medida que possuem amigos e/ou familiares “marginais” ou vítimas da violência; que analisem criticamente a escola, a família, a violência, a polícia, as autoridades, enfim, a sociedade; que acreditem num mundo menos marcado por injustiças e desigualdades sociais.

Entre os jovens também podemos identificar os que estão inseridos na

comunidade e os que são dela excluídos: de um lado, os que estudam e trabalham e, de outro, os que não fazem nada ou estão envolvidos com atividades ilícitas; os socialmente aceitos e os marginalizados; os “limpos” e os “drogados”. São esses últimos, de acordo com o julgamento dos primeiros, os responsáveis pela “má fama” do bairro, bem como os autores e as vítimas principais da violência em geral e do homicídio, em especial. Uma minoria de jovens excluídos, vítimas, na maior parte dos casos, da estrutura social, da falta de perspectivas, da ausência de oportunidades e do vício.

É dentro desse quadro geral que encontramos a morte violenta, principalmente o homicídio, incorporada na fala dos moradores, como fato ou como notícia. A maioria conta histórias de mortes trágicas, com requintes de crueldade, dignas de jornais sensacionalistas. Sempre há relatos dos que foram assassinados com tiros, os que levaram facadas ou mesmo pauladas. A frequência e a forma com que ocorrem essas mortes e a conseqüente absorção das mesmas pela população que a introduz no seu discurso, conferem, à morte um aspecto de normalidade. Ela perde seu invólucro de silêncio e mistério e passa a ser falada, contada, julgada. Entra para o espaço público.

Aqui nos deparamos com uma das evidências deste trabalho: as representações sociais da “morte matada” são construídas a partir do status da vítima, ou melhor, do papel que ela desempenhou na vida comunitária. Há duas representações dessa forma de morrer: a da morte justa e da morte injusta.

A morte justa é a que aparece no discurso como normal. É o fim comum para os que a “procuram”, envolvidos com negócios escusos, criminalidade, drogas. É o fim esperado para os que possuem uma vida “indigna”, marcada por “escolhas marginais”. É a morte pública, estampada em fotos de jornais, noticiada em programas populares. É a morte que não causa nem estranhamento nem revolta, a não ser, é claro, para os parentes e amigos.

A morte injusta, por sua vez, atinge o cidadão comum, o estudante ou o

trabalhador que perde sua vida inesperadamente, vítima da irresponsabilidade ou da violência do outro. A morte de um “inocente” não é vista como normal e, por isso mesmo, causa revolta, repulsa. É a morte brusca e repentina que está, segundo ÁRIES (1989), envolta numa camada de medo e mistério.

Essas duas formas de perceber a “morte matada”, justa ou injusta, estão incorporadas nas palavras dos moradores, mas com conotações diferentes. Enquanto a primeira traduz mais um acontecimento violento que não promove grandes emoções, a não ser o de alívio manifestado por algumas pessoas que acreditam que é um a menos para causar danos, a segunda promove uma comoção, um sentimento generalizado de insegurança. Sentimento que é fortalecido por não acreditarem na eficácia da polícia ou na prisão como espaço reformador, regeneratório e de expiação. Sentimento que faz com que a maioria siga a lei do silêncio, como garantia de sobrevivência numa verdadeira selva de pedra, aguardando calada uma punição imposta pela Justiça, seja terrena, seja divina.

As representações sociais do homicídio dessa forma compreendidas influenciam ao mesmo tempo que sofrem influências das crenças religiosas. Crenças que negam a morte ao apontar para a imortalidade da alma e que realizam cerimônias fúnebres para efetuar a passagem do mundo dos vivos para o mundo dos mortos. São os ritos que garantem essa passagem, que sacralizam o morto, tornando-o livre de tudo o que é profano, para viabilizar a continuidade de sua existência. Continuidade que será determinada, no cristianismo, pelo batismo e pelas atitudes e condutas que o morto teve em vida. É dessas atitudes que dependerá a condenação ou salvação eterna. No catolicismo realizam-se os ritos independente das circunstâncias da morte e da identidade do morto e o problema é adiado para a instância divina, a qual compete o Julgamento. Já para as igrejas evangélicas, respeitando as diferenças apontadas anteriormente, as regras são mais rígidas e dificilmente alguém que tenha optado pelo mal, pelo lado pecaminoso da vida terá direito aos rituais. O indivíduo que morre na “bandidagem” já está maculado e, sem a realização dos ritos, vai com uma espécie de

débito para o julgamento. Nesse sentido, prevalece a idéia de que a justiça predominará: o criminoso, mesmo que impune pela justiça humana, prestará contas na justiça divina.

Enfim, as representações do homicídio são construídas a partir de dicotomias: o bem e o mal, o honesto e o bandido, o céu e o inferno, o justo e o injusto, o incluído e o excluído. De um lado, a idéia do certo, do socialmente aceito; de outro, a personificação do errado, do marginalizado, do criminoso. O que nos leva a concluir que a normalidade que cerca a violência, que a sua inserção no discurso, ocorre primeiramente, devido ser comum, corriqueira. Mas que é reforçada por atingir mais o outro, o não inserido na comunidade. A violência do outro, sua morte, não causa mais estranhamento. Agora, quando a violência em geral e o homicídio, em especial, atinge um do grupo, incluído, portanto, choca, causa revolta, repulsa. Duas visões para um único fato, concepções que refletem não só o que é exposto nos meios de comunicação, mas o que é usualmente aceito pela sociedade. Porém, fica uma questão: como as pessoas vão conceber a violência e o homicídio quando desmistificarem o outro como o grande vilão, causador de males e aflições?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H, FREITAS, M., SPOSITO, M.(org.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ARIÉS, P. **O homem diante da morte**. Vol. I, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. **O homem diante da morte**. Vol. II, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Sobre a história da morte no ocidente**. 2. ed. Lisboa: Teorema, 1989.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. O narrador. In: **Magia e arte, técnica e ciência**. Obras Esolhidas, Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil>> acesso em: 14 de janeiro de 2003.

CARDIA, N. A violência urbana e a escola. In: GUIMARÃES, E.; PAIVA, E (org.). **Violência e vida escolar**. Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Ano II, nº 02, 1997.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R.C.L. (org.) **A aventura antropológica – teoria e pesquisa**. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARLINI-COTRIM, B. Estranhando o óbvio. In: ABRAMO, H, FREITAS, M., SPOSITO, M.(org.) **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

CEDEC. **Mapa de risco da violência**: cidade de Curitiba. São Paulo: CEDEC, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

COULANGES, F. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DA MATTA, R. A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro. In: **A casa & a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. In: **Os pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **As regras do método sociológico**. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1956.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: **Obras Completas**, Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOBBS, T. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOFFMANN, M. **Algumas reflexões sobre a morte e o morrer em Rio dos Patos**. Curitiba, 1995. 80 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org). **Les représentations sociales**. 2. ed. Paris: PUF, 1991.

KOURY, M. G. P. Você fotografa os seus mortos? Fotografia e morte no Brasil Urbano. In: KOURY, M. G. P (org). **Imagem e memória – ensaios de antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 1992.

LAMARÃO, M. L.; BRITTO, R.C.C. **Criança, Violência e Cidadania**. Universidade da Amazônia - UNAMA: Série Relatórios de Pesquisa, nº 2, julho, 1995.

LIMA, C. C. Registro de porte de arma diminui 62%. **Gazeta do Povo On Line**. Curitiba, 3 fev. 2002. Disponível em: <<http://tudoparana.gazetadopovo.com.br>> acesso em: 10 de maio de 2002.

_____. Ainda faltam policiais nas ruas da capital e da região metropolitana. **Gazeta do Povo On Line**. Curitiba, 9 set. 2001. Disponível em: <<http://tudoparana.gazetadopovo.com.br>> acesso em: 10 de maio de 2002.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, R.(org). **Mauss: antropologia**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.

_____. A prece. In: OLIVEIRA, R.(org). **Mauss: antropologia**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.

MORIN, E. **O homem e a morte**. 2. ed. Portugal: Europa-América, 1976.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Sobre representações sociais**. (Traduzido por Clélia Nascimento Schulze para circulação interna). Núcleo de Psicologia Social, Departamento de Psicologia, UFSC, 1985.

OLIVEIRA, J. de (Org.) **Código Penal**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

OLIVEIRA, M. de. Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira. In: **Revista de ciências humanas**. Curitiba: Editora da UFPR, n.7/8, 1999, p.173-193.

OKUBARU, F. Preso assassino do cobrador de ônibus. **Gazeta do Povo On Line**. Curitiba, 16 ago. 2002. Disponível em: <<http://tudoparana.gazetadopovo.com.br>> acesso em: 16 de ago de 2002.

PERES, M.F.T. Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência? In: **Revista Ciência e Cultura**. Temas e tendências – Violência. Ano 54 – Número 1 – Julho/Agosto/Setembro de 2002, p. 54-55.

PINCUS, L. **A família e a morte: como enfrentar o luto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **CPC-Comando do Policiamento da Capital**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/pmpr/capital.html>> acesso em: 29 de agosto de 2002.

RUBY, J. Retratando os mortos. In: KOURY, M. G. P (org). **Imagem e memória – ensaios de antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SALLAS, A. (Coord.), e outros. **Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos – juventude, violência e cidadania**. Brasília: CNPq/IBICT/UNESCO, 1999.

SANTOS, J. A. Juventude e projeto de vida: lazer, trabalho, drogas e violência social. In: **Barbarói**, Universidade de Santa Cruz do Sul –UNISC, nº 11, jul/dez. 1999.

SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOBVITCH, S. (orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

THIOLLENT, M. O processo de entrevista. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

THOMAS, L.V. **Rites de mort – pour la paix des vivants**. Paris: Fayard, 1985.

UFPR/IPARDES/IPPUC. **Mapa da pobreza de Curitiba**. Curitiba: UFPR, 1997.

VERGÈS, P. Représentations sociales de l'economie: une forme de connaissance. In: JODELET, D. (org.) **Les représentations sociales**. 2 ed. Paris: PUF, 1991.

WASELISZ, J. **Mapa da violência III (síntese)**. UNESCO – Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/aprendiz>> acesso em: 07 de maio de 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, A. **A negação da morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

BERGER, P.; BERGER, B. O que é uma instituição social. Socialização: como ser um membro da sociedade. IN: FORACCHI, M; MARTINS, J. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CARDOSO, C. Introdução uma opinião sobre as representações sociais. IN: CARDOSO, C e MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Censo 2000 – Bairros de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.ippuc.pr.gov.br>> acesso em: 14 de maio de 2002.

MANHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

MARANHÃO, J.L.S. **O que é morte**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

OLIVEIRA, M. de. "Raízes epistemológicas da teoria do imaginário em Gilbert Durand". IN: **Revista de ciências humanas**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p.123-138.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RASIA, J.M. **Atitudes e representações da morte entre agricultores da Colônia Santo Antônio**. Curitiba, UFPR: CNPQ, 1993.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ZALUAR, A. O antropólogo e os pobres: Introdução metodológica e afetiva. In: **A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME: _____

IDADE: _____ ESCOLARIDADE: _____

PROFISSÃO: _____ RENDA MÉDIA FAM.: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____ RELIGIÃO: _____

DATA: ____ / ____ / ____

- HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ MORA NA VILA?
- COMO ERAM AS CONDIÇÕES DE VIDA NO BAIRRO? (EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSPORTE, COMÉRCIO, MORADIA)
- E COMO É ATUALMENTE?
- E A SEGURANÇA DA REGIÃO? COMO ERA E COMO É HOJE?
- VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA? NO BAIRRO?
- CONTE UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA COM MORTE OCORRIDA NA VILA QUE O(A) IMPRESSIONOU.
- A MORTE GERADA PELA VIOLÊNCIA É COMUM NA VILA?
- A MORTE VIOLENTA ATINGE MAIS QUAL FAIXA ETÁRIA? POR QUÊ?
- QUE VOCÊ PENSA DESSE TIPO DE MORTE?
- E DA MORTE NATURAL, POR DOENÇA? VOCÊ FAZ ALGUMA DIFERENÇA ENTRE ESTA E A MORTE VIOLENTA?
- A SUA RELIGIÃO FAZ ALGUMA DIFERENÇA ENTRE A MORTE GERADA PELA VIOLÊNCIA E A MORTE NATURAL?
- E COMO SÃO OS RITOS QUE ENVOLVEM A MORTE?
- O QUE VOCÊ ACHA DOS DITADOS “BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”, “OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE”, “AQUI SE FAZ, AQUI SE PAGA”?

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

1. MAPA DE CURITIBA E BAIRROS.....	124
2. TABELA 1: TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS CONSIDERANDO TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS	125
3. TABELA 2: TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS CONSIDERANDO A FAIXA ETÁRIA ENTRE 15 E 24 ANOS	126
4. TABELA 3: TAXAS DE MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO CONSIDERANDO A FAIXA ETÁRIA TOTAL E A ENTRE 15 E 24 ANOS .	127

ANEXO 1 – MAPA DE CURITIBA E BAIRROS

A.R. BAIRRO NOVO

71 Campo de Santana
70 Caximba
72 Ganchinho
65 Sítio Cercado
73 Umbará

A.R. BOA VISTA

50 Abranches
55 Atuba
35 Bacacheri
36 Bairro Alto
52 Barreirinha
34 Boa Vista
51 Cachoeira
32 Pilarzinho
53 Santa Cândida
33 São Lourenço
49 Taboão
19 Tarumã
54 Tingüi

A.R. BOQUEIRÃO

64 Alto Boqueirão
56 Boqueirão
38 Hauer
57 Xaxim

A.R. CAJURU

21 Cajuru
20 Capão da Imbuia
23 Guabirota
22 Jardim das Américas
37 Uberaba

A.R. MATRIZ

14 Ahú
04 Alto da Glória
05 Alto da Rua XV
10 Batel
11 Bigorriho
13 Bom Retiro
16 Cabral
01 Centro
03 Centro Cívico
06 Cristo Rei

(A.R. Matriz - Cont.)

17 Hugo Lange
07 Jardim Botânico
18 Jardim Social
15 Juvevê
12 Mercês
24 Prado Velho
08 Rebouças
02 São Francisco

A.R. PINHEIRINHO

58 Capão Raso
75 Cidade Industrial
66 Pinheirinho

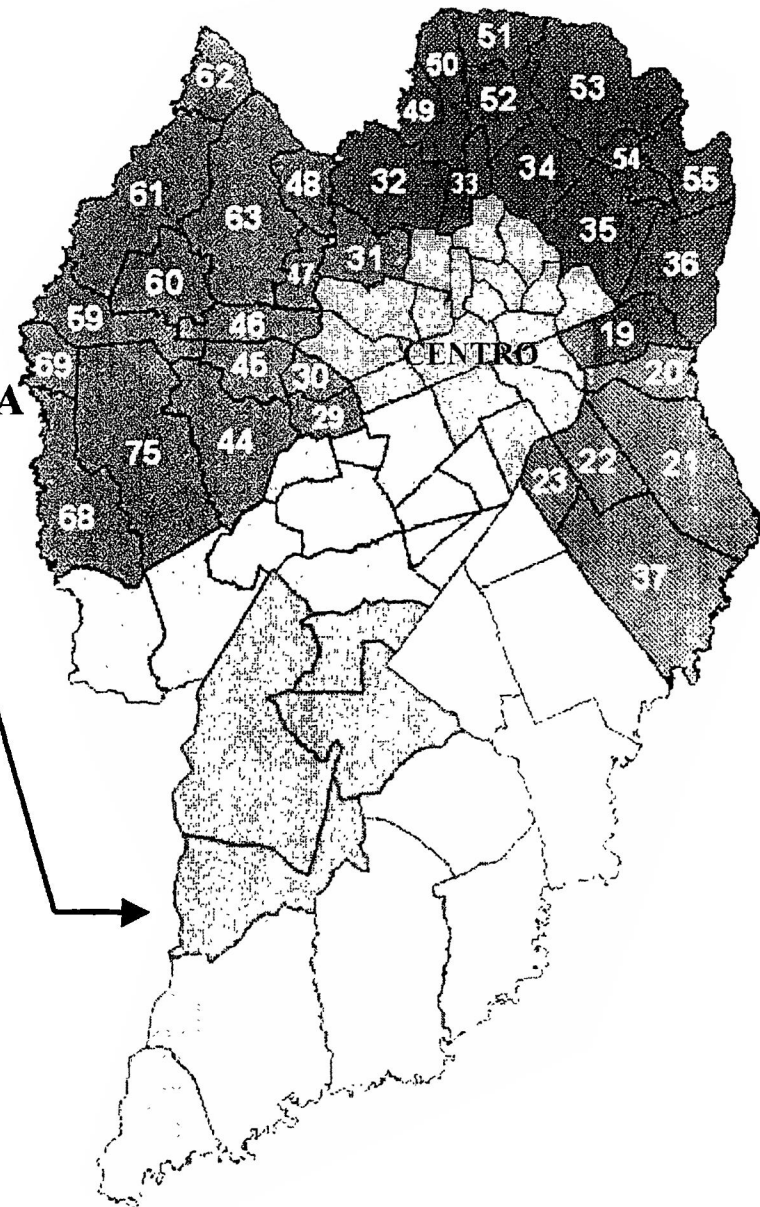
74 TATUQUARA

A.R. PORTÃO

09 Água Verde
75 Cidade Industrial
39 Fanny
42 Fazendinha
26 Guaíra
40 Lindóia
41 Novo Mundo
25 Parolin
27 Portão
43 Santa Quitéria
67 São Miguel
28 Vila Izabel

A.R. SANTA FELICIDADE

68 Augusta
61 Butiatuvinha
30 Campina do Siqueira
44 Campo Comprido
47 Cascatinha
75 Cidade Industrial
62 Lamenha Pequena
45 Mossunguê
59 Orleans
69 Riviera
63 Santa Felicidade
46 Santo Inácio
60 São Braz
48 São João
29 Seminário
31 Vista Alegre



ANEXO 2

TABELA 1

TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS

FAIXA ETÁRIA: TODAS

LOCAIS: UF E REGIÕES

PERÍODO: 1991/2000

UF/ REGIÃO	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Acre	25,3	24,8	25,9	19,4	22,0	20,6	19,6	20,7	9,4	19,2
Amazonas	19,2	16,3	15,8	17,0	18,4	18,0	18,1	20,2	19,3	19,7
Amapá	18,1	24,0	20,2	35,9	35,0	41,7	33,1	37,4	42,3	32,5
Pará	16,5	15,1	12,1	13,5	12,9	12,2	12,9	13,0	10,5	13,0
Rondônia	44,2	35,0	42,6	33,6	27,2	23,6	27,5	36,9	32,1	34,9
Roraima	36,9	43,6	31,8	33,6	36,9	38,6	31,2	43,9	49,3	39,5
Tocantins	10,2	7,1	9,6	10,8	7,4	12,2	11,2	12,3	13,1	15,3
Norte	20,5	18,1	17,3	17,6	16,7	16,7	16,9	19,0	17,0	18,7
Alagoas	27,0	23,4	24,3	23,9	28,1	27,6	23,6	21,2	19,8	25,6
Bahia	5,0	6,9	12,4	14,3	12,4	15,0	15,6	15,6	15,6	15,6
Ceará	9,7	8,5	10,8	9,5	12,6	12,7	14,4	13,1	15,2	16,5
Maranhão	9,3	8,4	7,8	6,1	7,4	6,6	5,9	4,8	4,5	6,1
Paraíba	12,5	10,6	11,2	12,1	13,9	18,8	14,6	12,4	11,8	15,0
Pernambuco	38,8	35,2	37,6	34,7	36,1	39,8	48,5	57,2	53,6	52,3
Piauí	4,4	3,7	4,6	3,9	4,6	4,6	5,6	5,1	4,7	8,2
Rio Grande do N.	9,2	8,1	9,9	8,4	9,9	9,1	8,9	8,3	8,3	9,2
Sergipe	21,7	30,7	20,4	22,1	16,2	14,4	11,3	10,2	19,3	22,0
Nordeste	14,5	14,0	16,2	15,8	16,4	17,8	19,0	19,7	19,6	20,7
Espírito Santo	37,7	32,1	41,3	43,3	42,2	41,7	48,6	56,6	50,7	46,7
Minas Gerais	7,7	6,9	7,5	6,7	7,2	7,2	7,6	8,4	8,8	11,0
Rio de Janeiro	39,6	35,0	41,2	48,9	62,2	58,8	57,5	53,9	51,0	50,9
São Paulo	30,8	28,2	28,4	30,3	34,6	35,7	35,6	39,1	43,4	42,2
Sudeste	27,1	24,4	26,3	28,7	33,6	33,5	33,6	35,2	36,7	36,4
Paraná	14,5	12,8	14,3	14,4	15,7	15,1	17,3	17,5	18,0	18,5
Rio Grande do Sul	18,5	17,0	12,6	14,2	15,0	15,1	16,6	15,2	15,1	16,3
Santa Catarina	7,8	7,6	7,7	7,1	8,4	8,1	8,2	7,7	7,2	7,9
Sul	14,8	13,4	12,2	12,8	13,9	13,6	15,1	14,5	14,5	15,3
Distrito Federal	33,5	28,4	35,9	35,4	38,9	37,7	35,1	36,9	36,1	37,5
Goiás	20,4	19,3	16,6	17,2	16,7	15,4	14,9	13,3	16,3	20,1
Mato Grosso do Sul	22,1	23,6	25,1	27,6	33,1	37,4	37,1	33,3	28,0	31,0
Mato Grosso	22,5	17,4	17,1	15,0	27,5	28,7	32,7	35,3	33,7	39,8
Centro-Oeste	23,4	21,2	21,6	21,8	25,9	26,2	26,3	25,8	25,6	29,3
Brasil	20,9	19,1	20,3	21,4	24,0	24,4	25,0	25,9	26,3	27,0

Fonte: SIM/DATASUS, IBGE.

ANEXO 3

TABELA 2

TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS

FAIXA ETÁRIA: 15 A 24 ANOS

LOCAIS: CAPITAIS E REGIÕES

PERÍODO: 1991/2000

UF/ REGIÃO	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Belém	43,3	44,8	32,0	51,8	43,6	42,8	37,9	53,0	28,6	52,7
Boa Vista	35,6	78,2	33,3	49,9	76,9	88,6	49,5	83,8	86,4	91,0
Macapá	49,9	75,4	52,0	86,7	89,4	97,3	107,7	98,0	123,5	98,6
Manaus	73,4	45,8	49,2	63,9	63,5	65,3	70,7	81,6	70,0	64,9
Palmas			27,1	14,2	11,7	9,7	4,2	18,4	13,2	14,9
Porto Velho	102,1	58,2	62,6	77,3	48,5	47,6	64,3	121,4	68,7	91,5
Rio Branco	78,7	81,3	92,2	61,2	64,3	58,7	70,4	83,4	81,2	79,2
Norte	60,2	51,4	45,8	60,4	56,4	57,3	58,4	74,5	59,6	65,9
Aracaju	49,8	98,3	59,3	93,7	47,3	57,0	40,7	29,0	55,0	80,1
Fortaleza	34,2	31,5	38,8	32,3	50,8	41,5	47,1	37,8	41,8	52,6
João Pessoa	27,8	30,0	41,3	46,8	74,1	72,5	55,7	71,0	71,1	87,8
Maceió	49,6	54,1	59,6	52,4	60,3	81,0	54,7	55,6	67,8	96,2
Natal	36,2	24,8	29,9	41,6	28,4	36,8	35,2	31,5	17,0	15,3
Recife	110,1	89,5	130,4	126,8	141,7	153,9	230,3	255,5	210,5	221,3
Salvador	4,3	21,3	75,5	86,2	61,1	78,4	85,5	85,5	85,5	85,5
São Luís	45,4	32,0	28,8	29,6	38,9	36,3	32,6	23,1	17,1	28,0
Teresina	12,1	10,3	20,1	16,2	22,0	16,7	30,6	29,2	27,2	42,7
Nordeste	39,3	40,4	60,6	63,2	63,2	68,9	78,6	78,8	73,9	83,6
Belo Horizonte	26,5	22,9	22,6	22,0	31,7	32,4	32,3	31,8	53,9	75,4
Rio de Janeiro	73,5	38,0	65,6	76,8	128,7	137,2	136,9	136,9	113,1	131,1
São Paulo	115,7	106,4	94,9	106,7	115,8	112,2	111,0	119,5	134,3	138,8
Vitória	110,0	71,0	142,0	149,7	208,4	151,2	200,7	191,2	241,8	160,5
Sudeste	92,1	75,4	78,0	88,0	110,3	109,7	109,8	114,5	119,8	128,8
Curitiba	28,3	23,0	30,1	31,9	38,7	36,3	49,5	40,2	49,4	54,8
Florianópolis	4,1	8,0	23,5	7,7	15,1	18,5	17,2	22,6	15,2	12,9
Porto Alegre	64,9	69,8	36,2	49,6	66,7	52,2	75,5	65,4	72,2	87,2
Sul	40,8	40,4	31,9	36,7	47,6	40,9	56,6	48,3	54,7	62,9
Brasília	62,8	54,4	67,9	63,2	68,8	68,7	66,6	77,7	74,1	74,3
Campo Grande	39,3	29,8	37,1	47,5	53,1	70,7	67,0	65,1	61,0	79,4
Cuiabá	20,4	11,7	22,7	11,1	51,9	66,2	86,6	131,6	105,7	130,8
Goiânia	43,7	31,9	35,1	41,1	40,5	31,2	28,7	34,2	51,8	53,3
C. Oeste	49,5	40,0	49,7	49,3	57,2	58,9	59,1	70,8	70,1	76,1
Brasil (Capitais)	66,5	57,2	63,6	70,4	81,5	82,5	86,3	90,7	90,4	98,8

Fonte: SIM/DATASUS, IBGE.

ANEXO 4

TABELA 3

TAXAS DE MORTALIDADE POR ARMAS DE FOGO

FAIXA ETÁRIA: TOTAL E 15 A 24 ANOS

LOCAL: UF E REGIÕES

ANOS: 1998/2000

UF/ REGIÃO	População Total			15 a 24 anos		
	1998	2000	% crescim.	1998	2000	% crescim.
Acre	15,0	9,0	-40,2	30,4	16,2	-46,8
Amazonas	9,5	9,3	-2,2	19,4	18,7	-3,4
Amapá	17,5	8,6	-50,8	33,2	19,7	-40,8
Pará	8,9	8,5	-5,2	15,6	13,9	-11,1
Rondônia	26,0	21,8	-16,0	38,0	36,0	-5,1
Roraima	21,0	16,0	-23,5	38,8	31,4	-18,9
Tocantins	9,6	10,5	9,0	11,9	18,9	58,3
Norte	11,8	10,5	-11,4	20,3	18,4	-9,2
Alagoas	15,6	17,7	13,4	23,6	33,0	39,7
Bahia	13,1	11,6	-11,5	26,2	22,8	-12,9
Ceará	7,6	9,4	23,6	13,5	17,8	31,9
Maranhão	4,4	3,5	-20,4	5,9	5,9	0,0
Paraíba	8,6	11,0	29,0	14,7	23,3	59,1
Pernambuco	48,6	45,3	-6,8	101,3	93,5	-7,7
Piauí	2,6	4,6	76,9	4,7	7,4	58,6
Rio Grande do N.	7,9	9,9	26,4	15,8	19,3	22,3
Sergipe	11,4	16,6	45,5	20,5	28,5	39,5
Nordeste	16,0	15,9	-0,5	31,1	31,1	0,3
Espírito Santo	40,4	33,1	-18,1	77,4	64,9	-16,2
Minas Gerais	6,6	8,5	28,6	11,1	18,0	62,4
Rio de Janeiro	47,1	46,9	-0,4	96,5	102,2	6,0
São Paulo	19,3	28,7	48,7	40,5	65,2	61,1
Sudeste						
	22,6	27,5	21,7	45,2	60,1	33,0
Paraná	13,0	13,7	4,9	23,9	28,6	19,4
Rio Grande do Sul	14,9	16,3	9,4	25,9	30,1	16,0
Santa Catarina	6,0	5,8	-3,4	8,8	8,4	-5,1
Sul	12,3	13,1	6,1	21,4	24,8	15,5
Distrito Federal	29,7	29,0	-2,6	68,6	64,2	-6,4
Goiás	13,1	15,6	19,5	20,5	29,7	44,7
Mato Grosso do Sul	28,3	23,9	-15,6	43,8	47,7	9,1
Mato Grosso	25,3	29,9	18,4	36,5	44,6	22,2
Centro-Oeste	21,4	22,5	5,4	37,0	42,5	15,0
Brasil	18,3	20,5	11,8	35,1	41,9	19,5

Fonte: SIM/DATASUS, IBGE.